

Enfrentamento do COVID 19	Portaria Nº 1.448, de 29 de Maio de 2020	Portaria Nº 1.393, de 21 de Maio de 2020	Portaria Nº 997, 24 de abril de 2020 - EP JHC	Portaria Nº 1.042, de 29 de abril de 2020	Portaria Nº 1.013, de 24 de abril de 2020	Portaria 480 de 23 de março e 774 de 09 de abril de 2020*	Portaria Nº 1.666 de 01 de julho de 2020	Portaria Nº 1.879 de 29 de julho de 2020 - EP Rodrigo Cunha	Portaria Nº 1.964 de 04 de agosto de 2020	Portaria Nº 1.857 de 28 de julho de 2020	Portaria Nº 2.516 de 21 de setembro de 2020	Portaria Nº 1.797 de 21 de julho de 2020
Publicação DOM	10/06/2020	29/05/2020	22/05/2020	22/05/2020	22/05/2020	22/05/2020	20/07/2020	25/07/2020	25/08/2020	28/08/2020	21/10/2020	21/10/2020
Totais	11.057.500,18	3.277.499,65	11.500.000,00	2.880.000,00	5.375.141,43	27.990.629,22	37.062.999,00	400.000,00	960.000,00	790.986,00	3.137.601,60	800.000,00

Enfrentamento do COVID 19	Portaria Nº 2.624 de 28 de setembro de 2020	Portaria Nº 2.222 de 28 de agosto de 2020	Portaria Nº 2.405 de 16 de setembro de 2020	Portaria Nº 2.356 de 02 de setembro de 2020	Portaria Nº 2.782 de 02 de outubro de 2020	Portaria Nº 1.797 de 21 de julho de 2020	Portaria Nº 3.008 de 04 de novembro de 2020	Portaria Nº 2.994 de 29 de outubro de 2020	Portaria Nº 3.474 de 17 de dezembro de 2020	Portaria Nº 3.473 de 21 de dezembro de 2020	Portaria Nº 3.389 de 10 de dezembro de 2020	total
Publicação DOM	21/10/2020	21/10/2020	21/10/2020	21/10/2020	11/11/2020	15/12/2020	15/12/2020	15/12/2020				
Totais	1.600.000,00	544.930,00	627.840,00	1.530.000,00	2.000.000,00	1.200.000,00	69.516,00	394.750,00	162.942,00	3.475,00	125.100,00	113.480.910,08

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020

Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Fica constituída Comissão Mista no âmbito do Congresso Nacional, composta por 6 (seis) deputados e 6 (seis) senadores, com igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 1º Os trabalhos poderão ser desenvolvidos por meio virtual, nos termos definidos pela Presidência da Comissão.

§ 2º A Comissão realizará, mensalmente, reunião com o Ministério da Economia, para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

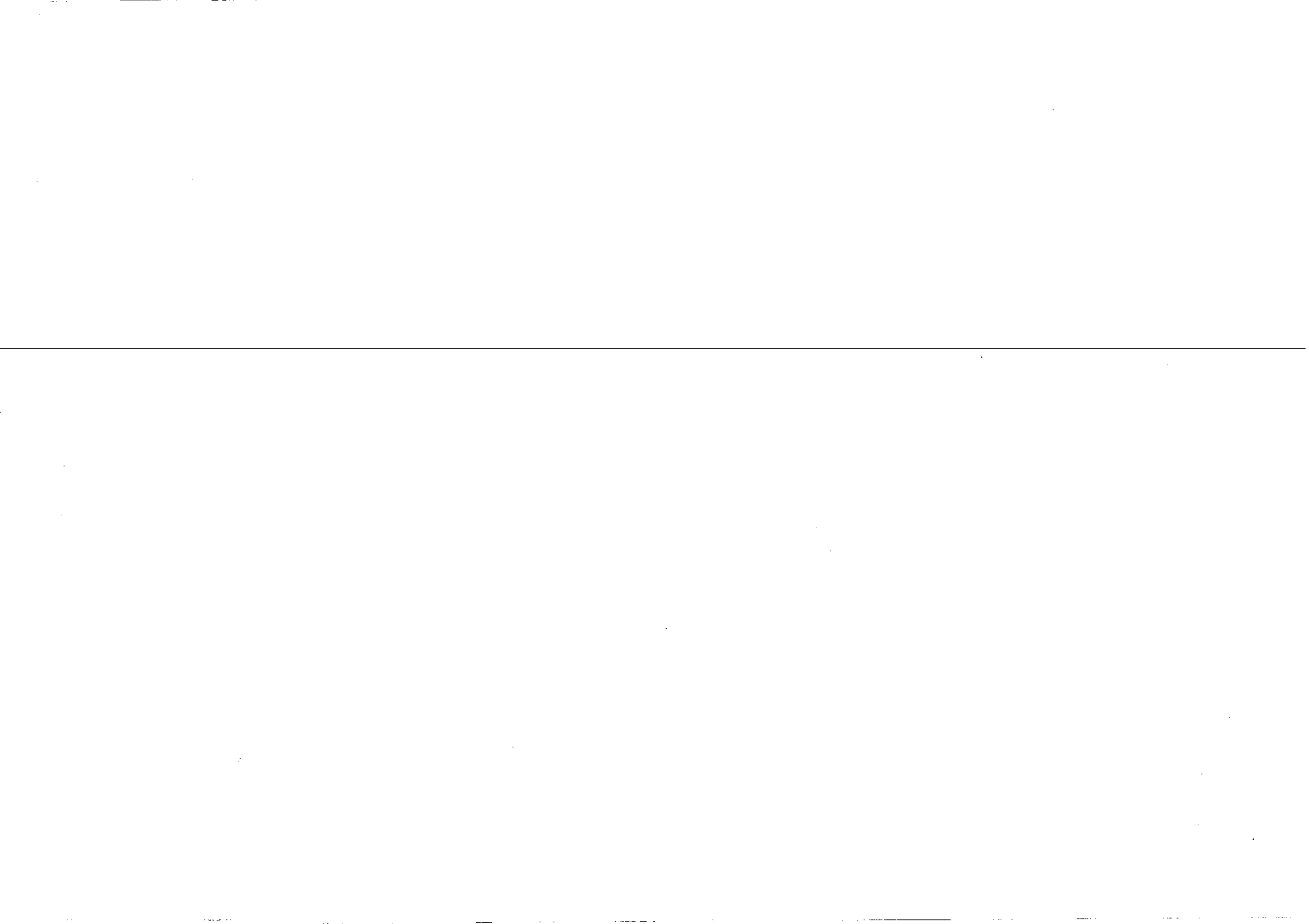
§ 3º Bimestralmente, a Comissão realizará audiência pública com a presença do Ministro da Economia, para apresentação e avaliação de relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), que deverá ser publicado pelo Poder Executivo antes da referida audiência.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de março de 2020.

SENADOR ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.3.2019 - Edição extra C



Detalhar Ação

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano 2020	Tipo de consulta Fundo a Fundo	Bloco Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)
Grupo CORONAVÍRUS (COVID-19)		
Ação ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	CPF/CNPJ 07.792.137/0001-75
	UF AL	Município MACEIO
Código IBGE 270430	População 1.025.360 habitantes	Ano Censo 2020
Prefeito(a) JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	Data Inicial Gestão 31/12/2020	Secretário(a) PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho FLAVIA DE MACEDO CITONIO	Repasso Municipal	

Bloco	Grupo	Ação	Ação Detalhada	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Ações
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	8.088.380,40	0,00	8.088.380,40	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	33.067.959,07	872.569,81	32.195.389,26	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	33.025.000,00	0,00	33.025.000,00	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	11.900.000,00	0,00	11.900.000,00	
Total Geral				115.740.282,64	2.312.569,81	113.427.712,83	

Bloco	Grupo	Ação	Ação Detalhada	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Ações
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAES	14.334.999,82	0,00	14.334.999,82	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	1.152.000,00	1.152.000,00	0,00	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	1.990.986,00	0,00	1.990.986,00	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAPS	2.702.770,00	0,00	2.702.770,00	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SCTIE	3.137.601,60	0,00	3.137.601,60	
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAES	1.248.000,00	288.000,00	960.000,00	
Total Geral				115.740.282,64	2.312.569,81	113.427.712,83	

Detalhar Ação

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Bloco
2021	Fundo a Fundo	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)
Grupo		
CORONAVÍRUS (COVID-19)		
Ação	Entidade	CPF/CNPJ
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07.792.137/0001-75
	UF	Município
	AL	MACEIO
Código IBGE	População	Ano Censo
270430	1.025.360 habitantes	2020
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho	Repass	
FLAVIA DE MACEDO CITONIO	Municipal	

Bloco	Grupo	Ação	Ação Detalhada	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Ações
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAPS	400.000,00	0,00	400.000,00	
Total Geral				400.000,00	0,00	400.000,00	

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/06/2020 | Edição: 103-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.448, DE 29 DE MAIO DE 2020 (*)

Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e no art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência da segunda parcela dos recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19 de que trata a Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, nos termos do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

§ 1º A segunda parcela, no valor de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de reais), será disponibilizada aos Estados, Distrito Federal e Municípios e destinada às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS e que estejam contratualizados com os referidos entes federativos, conforme relação anexa a esta Portaria.

§ 2º Para o rateio dos recursos referentes à segunda parcela, foram adotados os seguintes critérios:

I - os dados epidemiológicos oficiais do Ministério da Saúde, disponibilizados no sítio "covid.saude.gov.br", quanto à incidência de casos da COVID-19 por Região de Saúde até a data 24 de maio de 2020 e à evolução da pandemia nas semanas epidemiológicas de 19 a 21;

II - o número de leitos SUS das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES em 12/05/2020; e

III - os valores da produção dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, no exercício de 2019.

§ 3º Além do disposto no § 2º, as entidades filantrópicas sem fins lucrativos que não foram contempladas com recursos financeiros na primeira parcela do auxílio emergencial, mas que cumpriam os requisitos e critérios de rateio da referida parcela, foram incluídas na relação anexa a esta Portaria, com valores correspondentes ao rateio estabelecido na primeira e na segunda parcelas.

Art. 2º Aplica-se à segunda parcela de que trata esta Portaria o disposto nos arts. 4º a 8º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

EDUARDO PAZUELLO

UF	Município	Código CNES	Razão Social e Nome Fantasia	CNPJ	Gestão	Código Gestor	Valor
AC	RIO BRANCO	2002078	OBRAS SOCIAIS DA DIOC DE R BRANCO HOSPITAL SANTA JULIANA - HOSPITAL SANTA JULIANA	00529443000336	ESTADUAL	120000	5.219.979,55

AL	ARAPIRACA	2005050	SOCIEDADE BENEFICIENTE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO - HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA	241773050000131	MUNICIPAL	270030	5.433.926,82
AL	ARAPIRACA	2005123	ASSOCIACAO PSIQUIATRICA TEODORA ALBUQUERQUE - HOSPITAL PSIQUIATRICO TEODORA ALBUQUERQUE	016065150000100	MUNICIPAL	270030	2.512.566,26
AL	MACEIO	2006359	LIGA ALAGOANA CONTRA A TUBERCULOSE - HOSPITAL SANATORIO	123105790000178	MUNICIPAL	270430	2.217.131,49
AL	MACEIO	2006448	FUNDACAO HOSPITAL DA AGRO IND DE ACUCAR E DO ALCOOL DE AL - HOSPITAL VEREDAS	122912900000159	MUNICIPAL	270430	3.865.893,66
AL	MACEIO	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	123071870000150	MUNICIPAL	270430	3.682.713,02
AL	MACEIO	6303153	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA GUIA	123071870000230	MUNICIPAL	270430	1.291.762,01
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	2010631	ASSOCIACAO BENEFICIENTE DE PALMEIRA DOS INDIOS - HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	125092380000126	MUNICIPAL	270630	4.535.747,03
AL	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA IRMANDADE GARCIA - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	125429990000180	MUNICIPAL	270670	3.093.069,93
AL	PILAR	2011166	HOSP NOSSA SENHORA DE LOURDES E MAT ARMANDO LAGES - HOSPNOSSA SENHORA DE LOURDES E MAT ARMANDO LAGES	125755020000120	MUNICIPAL	270690	687.638,59
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	127376800000100	MUNICIPAL	270860	9.455.549,67
AL	UNIAO DOS PALMARES	2705737	OBRA SOCIAL SAO VICENTE DE PAULO - HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	123836180000167	MUNICIPAL	270930	3.437.541,32

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Nomear **ANA NEIRE ARAÚJO**, para o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-1, CPF nº. 057.231.394-28, do(a) **GABINETE DE GOVERNANÇA - GGOV**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:2358482C

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0873 MACEIÓ/AL, 09 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Nomear **CRISLANE SANTOS DA SILVA**, para o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-1, CPF nº. 701.523.114-08, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:A4472DF0

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0873 MACEIÓ/AL, 09 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Nomear **RARINA ANDRA FERRO RIBEIRO**, para o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-1, CPF nº. 076.810.814-45, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:BF165770

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.900 MACEIÓ/AL, 09 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 11.057.500,18 (ONZE MILHÕES, CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS E DEZOITO CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art. 29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.057.500,18 (Onze milhões, cinquenta e sete mil, quinhentos reais e dezoito centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude da transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº. 13.995, de 05 de Maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº. 1.393/GM/MS, de 21 de Maio de 2020, que participam de forma complementar do **SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)**, no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da (COVID-19), em conformidade com as Portaria nº. 1.448 de 29 de Maio de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 09 de Junho de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.900 DE 09/06/2020. - Suplementação

Órgão / U.O.	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			11.057.500,18
18601	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			11.057.500,18
10.121.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
Subtotal			33.90.39	0.2.41
Total				11.057.500,18

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:0CCE5631

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

SÚMULA DO 5º(QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE Nº. 038/2016. - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03000.025042/2016.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/05/2020 | Edição: 97 | Seção: 1 | Página: 151

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.393, DE 21 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a execução da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, para estabelecer recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19, no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em 2 (duas) parcelas, destinados às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) e que estejam contratualizadas com os referidos entes federativos.

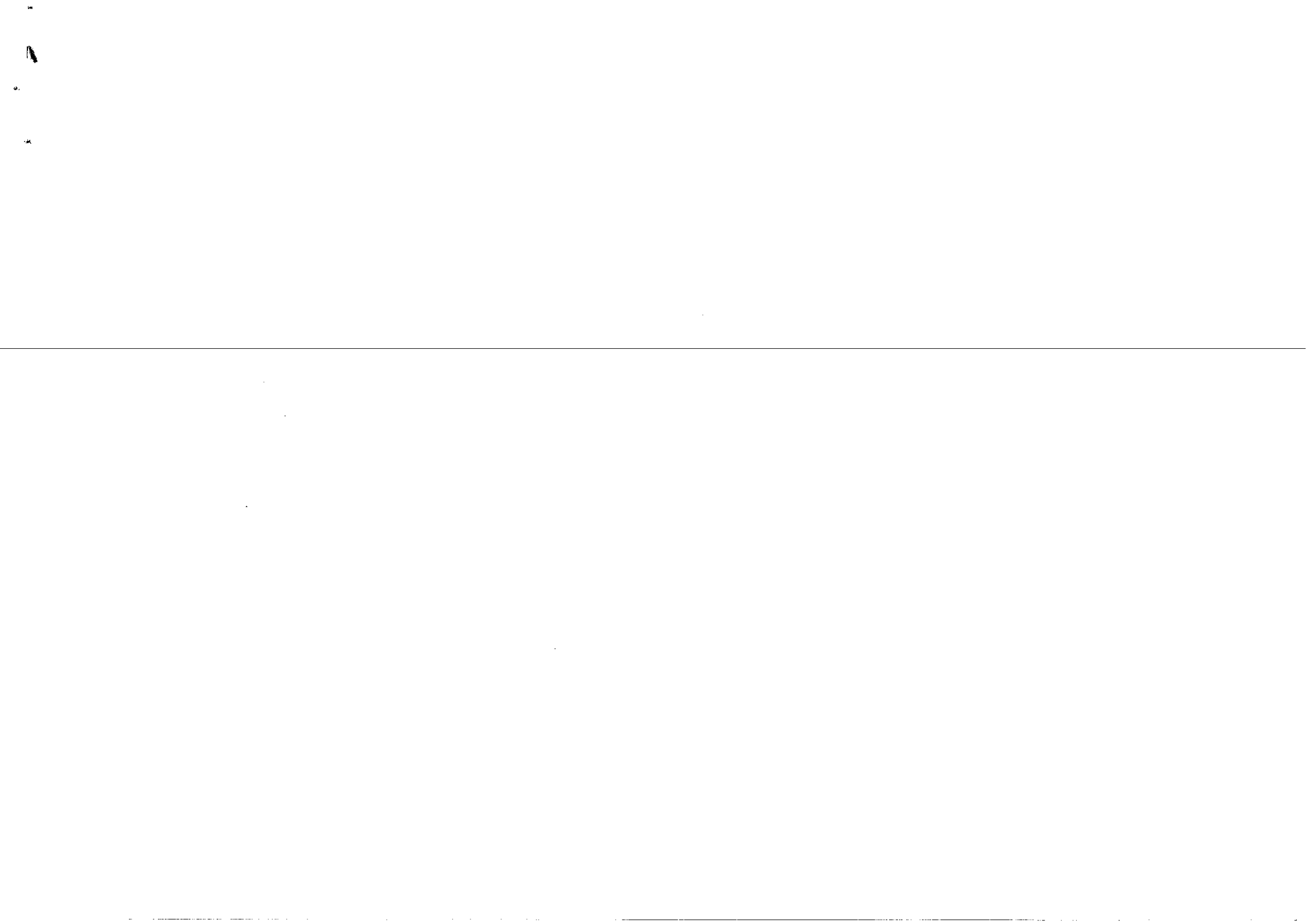
Art. 2º Fica estabelecido que a 1ª parcela a ser transferida será no montante de R\$ 340.000.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) e deverá ser destinada às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos constantes nos Planos de Contingências dos Estados e Distrito Federal na data de 12/05/2020 e às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados nos Municípios brasileiros que possuem presídios, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, conforme anexo, observados os requisitos previstos na Lei nº 13.995, de 2020, e nesta Portaria.

Parágrafo único. O critério de rateio para alocação dos recursos financeiros teve como base o quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES até a data de 12/05/2020, das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos constantes nos Planos de Contingências dos Estados e Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados nos Municípios brasileiros que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito de cada estabelecimento o valor da parcela constante no caput deste artigo.

Art. 3º Fica estabelecido que a 2ª parcela, no montante de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de reais), será transferida em até 7 (sete) dias, contados da data de publicação desta Portaria e será distribuída com base na análise da evolução da pandemia no País, utilizando-se como critério de rateio dos recursos os indicadores que evidenciem a situação epidemiológica constante em nota técnica a ser elaborada pelo Ministério da Saúde e divulgada no sítio eletrônico institucional, observados os requisitos previstos na Lei nº 13.995, de 2020, e nesta Portaria.

Parágrafo único. Para fins de publicidade, deverá ser publicada portaria com a relação das entidades beneficiadas na segunda parcela e o valor atribuído a cada uma delas.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de cada parcela pelos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, para que os gestores locais efetuem o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta portaria, no caso da primeira parcela, e dos constantes da portaria de que trata o parágrafo único do art. 3º, no caso da segunda parcela, em conformidade com os trâmites legais.



§ 1º Para fins de pagamento às entidades beneficiadas, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aditar o contrato, convênio ou instrumento congênere vigente ou firmar novo instrumento, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria e no art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com regras expressas sobre a forma e os prazos para a prestação de contas dos recursos pelas entidades.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, imediatamente, disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), com ampla transparência, os montantes transferidos a cada entidade beneficiada, contendo no mínimo, razão social, estado, município, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Código CNES, em conformidade com o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 5º A integralidade dos recursos transferidos às entidades beneficiadas deverá ser aplicada, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a Pandemia da Covid-19 e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos.

Art. 6º A prestação de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre a aplicação dos recursos, será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde deverá adotar as medidas necessárias para a transferência dos montantes estabelecidos nos arts. 2º e 3º aos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES.

Art. 8º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

EDUARDO PAZUELLO

UF	Município	Cód. CNES	Razão Social e Nome Fantasia	CNPJ	Gestão	Código Gestor	Valor
AC	RIO BRANCO	2002078	HOSPITAL SANTA JULIANA - OBRAS SOCIAIS DA DIOC DE R BRANCO HOSPITAL SANTA JULIANA	00529443000336	ESTADUAL	120000	217.507,77
AL	MACEIO	2006359	HOSPITAL SANATORIO - LIGA ALAGOANA CONTRA A TUBERCULOSE	123105790000178	MUNICIPAL	270430	901.483,86
AL	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS - FUNDACAO HOSPITAL DA AGRO IND DE ACUCAR E DO ALCOOL DE AL	122912900000159	MUNICIPAL	270430	1198.621,00

AL	MACEIO	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	123071870000150	MUNICIPAL	270430	1.027.389,43
AL	MACEIO	6303153	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA GUIA - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	123071870000230	MUNICIPAL	270430	150.005,36
AM	MANAUS	2018098	HOSPITAL PORTUGUES - SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO AMAZONAS	043827920000167	ESTADUAL	130000	112.504,02
AM	PARINTINS	2016893	HOSPITAL PADRE COLOMBO - DIOCESE DE PARINTINS	045945370000773	MUNICIPAL	130340	159.380,69
AP	MACAPA	2020890	HOSPITAL SAO CAMILO E SAO LUIS - SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	609757370000909	ESTADUAL	160000	153.755,49
BA	FEIRA DE SANTANA	2601680	HOSPITAL DOM PEDRO DE ALCANTARA - SANTA CASA DE MISERICORDIA	132270380000143	Municipal	291080	228.758,17
BA	ILHEUS	2802112	HOSPITAL SAO JOSE MATERNIDADE SANTA HELENA - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ILHEUS	141684700000173	Municipal	291360	315.011,25
BA	ITABUNA	2444828	MATERNIDADE ESTER GOMES - FUNDACAO FERNANDO GOMES	162302370000107	Municipal	291480	133.129,75
BA	ITABUNA	2525569	HOSPITAL MANOEL NOVAES - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITABUNA	143497400000304	Municipal	291480	659.745,17
BA	ITABUNA	2772280	HOSPITAL CALIXTO MIDLEJ FILHO - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITABUNA	143497400000223	Municipal	291480	584.201,83
BA	JEQUIE	2494930	HOSPITAL SAO VICENTE - UNIAO COMUNITARIA DOS MEDICOS DA BAHIA UCMB	227210410000100	ESTADUAL	290000	110.628,95
BA	JEQUIE	6923356	SANTA CASA DE MISERICORDIA SAO JUDAS TADEU - FUNDACAO JOSE SILVEIRA	151940040001369	ESTADUAL	290000	138.754,96
BA	JUAZEIRO	2510189	SANATORIO N SR DE FATIMA - ASSOCIACAO SANFRANCISCANA DE ASSISTENCIA AO PSICOPATA DESVALI	146619870000108	MUNICIPAL	291840	118.129,22
BA	JUAZEIRO	2557509	PROMATRE DE JUAZEIRO - HOSPITAL PROMATRE DE JUAZEIRO	146594780000132	MUNICIPAL	291840	108.753,88

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.895 MACEIÓ/AL, 29 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 3.277.499,65 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.277.499,65 (Três milhões, duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do **SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS**, no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes anuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da (COVID-19), em conformidade com as Portaria nº 1.393 de 21 de Maio de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 29 de Maio de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.895 DE 29/05/2020. – Suplementação

Órgão / U.O	Descrição		Natureza	Fonte	Valor
Fun/ Sub/ Prog/ Subseção					
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				3.277.499,65
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				3.277.499,65
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19				
Subtotal			33.90.39	0.2.41	3.277.499,65
Total					3.277.499,65
					3.277.499,65

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:9D88BC8B

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/06/2020. Edição 5971
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82-B | Seção: 1 - Extra | Página: 75

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 997, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada; e

Considerando a Medida Provisória nº 941, de 02 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde para atendimento de emendas de bancada de execução obrigatória, resolve:

Art. 1º Os entes federativos elencados no anexo a esta Portaria ficam habilitados a receber recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19).

§ 1º Os beneficiários e os valores constantes no anexo foram estabelecidos através de indicações das bancadas estaduais, observadas as dotações previstas na Medida Provisória nº 941, de 02 de abril de 2020.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados exclusivamente ao custeio das ações e serviços de saúde necessários para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID 19), abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que forem oportunas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, localizadores diversos.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

NELSON TEICH

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
----	-----------	----------	----------------	-------------	-----------------------------	-------------------------------	------------------------

AL	DOIS RIACHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DOIS RIACHOS - FMSDR	19000316673202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	DOIS RIACHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DOIS RIACHOS - FMSDR	19000316674202000	71030010	2.000.000,00	2.000.000,00	10122501821C
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA DE ALAGOAS	19000316761202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	FELIZ DESERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FELIZ DESERTO	19000316676202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO- FMSGP	19000316886202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO- FMSGP	19000316887202000	71030010	5.000.000,00	5.000.000,00	10122501821C
AL	IGACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000316889202000	71030009	500.000,00	500.000,00	10122501821C
AL	INHAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHAPI	19000316654202000	71030010	2.000.000,00	2.000.000,00	10122501821C
AL	JEQUIA DA PRAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUIA DA PRAIA	19000316882202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	JUNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000316887202000	71030009	200.000,00	200.000,00	10122501821C
AL	JUNQUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000316979202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA	19000316893202000	71030009	500.000,00	500.000,00	10122501821C
AL	MACEIO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	19000319726202000	71030001	3.500.000,00	3.500.000,00	10122501821C
AL	MACEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	19000319831202000	71030001	11.500.000,00	11.500.000,00	10122501821C
AL	MAJOR ISIDORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000316941202000	71030009	300.000,00	300.000,00	10122501821C
AL	MARAGOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAGOGI	19000316713202000	71030009	400.000,00	400.000,00	10122501821C
AL	MARAGOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAGOGI	19000319829202000	71030001	196.737,00	196.737,00	10122501821C
AL	MARECHAL DEODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARECHAL DEODORO	19000316771202000	71030011	8.000.000,00	8.000.000,00	10122501821C

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.885 MACEIÓ/AL, 15 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 19.755.141,43 (DEZENOVE MILHÕES, SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.755.141,43 (Dezenove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do incremento de recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com as Portarias: nº. 0997 de 24 de Abril de 2020, Portaria nº 1.013 de 24 de Abril de 2020 e Portaria nº. 1.042 de 29 de Abril de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 15 de Maio de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

***Reproduzido por Incorreção.**

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.885 DE 15/05/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subseção				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		44.90.52	0.2.41	900.000,00
		33.50.43	0.2.41	7.000.000,00
		33.90.34	0.2.41	450.000,00
		33.90.36	0.2.41	225.000,00
		31.90.04	0.2.41	675.000,00
		33.90.30	0.2.41	900.000,00
		33.90.39	0.2.41	9.605.141,43
				19.755.141,43

***Reproduzido por Incorreção.**

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 22/05/2020. Edição 5965
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82-B | Seção: 1 - Extra | Página: 88

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.042, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.056853/2020-89, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo.

Parágrafo único. A habilitação tratada no art. 1º, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Municípios, em parcela única, no montante de R\$ 3.888.000,00 (três milhões e oitocentos e oitenta e oito mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no art. 2º equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

ANEXO

NELSON TEICH

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TO DE LEI
AL	270430	MACEIÓ	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	2007037	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID- 19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID- 19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7	7
TOTAL	27	27	1.296.000,00	3.888.000,0					

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO N°. 8.885 MACEIÓ/AL, 15 DE MAIO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 19.755.141,43 (DEZENOVE MILHÕES, SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal n°. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal n°. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n°. 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n°. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei n°. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n°. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n°. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei n°. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.755.141,43 (Dezenove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal n°. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do incremento de recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com as Portarias: n°. 0997 de 24 de Abril de 2020, Portaria n°. 1.013 de 24 de Abril de 2020 e Portaria n°. 1.042 de 29 de Abril de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 15 de Maio de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

Reproduzido por Incorreção.*ANEXO ÚNICO ao DECRETO N°. 8.885 DE 15/05/2020. - Suplementação**

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subseção				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		44.90.52	0.2.41	900.000,00
		33.50.43	0.2.41	7.000.000,00
		33.90.34	0.2.41	450.000,00
		33.90.36	0.2.41	225.000,00
		31.90.04	0.2.41	675.000,00
		33.90.30	0.2.41	900.000,00
		33.90.39	0.2.41	9.605.141,43
				19.755.141,43

Reproduzido por Incorreção.*Publicado por:**

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 22/05/2020. Edição 5965
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

23.940 247,83

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/04/2020 | Edição: 79 | Seção: 1 | Página: 46

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.013, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios de Alagoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do

parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações,

leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.054047/2020-76, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no Anexo a esta Portaria.

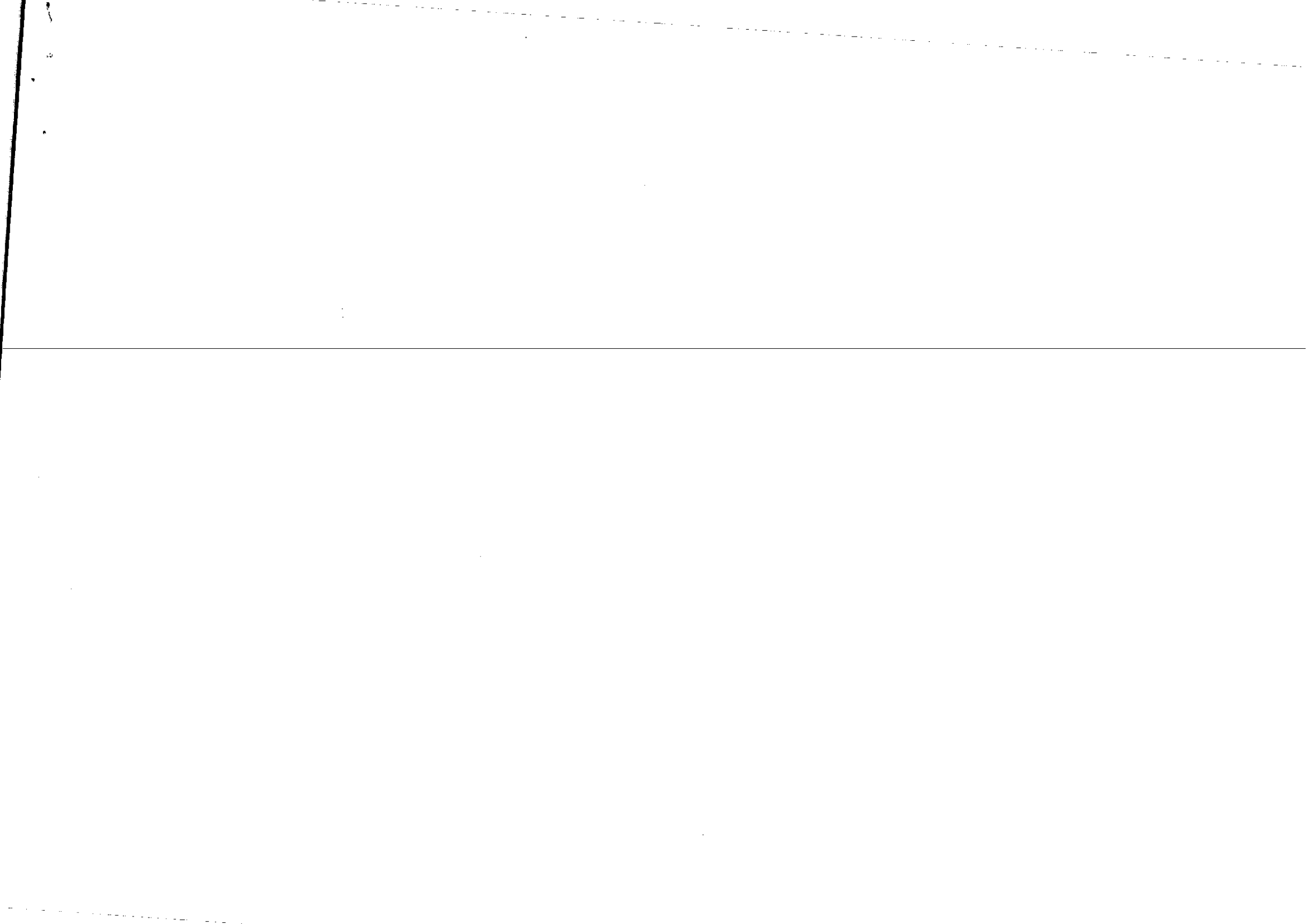
Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios de Alagoas, em parcela única, no montante de R\$ 16.128.000,00 (dezesseis milhões cento e vinte e oito mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa)

dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundos Estaduais e Municipais de Saúde de Alagoas, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.



Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº LE NC
AL	270000	ARAPIRACA	UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. DANIEL HOULY	3015408	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7
	270000	MACEIÓ	HOSPITAL DA MULHER DRA. NISE DA SILVEIRA	9923837	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-20	49
	270430		HOSPITAL VEREDAS	2006448	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-21	20
			HOSPITAL SANATÓRIO	2006359	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-22	15
			HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF ALBERTO ANTUNES	2006197	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-23	6
	270230	CORURIBE	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA	2010356	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-24	15
TOTAL DE LEITOS COVID - 19 E IMPACTO FINANCEIRO	112	112	5.376.000,00	R\$ 16.128.000,00				

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº. 8.885 MACEIÓ/AL, 15 DE MAIO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 19.755.141,43 (DEZENOVE MILHÕES, SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ** (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.755.141,43 (Dezenove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do incremento de recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com as Portarias: nº. 0997 de 24 de Abril de 2020, Portaria nº 1.013 de 24 de Abril de 2020 e Portaria nº. 1.042 de 29 de Abril de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 15 de Maio de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

***Reproduzido por Incorreção.**

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.885 DE 15/05/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			19.755.141,43
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID-19			
		44.90.52	0.2.41	900.000,00
		33.50.43	0.2.41	7.000.000,00
		33.90.34	0.2.41	450.000,00
		33.90.36	0.2.41	225.000,00
		31.90.04	0.2.41	675.000,00
		33.90.30	0.2.41	900.000,00
		33.90.39	0.2.41	9.605.141,43
				19.755.141,43

***Reproduzido por Incorreção.**

Publicado por:

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 22/05/2020. Edição 5965
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/03/2020 | Edição: 58 | Seção: 1 | Página: 80
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 480, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada;

Considerando a Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde;

Considerando a Portaria nº 395/GM/MS, de 16 de março de 2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19; e

Considerando a necessidade de fortalecimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS para responder à situação emergencial, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a ser disponibilizado, em parcela única, aos estados e Distrito Federal, constantes do anexo desta Portaria, destinado ao custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação do "COVID-19" no Brasil.

Art. 2º Fica estabelecido que a distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficará a cargo da Comissão Intergestores Bipartite-CIB, em cada estado, devendo ser observado os seguintes critérios:

I - valor mínimo a ser repassado a cada município correspondente a R\$ 2,00 (dois reais) per capita, conforme estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, publicada no Diário Oficial da União;

II - nas Unidades da Federação onde os recursos financeiros derivados da Portaria nº 395/GM/MS, de 16 de março de 2020, tenham sido repassados aos municípios após acordo na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, os recursos financeiros desta Portaria poderão ser direcionados às gestões estaduais, desde que pactuados em CIB e respeitando o item I deste artigo;

III - nas Unidades da Federação onde os recursos financeiros derivados da Portaria nº 395/GM/MS, de 16 de março de 2020 não tenham sido direcionados aos municípios, os recursos financeiros desta portaria deverão, obrigatoriamente, ser também direcionados aos municípios, sendo a distribuição pactuada em CIB, respeitando o item I deste artigo e sendo observada a distribuição para municípios onde a rede assistencial existente tenha maior potencial para enfrentamento da COVID-19;

IV - o valor per capita máximo a ser distribuído aos municípios não poderá exceder o correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais) per capita;

V - as Comissões Intergestores Bipartites - CIBs, terão o prazo de vinte e quatro horas, a partir da publicação desta portaria, para formalização, via ofício enviado ao Ministério da Saúde, da distribuição dos recursos previsto: e

VI - os entes que, eventualmente, não cumprirem o prazo estabelecido no item V, somente terão seus recursos financeiros repassados após a pactuação prevista no item III.

Art. 3º Fica determinado que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos montantes financeiros estabelecidos nas Deliberações das Comissões Intergestores Bipartites - CIBs a serem repassados aos Fundos Municipais e Estaduais de Saúde, em parcela única, e processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Unidade da Federação	População 2019	Valor
Acre	854.691	2.434.334,96
Alagoas	3.405.893	9.700.680,60
Amapá	828.028	2.358.393,28
Amazonas	4.182.899	11.913.752,77
Bahia	15.467.527	44.054.683,77
Ceará	9.128.090	25.998.669,23
Distrito Federal	3.162.452	9.007.310,79
Espírito Santo	4.098.852	11.674.369,71
Goiás	6.939.629	19.765.484,23
Maranhão	7.083.578	20.175.480,46
Mato Grosso	3.419.350	9.739.008,89
Mato Grosso do Sul	2.772.343	7.896.200,48
Minas Gerais	21.346.492	60.799.179,76
Pará	8.544.639	24.336.881,33
Paraíba	4.074.755	11.605.736,52
Paraná	11.468.818	32.665.541,83
Pernambuco	9.593.588	27.324.502,84
Piauí	3.229.651	9.198.707,30
Rio de Janeiro	16.874.306	48.061.478,39
Rio Grande do Norte	3.568.644	10.164.228,77
Rio Grande do Sul	11.388.156	32.435.799,93
Rondônia	1.841.142	5.243.949,38
Roraima	538.963	1.535.076,97
Santa Catarina	7.179.056	20.447.421,35
São Paulo	45.752.757	130.313.219,50
Sergipe	2.331.323	6.640.085,23
Tocantins	1.583.391	4.509.821,76
Total	210.659.013	600.000.000,00

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Ação
2020	Fundo a Fundo	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
Entidade	CPF/CNPJ	Grupo
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07.792.137/0001-75	CORONAVÍRUS (COVID-19)
Ação	Ação Detalhada	UF
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	AL
	Município	Código IBGE
	MACEIO	270430
População	Ano Censo	Prefeito(a)
1.025.360 habitantes	2020	JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS
Data Inicial Gestão	Secretário(a)	Presidente Conselho
31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO	FLAVIA DE MACEDO CITONIO
Repassse		
Municipal		

Comp.						Tipo	Banco	Agência	Valor	Valor	Valor	Nº	Nº	
/Parcela	Nº OB	Data OB	Repassse	OB	OB	Conta OB	Total	Desconto	Líquido	Motivo	Processo	Proposta	Portaria	Ações
Única em 2020	805471	30/03/2020	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	4.050.381,40	0,00	4.050.381,40		25000.043259/2020-28		480	
Única em 2020	824465	24/08/2020	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	4.037.999,00	0,00	4.037.999,00		25000.118995/2020-47		1666	
Total							8.088.380,40	0,00	8.088.380,40					

FISCALIZAÇÃO URBANOS	NOS TRANSPORTES	
26.453.0011.403209	33.60.45	02.063 3.915.000,00
Subtotal		3.915.000,00
Total		3.915.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:49650525

GABINETE DO PREFEITO - GP DECRETO Nº 8.871 MACEIÓ/AL, 24 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE 27.990.629,22 (VINTE E SETE MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA MIL, SEISCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), PARA CUSTEIO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 55 e §3º, do artigo 78, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 167, § 3º da Constituição Federal e com o artigo 44, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do MINISTÉRIO DA SAÚDE, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do MUNICÍPIO DE MACEIÓ, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO no valor de R\$ 27.990.629,22 (Vinte e sete milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos), para reforço das dotações consignadas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito extraordinário autorizado no artigo anterior, serão aqueles provenientes de transferências de recursos do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 188, de 03 de Fevereiro de 2020 do MINISTÉRIO DA SAÚDE e a Nota Técnica do CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE – CONASEMS.

Art. 3º. Este CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO analisa o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Abril de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

***Reproduzido por Incorreção.**

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.871 DE 24/04/2020. – Suplementação

Órgão / U.O Fun/Sub/Prog/Subseção	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			27.990.629,22
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			27.990.629,22
10.123.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.30	0.2.41	4.198.394,38
		33.90.36	0.2.41	1.399.531,46
		31.90.04	0.2.41	1.399.531,46
		33.90.32	0.2.41	2.799.062,92
		44.90.52	0.2.41	1.399.531,46
		33.90.39	0.2.41	13.995.314,62
		33.90.34	0.2.41	2.799.062,92
Subtotal				27.990.629,22
Total				27.990.629,22

***Reproduzido por Incorreção.**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:0B1FB439

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, em favor da empresa **LEANDRO FARIAS BARROS - ME, (S GRÁFICA E ESTAMPARIA)** com o CNPJ nº. 07.337.342/0001-40, no valor total de R\$ 53.500,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos reais), objetivando a aquisição de 25.000(vinte e cinco mil) Máscaras Artesanais Reutilizáveis, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, com base nas disposições contidas no art. 4º, da Lei nº. 13.979/2020 e nos termos do Processo Administrativo nº. 5800.030499/2020.

Maceió/AL, 21 de Maio de 2020.

JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONO NETTO
Secretário Municipal de Saúde/SMS

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:80835EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5800.033963/2020.

A Secretaria Municipal de Saúde – SMS, comunica a abertura de dispensa de Licitação para contratação, em caráter emergencial, nos termos da Lei 13.979/2020,

Objeto: Aquisição de Correlatos e EPI's, para Unidades Sentinela para o enfrentamento do (COVID-19).

Os interessados deverão apresentar proposta comercial na Secretaria Municipal de Saúde / SMS - Rua Dias Cabral, nº. 569, Centro, 4º andar, Sala 408 - Maceió - AL - CEP: 57.020-250, até às 14h00 do dia 25/05/2020, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O Termo de Referência está disponibilizado no site <http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/>.

Mais informações pelo telefone (82) 3312-5457 Ramal (6053) – Coordenação Geral de Compras e Suprimentos ou pelo endereço eletrônico: mczsuprimentos@gmail.com

Maceió/AL, 21 de Maio de 2020.

DIÁRIO OFICIAL
ELETÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓPREFEITURA DE
MACEIÓ

ANO XXIII - Maceió/AL, Sexta-Feira, 22 de Maio de 2020 - Nº 5965

EXPEDIENTE:
DIÁRIO OFICIAL ELETÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ01 - PREFEITO DE MACEIÓ
RUI SOARES PALMEIRA

02 - VICE-PREFEITO

MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE

03 - GABINETE DE GOVERNANÇA - GGOU
IRIA ROCHA CAVALCANTE DE ALMEIDA04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG
JAIRTON SANTOS COSTA05 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
RHOGO SILVA COUTINHO06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - SMC
NEANDER LILLES ARAÚJO07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
LEIZ BEZERRA LIMA ALVES PINTO08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE - SEMEI
ROSA MARIA BARROS TENÓRIO10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ANA DARYSE REZENDE DOREA11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMUDE12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE
REINALDO BRAGA DA SILVA JUNIOR13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
MAC MERRION LIRA PAES14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO
SOCIAL - SEMSCS
ENIO BOLIVAR DE ALBUQUERQUE15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONO NETO16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ABASTECIMENTO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTABS
RELATTO SARAIVA DA SILVA17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL
FAIR EALVÃO FREIRE NETO18 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS -
ASER
RODRIGO BORGES FOMIAN19 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MACEIÓ - IPREV
FABIANA TOLEDO VANDERLEI DE AZEVEDO20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL - FMAC
VANIA LUÍZA BARREIROS AMORIM21 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - SDES
GUSTAVO ALBERTO ACIOLI DE PAIVA TORRES22 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO DE MACEIÓ - SIMA
EUGENIO RODRIGO CAVALCANTE FERREIRA23 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -
SMTT
ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE MOURA24 - COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E
PATRIMÔNIO - COMAREP
VIVIA LUCIA DE JESUS MELOO Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió é uma publicação veiculada a
modernização e transparência da gestão municipal.MUNICÍPIO DE MACEIÓ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.888 MACEIÓ/AL, 21 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R\$ 3.915.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E QUINZE MIL REAIS), COM OBJETIVO DE BUSCAR SOLUÇÕES PARA O TRANSPORTE DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO PELA CBTU ENTRE AS ESTAÇÕES DE BOM PARTO E DE BEBEDOURO, EM RAZÃO DA INTERRUPÇÃO TEMPORÁRIA DA LINHA FÉRREA, ENQUANTO NÃO IMPLANTADA A REDE DE MONITORAMENTO ADICIONAL DA ÁREA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 55 e §3º, do artigo 78, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 167, § 3º da Constituição Federal e com o artigo 44, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, e

CONSIDERANDO que encontra-se decretado estado de calamidade pública nos bairros do Bebedouro, Mutange, Pinheiro e Bom Parto, nos termos do Decretos Municipais nº. 8.699/2019, reconhecido pelo Governo Federal, conforme Portaria nº. 1.311/2019, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Decreto nº. 8.858, de 25 de Março de 2020.

CONSIDERANDO o Instrumento de Cooperação Técnica celebrado entre a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU), o MUNICÍPIO DE MACEIÓ, com a intervenção da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO ("SMIT") e a BRASKEM S/A., publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió em 07 de Abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO no valor de R\$ 3.915.000,00 (Três milhões, novecentos e quinze mil reais), para reforço das dotações consignadas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito extraordinário autorizado no artigo anterior, serão aqueles provenientes dos recursos transferidos em conformidade com o INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió, em 07 de Abril de 2020.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 21 de Maio de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.888 DE 21/05/2020. -
Suplementação

Órgão / U.O. Fun/Sub/Prog/Subação	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
24003	SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO			3.915.000,00
24002	FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS			3.915.000,00

PORTARIA Nº 774, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada; e

Considerando a Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde no montante de R\$ 3.944.360.944,06 (três bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), a ser disponibilizado em parcela única aos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme abaixo:

I - R\$ 224.083.186,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, oitenta e três mil e cento e oitenta e seis reais) - referente a competência financeira fevereiro de 2020 do Piso de Atenção Básica-PAB, conforme anexo I.

II - R\$ 3.720.277.758,06 (três bilhões, setecentos e vinte milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos) - referente a 1/12 (um doze avos) do Limite Financeiro anual do Grupo de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme anexo II.

Art. 2º Estabelecer que os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no Art. 1º aos Fundos Estaduais de Saúde, do Distrito Federal e Municipais, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º - Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º - A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

UF	IBGE	Estado / Município	Gestão	Valor
AC	120000	ACRE	Estadual	16.597.795,04
AC	120001	ACRELÂNDIA	Municipal	2.764,74
AC	120010	BRASILÉIA	Municipal	28.305,00
AC	120017	CAPIXABA	Municipal	28.305,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	Municipal	127.100,38
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	Municipal	28.305,00
AC	120032	JORDÃO	Municipal	253,79
AC	120033	MÂNCIO LIMA	Municipal	28.512,52
AC	120035	MARECHAL THAUMATURGO	Municipal	27,67
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	Municipal	526,69
AC	120039	PORTO WALTER	Municipal	52,85
AC	120040	RIO BRANCO	Municipal	168.723,92
AC	120050	SENA MADUREIRA	Municipal	28.305,00
AL	270000	ALAGOAS	Estadual	16.782.860,74
AL	270010	ÁGUA BRANCA	Municipal	94.882,26
AL	270020	ANADIA	Municipal	81.885,68
AL	270030	ARAPIRACA	Municipal	8.774.548,53
AL	270040	ATALAIA	Municipal	298.965,37
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	Municipal	33.240,11
AL	270060	BARRA DE SÃO MIGUEL	Municipal	13.799,32
AL	270070	BATALHA	Municipal	153.636,15
AL	270080	BELÉM	Municipal	8.844,99
AL	270090	BELO MONTE	Municipal	15.539,42
AL	270100	BOCA DA MATA	Municipal	122.367,14
AL	270110	BRANQUINHA	Municipal	20.684,54
AL	270120	CACIMBINHAS	Municipal	38.968,14
AL	270130	CAJUEIRO	Municipal	122.004,54
AL	270135	CAMPESTRE	Municipal	8.282,01
AL	270140	CAMPO ALEGRE	Municipal	285.657,76
AL	270150	CAMPO GRANDE	Municipal	7.206,32
AL	270160	CANAPI	Municipal	57.614,84
AL	270170	CAPELA	Municipal	158.033,21
AL	270180	CARNEIROS	Municipal	8.809,71
AL	270190	CHÃ PRETA	Municipal	16.423,44
AL	270200	COITÉ DO NÓIA	Municipal	16.551,77
AL	270210	COLÔNIA LEOPOLDINA	Municipal	213.439,22
AL	270220	COQUEIRO SECO	Municipal	7.211,94
AL	270230	CORUIPE	Municipal	1.857.217,14
AL	270235	CRAÍBAS	Municipal	84.243,69
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	Municipal	656.240,64

AL 270250	DOIS RIACHOS	Municipal	12.927,92
AL 270255	ESTRELA DE ALAGOAS	Municipal	30.850,33
AL 270260	FEIRA GRANDE	Municipal	80.499,65
AL 270270	FELIZ DESERTO	Municipal	4.385,02
AL 270280	FLEXEIRAS	Municipal	40.651,29
AL 270290	GIRAU DO PONCIANO	Municipal	184.384,45
AL 270300	IBATEGUARA	Municipal	129.623,01
AL 270310	IGACI	Municipal	33.948,05
AL 270320	IGREJA NOVA	Municipal	81.751,13
AL 270330	INHAPI	Municipal	113.142,43
AL 270340	JACARÉ DOS HOMENS	Municipal	12.446,28
AL 270350	JACUIPE	Municipal	6.085,46
AL 270360	JAPARATINGA	Municipal	10.225,32
AL 270370	JARAMATAIA	Municipal	4.284,53
AL 270375	JEQUIÁ DA PRAIA	Municipal	44.036,37
AL 270380	JOAQUIM GOMES	Municipal	154.791,55
AL 270390	JUNDIÁ	Municipal	9.359,40
AL 270400	JUNQUEIRO	Municipal	206.802,61
AL 270410	LAGOA DA CANOA	Municipal	149.635,77
AL 270420	LIMOEIRO DE ANADIA	Municipal	135.593,32
AL 270430	MACEIÓ	Municipal	23.940.247,83
AL 270440	MAJOR ISIDORO	Municipal	103.225,59
AL 270450	MARAGOGI	Municipal	497.360,80
AL 270460	MARAVILHA	Municipal	18.714,62
AL 270470	MARECHAL DEODORO	Municipal	323.422,77
AL 270480	MARIBONDO	Municipal	158.112,24
AL 270490	MAR VERMELHO	Municipal	2.225,75
AL 270500	MATA GRANDE	Municipal	121.814,45
AL 270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	Municipal	160.928,21
AL 270520	MESSIAS	Municipal	46.611,43
AL 270530	MINADOR DO NEGRÃO	Municipal	4.973,35
AL 270540	MONTEIRÓPOLIS	Municipal	8.146,05
AL 270550	MURICI	Municipal	235.276,71
AL 270560	NOVO LINO	Municipal	37.275,80
AL 270570	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	Municipal	133.449,84
AL 270580	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	Municipal	5.645,94
AL 270590	OLHO D'ÁGUA GRANDE	Municipal	7.822,39
AL 270600	OLIVENÇA	Municipal	11.206,84
AL 270610	OURO BRANCO	Municipal	36.940,90
AL 270620	PALESTINA	Municipal	7.853,53
AL 270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Municipal	2.495.976,53
AL 270640	PÃO DE AÇÚCAR	Municipal	200.496,40
AL 270642	PARICONHA	Municipal	10.971,76

AL 270644	PARIPUEIRA	Municipal	18.083,09
AL 270650	PASSO DE CAMARAGIBE	Municipal	54.789,43
AL 270660	PAULO JACINTO	Municipal	30.824,29
AL 270670	PENEDO	Municipal	1.592.350,36
AL 270680	PIAÇABUÇU	Municipal	87.997,60
AL 270690	PILAR	Municipal	197.983,67
AL 270700	PINDOBA	Municipal	5.769,24
AL 270710	PIRANHAS	Municipal	116.418,85
AL 270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	Municipal	11.377,39
AL 270730	PORTO CALVO	Municipal	237.331,83
AL 270740	PORTO DE PEDRAS	Municipal	49.819,63
AL 270750	PORTO REAL DO COLÉGIO	Municipal	100.027,02
AL 270760	QUEBRANGULO	Municipal	82.635,86
AL 270770	RIO LARGO	Municipal	254.748,55
AL 270780	ROTEIRO	Municipal	7.663,28
AL 270790	SANTA LUZIA DO NORTE	Municipal	5.064,85
AL 270800	SANTANA DO IPANEMA	Municipal	2.797.814,92
AL 270810	SANTANA DO MUNDAÚ	Municipal	14.613,81
AL 270820	SÃO BRÁS	Municipal	23.531,36
AL 270830	SÃO JOSÉ DA LAJE	Municipal	161.773,57
AL 270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	Municipal	183.306,43
AL 270850	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	Municipal	153.902,82
AL 270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	Municipal	1.715.489,22
AL 270870	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	Municipal	11.472,91
AL 270880	SÃO SEBASTIÃO	Municipal	159.231,55
AL 270890	SATUBA	Municipal	79.573,37
AL 270895	SENADOR RUI PALMEIRA	Municipal	26.797,51
AL 270900	TANQUE D'ARCA	Municipal	8.194,37
AL 270910	TAQUARANA	Municipal	63.169,49
AL 270915	TEOTÔNIO VILELA	Municipal	292.411,16
AL 270920	TRAIPU	Municipal	110.924,04
AL 270930	UNIÃO DOS PALMARES	Municipal	737.586,24
AL 270940	VIÇOSA	Municipal	410.393,46
AM 130000	AMAZONAS	Estadual	35.276.754,43
AM 130002	ALVARÃES	Municipal	64.401,39
AM 130006	AMATURÁ	Municipal	60.748,08
AM 130008	ANAMÁ	Municipal	59.349,39
AM 130010	ANORI	Municipal	68.633,46
AM 130014	APUÍ	Municipal	136.321,07
AM 130020	ATALAIA DO NORTE	Municipal	69.287,65
AM 130030	AUTAZES	Municipal	140.452,09
AM 130040	BARCELOS	Municipal	80.098,74
AM 130050	BARREIRINHA	Municipal	80.943,59

AM 130060	BENJAMIN CONSTANT	Municipal	290.597,29
AM 130063	BERURI	Municipal	67.470,70
AM 130068	BOA VISTA DO RAMOS	Municipal	68.247,20
AM 130070	BOCA DO ACRE	Municipal	155.963,96
AM 130080	BORBA	Municipal	250.171,21
AM 130083	CAAPIRANGA	Municipal	56.088,73
AM 130090	CANUTAMA	Municipal	60.297,13
AM 130100	CARAUARI	Municipal	127.709,06
AM 130110	CAREIRO	Municipal	95.912,89
AM 130115	CAREIRO DA VÁRZEA	Municipal	16.811,32
AM 130120	COARI	Municipal	426.632,01
AM 130130	CODAJÁS	Municipal	126.401,06
AM 130140	EIRUNEPÉ	Municipal	198.084,01
AM 130150	ENVIRA	Municipal	71.661,38
AM 130160	FONTE BOA	Municipal	238.261,24
AM 130165	GUAJARÁ	Municipal	123.074,24
AM 130170	HUMAITÁ	Municipal	316.107,58
AM 130180	IPIXUNA	Municipal	80.990,06
AM 130185	IRANDUBA	Municipal	207.303,29
AM 130190	ITACOATIARA	Municipal	680.871,68
AM 130195	ITAMARATI	Municipal	60.857,88
AM 130200	ITAPIRANGA	Municipal	66.393,86
AM 130210	JAPURÁ	Municipal	56.165,78
AM 130220	JURUÁ	Municipal	62.762,19
AM 130230	JUTAI	Municipal	149.158,92
AM 130240	LÁBREA	Municipal	215.977,95
AM 130250	MANACAPURU	Municipal	658.964,33
AM 130255	MANAQUIRI	Municipal	53.305,00
AM 130260	MANAUS	Municipal	2.951.343,89
AM 130270	MANICORÉ	Municipal	185.975,68
AM 130280	MARÃÁ	Municipal	95.147,16
AM 130290	MAUÉS	Municipal	342.980,47
AM 130300	NHAMUNDÁ	Municipal	66.874,26
AM 130310	NOVA OLINDA DO NORTE	Municipal	118.570,64
AM 130320	NOVO AIRÃO	Municipal	67.618,80
AM 130330	NOVO ARIPUANÁ	Municipal	95.604,02
AM 130340	PARINTINS	Municipal	815.833,42
AM 130350	PAUINI	Municipal	67.836,02
AM 130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	Municipal	196.018,78
AM 130356	RIO PRETO DA EVA	Municipal	131.573,80
AM 130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Municipal	67.969,77
AM 130370	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Municipal	208.154,56
AM 130380	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Municipal	28.305,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/02/2020 | Edição: 24-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020;

Considerando que o evento é complexo e demanda esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências e adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos;

Considerando que esse evento está sendo observado em outros países do continente americano e que a investigação local demanda uma resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas de gestão do SUS;

Considerando a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento aos nacionais e estrangeiros que ingressarem no país e que se enquadrarem nas definições de suspeitos e confirmados para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV); e

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, resolve:

Art. 1º Declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional conforme Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

Art. 2º Estabelecer o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional.

Parágrafo único. A gestão do COE estará sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Art. 3º Compete ao COE-nCoV:

I - planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado da Saúde;

II - articular-se com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS;

III - encaminhar ao Ministro de Estado da Saúde relatórios técnicos sobre a ESPIN e as ações administrativas em curso;

IV - divulgar à população informações relativas à ESPIN; e

V - propor, de forma justificada, ao Ministro de Estado da Saúde:

a) o acionamento de equipes de saúde incluindo a contratação temporária de profissionais, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

b) a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para a atuação na ESPIN;

c) a aquisição de bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, nos termos do inciso XIII do caput do art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e

d) o encerramento da ESPIN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Z nº 452.0011.405209	FISCALIZAÇÃO NOS TRANSPORTES	
	URBANOS	
Subtotal	33.4045	3.915.000,00
Total		3.915.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:49650525

GABINETE DO PREFEITO - GP DECRETO Nº. 8.871 MACEIÓ/AL, 24 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE 27.990.629,22 (VINTE E SETE MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA MIL, SEISCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), PARA CUSTEIO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 55 e §3º, do artigo 78, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 167, § 3º da Constituição Federal e com o artigo 44, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do MINISTÉRIO DA SAÚDE, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.869 de 22 de Abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do MUNICÍPIO DE MACEIÓ, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO no valor de R\$ 27.990.629,22 (Vinte e sete milhões, novecentos e noventa mil, seiscientos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos), para reforço das dotações consignadas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito extraordinário autorizado no artigo anterior, serão aqueles provenientes de transferências de recursos do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 188, de 03 de Fevereiro de 2020 do MINISTÉRIO DA SAÚDE e a Nota Técnica do CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE - CONASEMS.

Art. 3º- Este CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO analisa o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Abril de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

*Reproduzido por Incorrção.

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.871 DE 24/04/2020. - Suplementação

Origem / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Proj/Subprojeto				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			27.990.629,22
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			27.990.629,22
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.30	02.41	4.198.594,38
		33.90.36	02.41	1.399.531,46
		31.90.04	02.41	1.399.531,46
		33.90.37	02.41	2.799.062,92
		44.90.52	02.41	1.399.531,46
		33.90.39	02.41	13.993.314,62
Subtotal				27.990.629,22
Total				27.990.629,22

*Reproduzido por Incorrção.

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:0B1FB439
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, em favor da empresa LEANDRO FARIAS BARROS - ME (S GRÁFICA E ESTAMPARIA) com o CNPJ nº. 07.337.342/0001-40, no valor total de R\$ 53.500,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos reais), objetivando a aquisição de 25.000(vinte e cinco mil) Máscaras Artesanais Reutilizáveis, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, com base nas disposições contidas no art. 4º, da Lei nº. 13.979/2020 e nos termos do Processo Administrativo nº. 5800.030499/2020.

Maceió/AL, 21 de Maio de 2020.

JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONÔ NETTO
Secretário Municipal de Saúde/SMS

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:80835EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2020 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5800.033963/2020.

A Secretaria Municipal de Saúde - SMS, comunica a abertura de dispensa de Licitação para contratação, em caráter emergencial, nos termos da Lei 13.979/2020.

Objeto: Aquisição de Correlatos e EPI's, para Unidades Sentinelas para o enfrentamento do (COVID-19). Os interessados deverão apresentar proposta comercial na Secretaria Municipal de Saúde / SMS - Rua Dias Cabral, nº. 569, Centro, 4º andar, Sala 408 - Maceió - AL - CEP: 57.020-250, até às 14h00 do dia 25/05/2020, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O Termo de Referência está disponibilizado no site <http://www.licitacao-maceio.al.gov.br/>.

Mais informações pelo telefone (82) 3312-5457 Ramal (6053) - Coordenação Geral de Compras e Suprimentos ou pelo endereço eletrônico: nczsuprimentos@gmail.com

Maceió/AL, 21 de Maio de 2020.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/07/2020 | Edição: 124-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência dos recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID 19.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput correspondem ao montante de R\$ 13.800.000.000,00 (treze bilhões e oitocentos milhões de reais) e serão disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em parcela única, conforme Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Para a distribuição dos recursos financeiros foram adotados os seguintes critérios:

I - para a gestão Municipal:

a) faixa populacional, com base na população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Tribunal de Contas da União em 2019 (IBGE/TCU/ 2019);

b) valores de produção de Média e Alta Complexidade registrados nos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, no ano de 2019; e

c) valores transferidos aos Municípios e Distrito Federal relativo ao Piso de Atenção Básica (PAB), no exercício de 2019.

II - para a gestão Estadual:

a) dados populacionais, com base na população IBGE/TCU/2019;

b) números de leitos de UTI registrados nos Planos de Contingência dos Estados para o enfrentamento à pandemia do coronavírus; e

c) taxa de incidência da COVID-19 por 100 (cem) mil habitantes.

Art. 3º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID 19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, os Estados, Municípios e Distrito Federal deverão observar a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em especial os art. 4º e art. 4º-A ao art. 4º-I.

Art. 4º Caberá ao Fundo Nacional de Saúde adotar as medidas necessárias para a transferência dos recursos previstos no art. 1º aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os Programas de Trabalho:

- I - 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020;
- II - 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, Medida Provisória nº 940, de 02 de abril de 2020;
- III - 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, Medida Provisória nº 947, de 08 de abril de 2020
- IV - 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020;
- V - 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, Medida Provisória nº 976, de 04 de junho de 2020.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXOS

Anexo I Recursos sob gestão municipal			
SIGLA UF	Código IBGE	Município	Valor
AC	120001	ACRELÂNDIA	1.024.408,00
AC	120005	ASSIS BRASIL	522.188,00
AC	120010	BRASILEIA	1.715.488,00
AC	120013	BUJARI	801.768,00
AC	120017	CAPIXABA	776.386,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	4.885.265,00
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	1.164.803,00
AC	120030	FEIJO	1.279.777,00
AC	120032	JORDÃO	579.204,00
AC	120033	MANCIO LIMA	1.225.749,00
AC	120034	MANOEL URBANO	505.809,00
AC	120035	MARECHAL THAUMATURGO	1.115.759,00
AC	120038	PLACIDO DE CASTRO	1.451.354,00
AC	120039	PORTO WALTER	715.579,00
AC	120040	RIO BRANCO	5.314.167,00
AC	120042	RODRIGUES ALVES	1.235.546,00
AC	120043	SANTA ROSA DO PURUS	363.265,00
AC	120045	SENADOR GUIOMARD	1.033.189,00
AC	120050	SENA MADUREIRA	2.483.015,00
AC	120060	TARAUJACA	1.555.940,00
AC	120070	XAPURI	1.092.708,00
AC	120080	PORTO ACRE	1.141.622,00
AL	270010	ÁGUA BRANCA	1.537.495,00
AL	270020	ANADIA	1.727.581,00
AL	270030	ARAPIRACA	8.630.064,00
AL	270040	ATALAIA	3.270.807,00
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTONIO	1.557.812,00
AL	270060	BARRA DE SÃO MIGUEL	795.728,00
AL	270070	BATALHA	2.336.430,00
AL	270080	BELEM	495.703,00

AL	270090	BELO MONTE	652.041,00
AL	270100	BOCA DA MATA	2.976.353,00
AL	270110	BRANQUINHA	1.205.180,00
AL	270120	CACIMBINHAS	1.045.987,00
AL	270130	CAJUEIRO	1.977.477,00
AL	270135	CAMPESTRE	602.680,00
AL	270140	CAMPO ALEGRE	3.669.084,00
AL	270150	CAMPO GRANDE	861.842,00
AL	270160	CANAPI	1.422.964,00
AL	270170	CAPELA	2.698.591,00
AL	270180	CARNEIROS	752.680,00
AL	270190	CHA PRETA	645.985,00
AL	270200	COITE DO NOIA	1.132.089,00
AL	270210	COLONIA LEOPOLDINA	1.916.299,00
AL	270220	COQUEIRO SECO	737.074,00
AL	270230	CORUIPE	2.915.539,00
AL	270235	CRAIBAS	2.681.773,00
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	2.252.217,00
AL	270250	DOIS RIACHOS	1.158.447,00
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	1.599.455,00
AL	270260	FEIRA GRANDE	2.076.599,00
AL	270270	FELIZ DESERTO	428.070,00
AL	270280	FLEXEIRAS	1.547.462,00
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	2.304.178,00
AL	270300	IBATEGUARA	1.694.800,00
AL	270310	IGACI	3.254.563,00
AL	270320	IGREJA NOVA	2.368.149,00
AL	270330	INHAPI	1.461.312,00
AL	270340	JACARE DOS HOMENS	819.471,00
AL	270350	JACUIPE	475.802,00
AL	270360	JAPARATINGA	674.849,00
AL	270370	JARAMATAIA	718.775,00
AL	270375	JEQUIA DA PRAIA	1.639.552,00
AL	270380	JOAQUIM GOMES	2.083.192,00
AL	270390	JUNDIA	405.893,00
AL	270400	JUNQUEIRO	3.338.841,00
AL	270410	LAGOA DA CANOA	2.045.725,00
AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	2.847.744,00
AL	270430	MACEIO	37.062.999,00
AL	270440	MAJOR ISIDORO	1.747.844,00
AL	270450	MARAGOGI	2.034.905,00
AL	270460	MARAVILHA	966.375,00
AL	270470	MARECHAL DEODORO	2.892.160,00
AL	270480	MARIBONDO	1.769.394,00
AL	270490	MAR VERMELHO	400.246,00
AL	270500	MATA GRANDE	1.899.775,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2.539.376,00
AL	270520	MESSIAS	1.752.583,00
AL	270530	MINADOR DO NEGRAO	632.000,00
AL	270540	MONTEIROPOLIS	700.203,00
AL	270550	MURICI	3.367.269,00
AL	270560	NOVO LINO	953.899,00

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.920 MACEIÓ/AL, 17 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
MONTANTE DE R\$ 27.965.000,00 (VINTE E SETE
MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E
CINCO MIL REAIS) PARA REFORÇO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

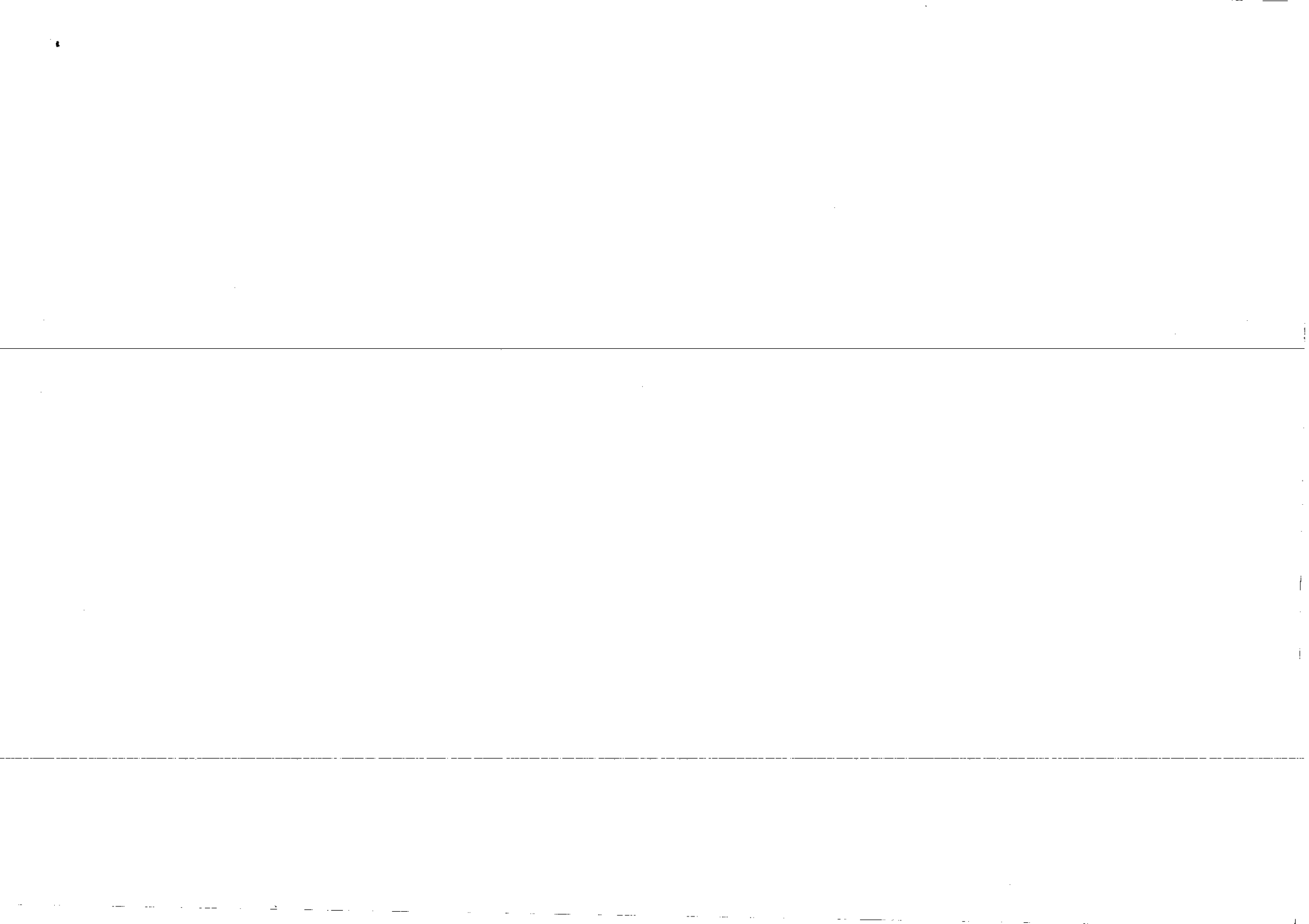
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.965.000,00 (Vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do auxílio financeiro que serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Coronavírus (COVID-19), podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo Coronavírus (COVID-19), previsto na Portaria nº. 245/SAES/MS, de 24 de Março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.666 de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



RUI SOARES PALMEIRA
 Prefeito de Maceió

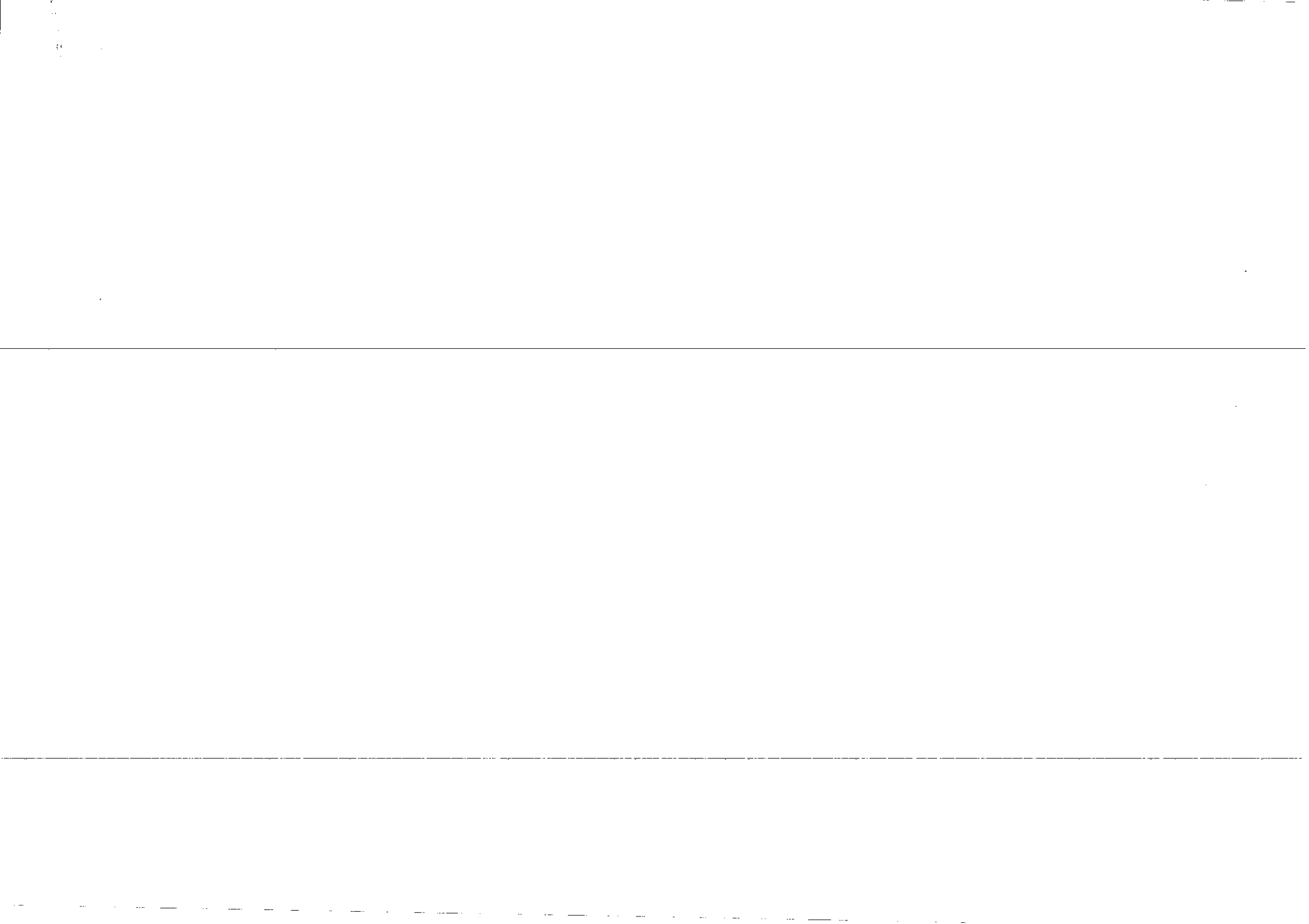
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
 Secretário Municipal de Economia/SEMEC

**ANEXO ÚNICO ao DECRETO DE Nº. 8.920 DE 17/07/2020. -
 Suplementação**

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Puro/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			27.965.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			27.965.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.50.43	02.41	25.500.000,00
		33.90.30	02.41	2.465.000,00
Subtotal				27.965.000,00
Total				27.965.000,00

Publicado por:
 Evandro José Cordeiro
 Código Identificador:FAE8C669

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 20/07/2020, Edição 6004
 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Ação
2020	Fundo a Fundo	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
Entidade	CPF/CNPJ	Grupo
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07.792.137/0001-75	CORONAVÍRUS (COVID-19)
Ação	Ação Detalhada	UF
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	AL
	Município	Código IBGE
	MACEIO	270430
População	Ano Censo	Prefeito(a)
1.025.360 habitantes	2020	JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS
Data Inicial Gestão	Secretário(a)	Presidente Conselho
31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO	FLAVIA DE MACEDO CITONIO
Repassse		
Municipal		

Comp.							Valor	Valor	Valor			Nº	Nº	
/Parcela	Nº OB	Data OB	Repassse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Total	Desconto	Líquido	Motivo	Processo	Proposta	Portaria	Ações
Única em 2020	815313	14/07/2020	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	27.965.000,00	0,00	27.965.000,00		25000.098035/2020-53		1666	
Única em 2020	817282	22/07/2020	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	3.030.000,00	0,00	3.030.000,00		25000.102492/2020-50		1666	
Única em 2020	822425	12/08/2020	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	2.030.000,00	0,00	2.030.000,00		25000.106253/2020-79		1666	
Total							33.025.000,00	0,00	33.025.000,00					

em virtude da prorrogações das habilitações dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, referente a competência julho/2020, dos estabelecimentos descritos na Portaria, as prorrogações tratadas no art. 1º, da portaria ocorrência excepcionalmente pelo prazo de 30(trinta) dias, em conformidade com a Portaria nº. 1.964 de 04 de Agosto de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.941 DE 24/08/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			960.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			960.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.39	0.2.41	960.000,00
Subtotal				960.000,00
Total				960.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:2342D1E7

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.942 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 2.030.000,00 (DOIS MILHÕES E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACIONES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.030.000,00 (Dois milhões e trinta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 - Transferência de recursos do SUS - COVID, em virtude do complemento do auxílio financeiro que serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da (COVID-19), podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo Coronavírus (COVID-19), previsto na Portaria nº. 245/SAES/MS, de 24 de Março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.666 de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.942 DE 24/08/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			2.030.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			2.030.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.34	0.2.41	2.030.000,00
Subtotal				2.030.000,00
Total				2.030.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:3442D96F

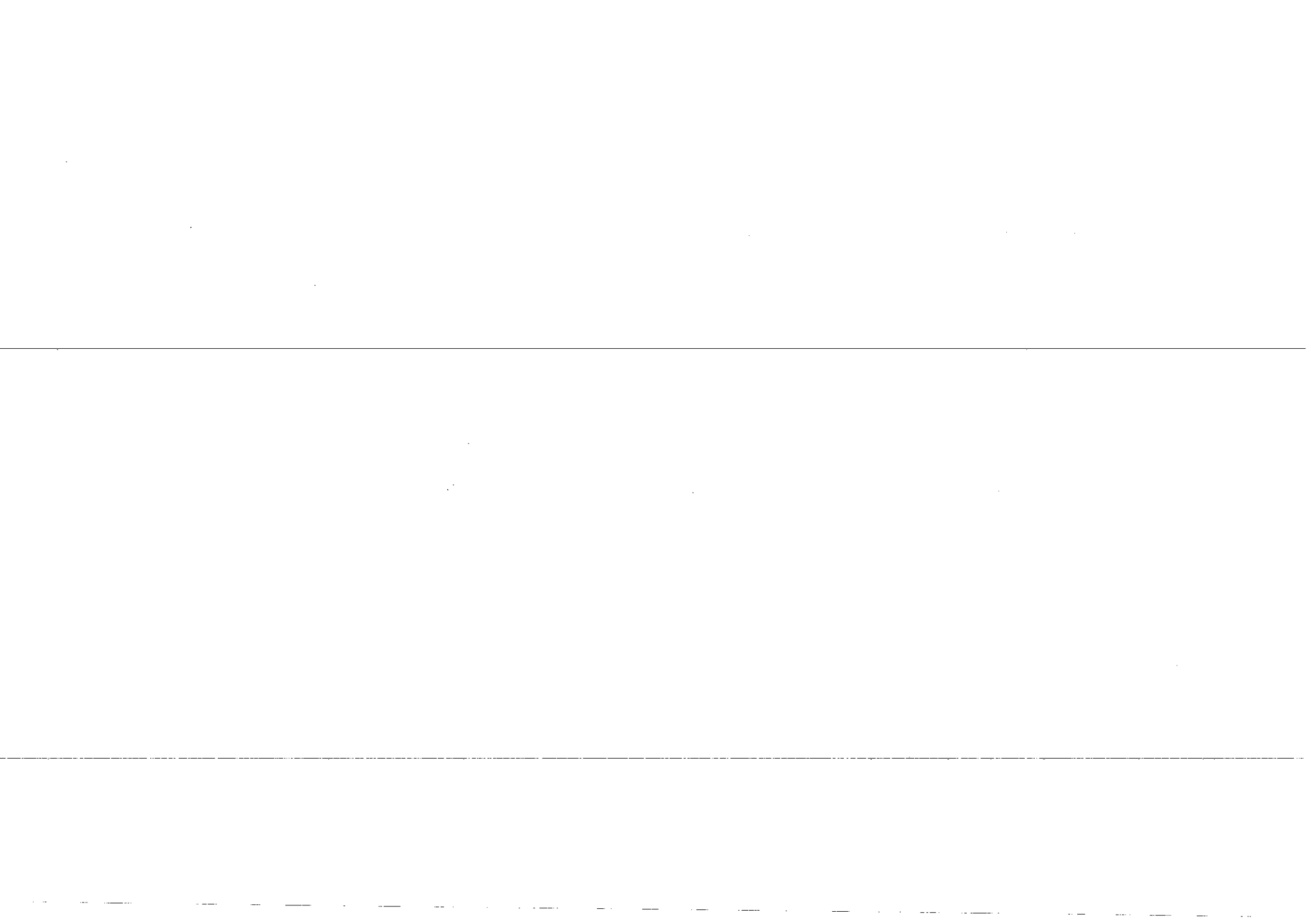
GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.943 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACIONES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);



d) Théo Oswaldo Barreto Leitão (Matrícula nº. 5250-7).

Art. 2º - Fica designado o Procurador Municipal Fernando Antônio Reale Barreto, Matrícula nº. 942807-0, para a função de Coordenador do Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: A520D4EC

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.931 MACEIÓ/AL, 31 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 3.030.000,00 (TRÊS MILHÕES E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do MINISTÉRIO DA SAÚDE, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.030.000,00 (Três milhões e trinta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, em virtude do complemento do auxílio financeiro que serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da (COVID-19), podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus (COVID-19), previsto na Portaria nº. 245/SAES/MS, de 24 de Março de 2020, bem como a definição de protocolos

assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.666 de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 31 de Julho de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.931 DE 31/07/2020. - Suplementação

Órgão / U/O Fun/Sub/Prog/Subação	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			3.030.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			3.030.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
Subtotal		33.90.30	02.41	3.030.000,00
Total				3.030.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: 64915383

GABINETE DO PREFEITO - GP

PORTARIA Nº. 1015 MACEIÓ/AL, 31 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **NATHALIA ANJOS DE AMORIM**, do cargo em comissão de Coordenador Setorial de Administração, Símbolo DAS-3, CPF nº. 099.438.144-11, do(a) PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: 99E70085

GABINETE DO PREFEITO - GP

PORTARIA Nº. 1016 MACEIÓ/AL, 31 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Nomear **ARIELLA JANICE BELO SOARES**, para o cargo em comissão de Coordenador Setorial de Administração, Símbolo DAS-3, CPF nº. 047.425.274-45, do(a) PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

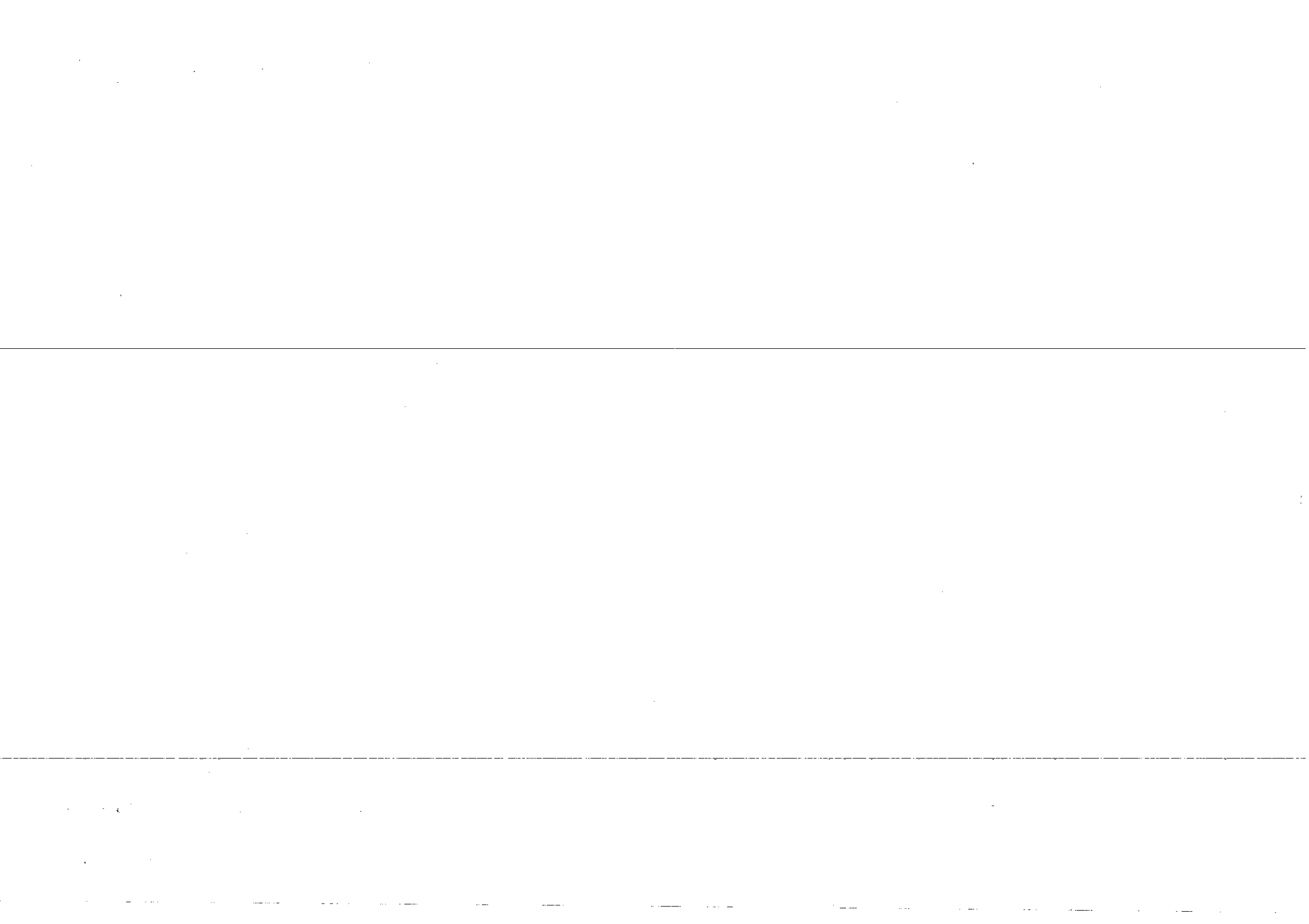
Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: 6374FE4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

AVISO DE FÉRIAS



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

ANO XXIII - Maceió/AL, Sexta-Feira, 28 de Agosto de 2020 - Nº 6032

EXPEDIENTE: DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

- 01 - PREFEITO DE MACEIÓ
RUI SOARES PALMEIRA
- 02 - VICE-PREFEITO
MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE
- 03 - GABINETE DE GOVERNANÇA - GGOV
IRIA ROCHA CAVALCANTE DE ALMEIDA
- 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG
JAILTON SANTOS COSTA
- 05 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DIOGO SILVA COUTINHO
- 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - SMCI
NEANDER TELES ARAÚJO
- 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
LUIZ HENRIQUE LIMA ALVES RINTO
- 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONJUGAÇÃO - SECOM
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO
- 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE - SEDETRON MARIA BARROS TENÓRIO
- 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ANA DAYSE RIZENDE DOREA
- 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMBRDE
- 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE
REINALDO BRAGA DA SILVA JÚNIOR
- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
MAC MERRION LIRA PAES
- 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO
SOCIAL - SEMSCS
ENIO BOLIVAR DE ALBUQUERQUE
- 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONO NETO
- 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ABASTECIMENTO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTABS
DANIEL SARAIVA EVARISTO (Interim)
- 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL
JAIR GALVÃO FREIRE NETO
- 18 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS -
ARSR
RODRIGO BORGES HONTAN
- 19 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MACEIÓ - IPREV
FABIANA TOLEDO VANDERLEI DE AZEVEDO
- 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL - FMAC
VÂNIA LUIZA BARREIROS AMORIM
- 21 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - SUPDES
GUSTAVO ALBERTO ACHOLI DE PAIVA TORRES
- 22 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO DE MACEIÓ - SIMA
CÍCERO RODRIGO CAVALCANTE FERREIRA
- 23 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -
SMPT
ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE MOURA
- 24 - COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E
PATRIMÔNIO - COMARHP
VIVIA DUTRA DE JESUS MELLO

O Diário Oficial do Município de Maceió é uma publicação vinculada à
modernização e transparência da gestão municipal.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA. Nº. 1116 MACEIÓ/AL, 26 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, **FERNANDO TOLEDO TENÓRIO**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-4, CPF nº. 018.750.314.13, do(a) **GABINETE DE GOVERNANÇA - GGOV**, para sem prejuízo de suas funções regulamentares, ficar a disposição da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG**, até ulterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:D0AEF1F4

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.947 MACEIÓ/AL, 26 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 4.037.099,00 (QUATRO MILHÕES, TRINTA E SETE MIL, NOVENTA E NOVE REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.037.999,00 (Quatro milhões, trinta e sete mil, novecentos e nove reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do complemento do auxílio financeiro que serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde pública decorrente da (COVID-19), podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo Coronavírus (COVID-19), previsto na Portaria nº. 245/SAES/MS, de 24 de Março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do novo-Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.666 de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 26 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.947 DE 26/08/2020. - Suplementação

Órgão / ULO	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			4.037.999,00
18001	COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO		4.037.999,00
10.122.0022.411.209	ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
		31.90.11	0.2.41	2.037.000,00
		33.90.34	0.2.41	2.037.999,00
Subtotal				4.037.999,00
Total				4.037.999,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:7DC9A234

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº 8.948 MACEIÓ/AL, 26 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 790.986,00 (SETECENTOS E NOVENTA MIL, NOVECIENTOS E OITENTA E SEIS REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Anexo 1 do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº. 2/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica - Operacionalização;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação nº. 6/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 6.286, de 05 de Dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº. 1.055/MS/MEC, de 26 de Abril de 2017, que redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

CONSIDERANDO a Seção IV do Capítulo III do Título VII da Portaria de Consolidação nº. 1/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.565/GM/MS, de 18 de Junho de 2020, que estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da (COVID-19), e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro;

CONSIDERANDO que a Atenção Primária à Saúde deve desenvolver ações integradas visando à promoção da saúde e prevenção de doenças, dentre elas ações intersetoriais, em interlocução com as escolas, voltadas para o desenvolvimento de uma atenção integral;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 790.986,00 (Setecentos e noventa mil, novecentos e oitenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude dos incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, para combater à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), considerando as escolas públicas da rede

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/07/2020 | Edição: 145 | Seção: 1 | Página: 91
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.879, DE 29 DE JULHO DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada; e

Considerando a Medida Provisória nº 941, de 02 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde para atendimento de emendas de bancada de execução obrigatória, resolve:

Art. 1º Os entes federativos elencados no anexo a esta Portaria ficam habilitados a receber recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19).

§ 1º Os beneficiários e os valores constantes no anexo foram estabelecidos através de indicações das bancadas estaduais, observadas as dotações previstas na Medida Provisória nº 941, de 02 de abril de 2020.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados exclusivamente ao custeio das ações e serviços de saúde necessários para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID 19), abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que forem oportunas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, localizadores diversos.

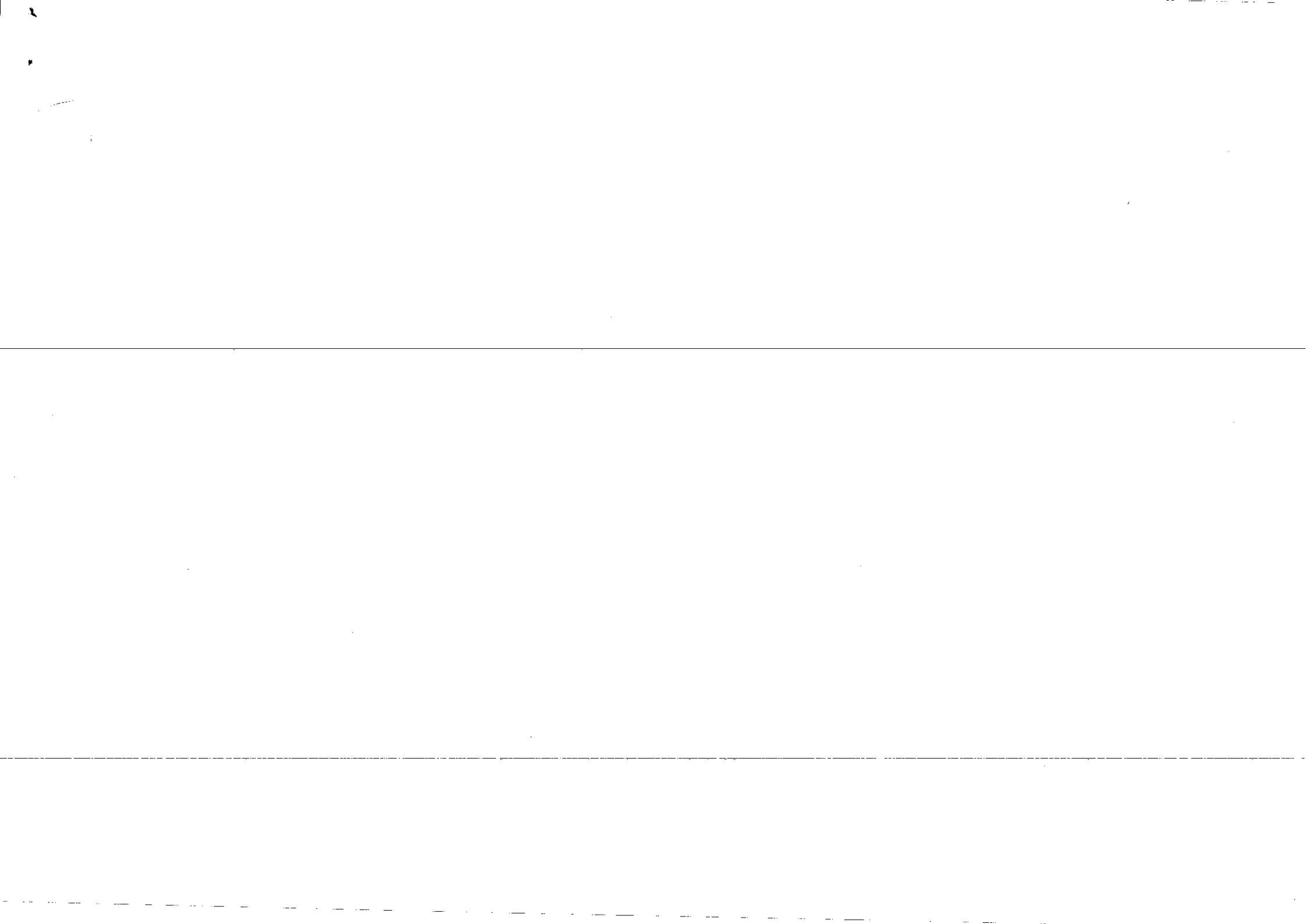
Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

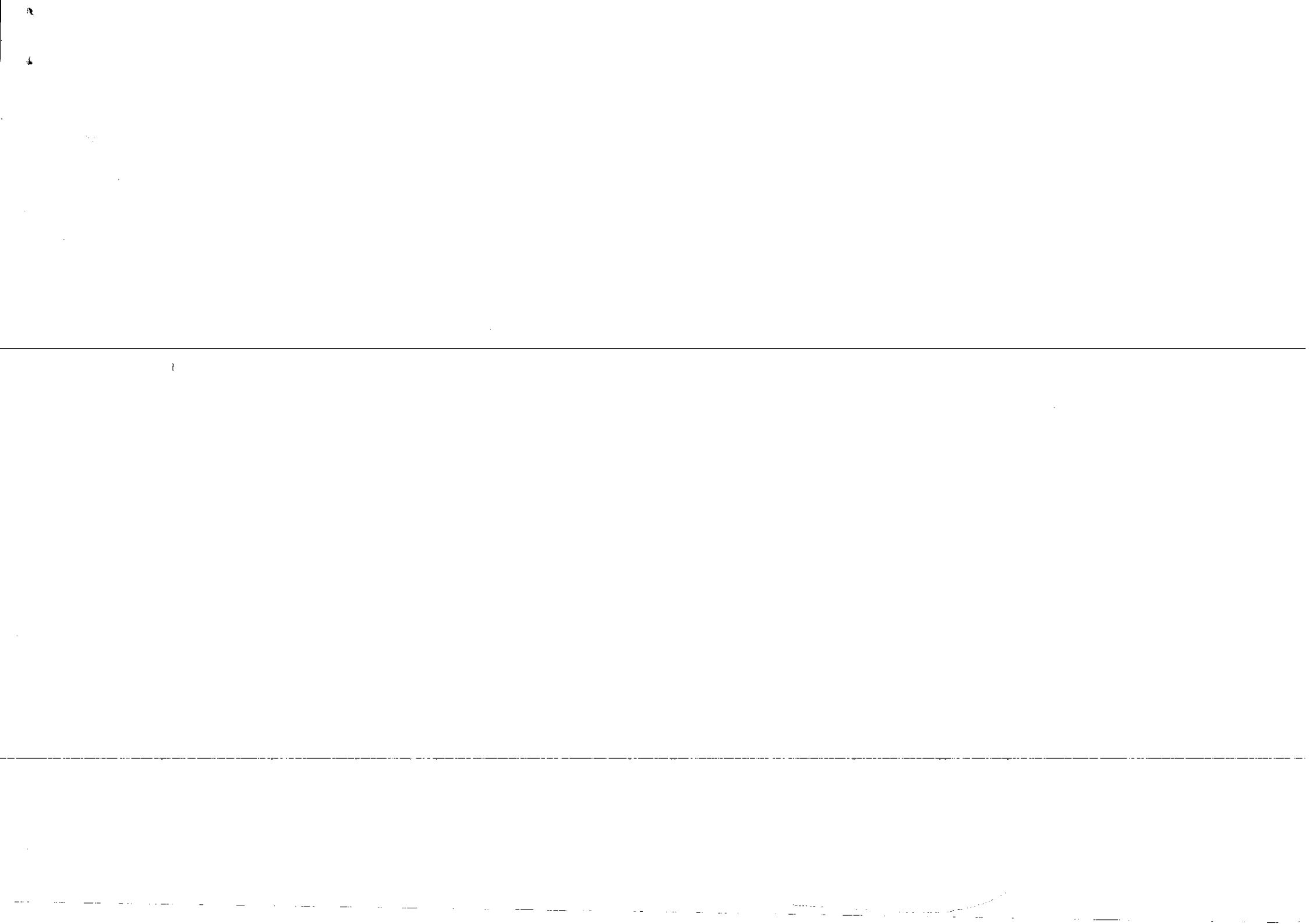
EDUARDO PAZUELLO

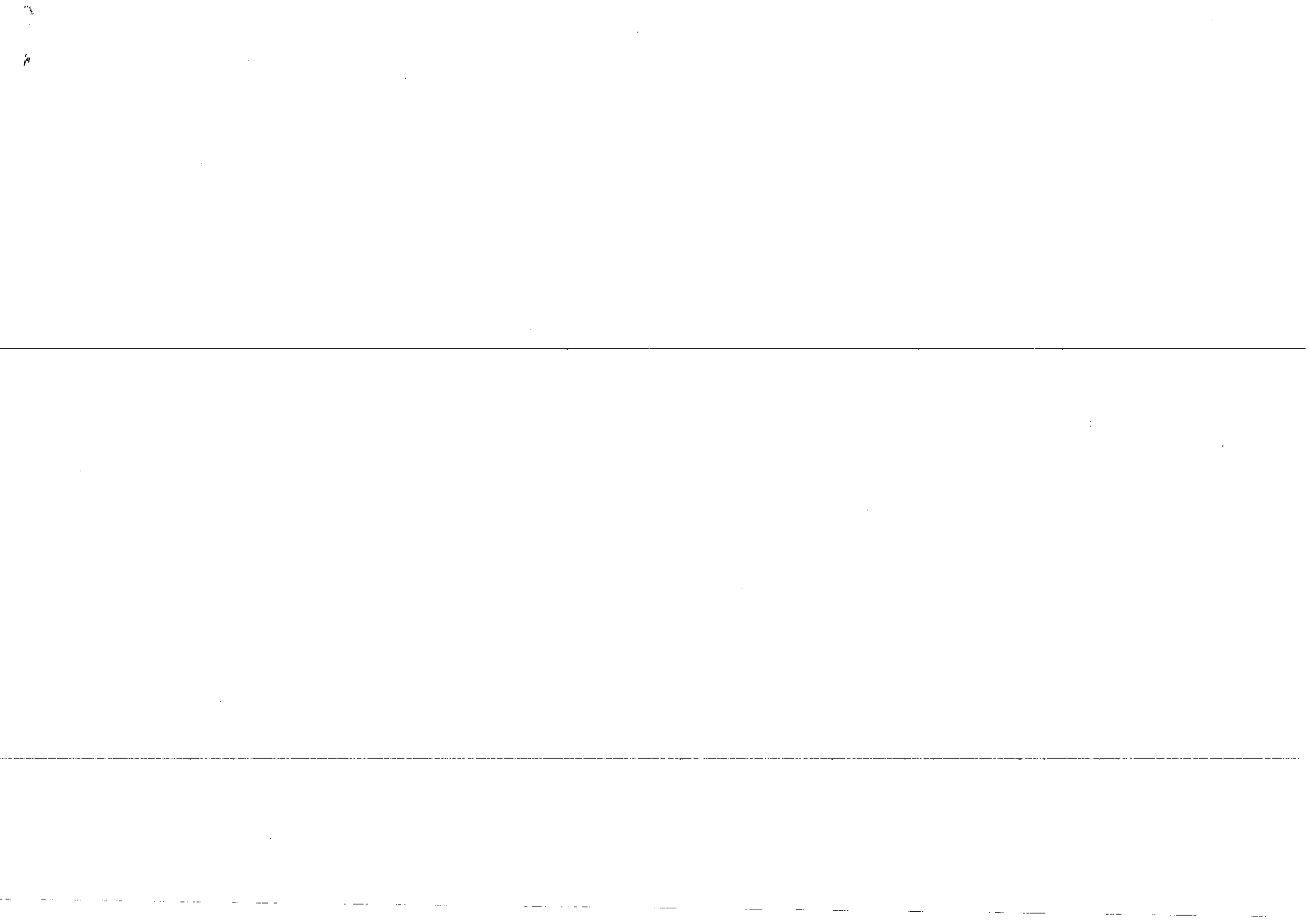
ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES
DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS COVID 19



UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	19000332744202000	40780021	370.000,00	370.000,00
AL	MACEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	19000332162202000	41780007	400.000,00	400.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARECHAL DEODORO	19000332311202000	41780002	100.000,00	100.000,00
AL	PENEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000332667202000	41780002	100.000,00	100.000,00
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000332724202000	41780010	90.000,00	90.000,00
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	19000331877202000	41780010	90.000,00	90.000,00
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	19000331764202000	26740012	400.000,00	400.000,00
AP	CALCOENE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCOENE	19000332062202000	26740003 26740002	100.000,00 200.000,00	300.000,00
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	19000331670202000	26740012	100.000,00	100.000,00
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	19000331812202000	26740006 26740009 26750008	150.000,00 600.000,00 5.770.227,00	6.520.227,00
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	19000331690202000	26740014	4.580.000,00	4.580.000,00
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	19000331691202000	26740003	50.000,00	50.000,00
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	19000331692202000	26740008	700.000,00	700.000,00
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	19000331665202000	26740003 26740001 26740013	20.000,00 200.000,00 200.000,00	420.000,00
BA	BARROCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000332466202000	27450009	200.000,00	200.000,00
BA	CAMACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACARI	19000332741202000	37380005	700.000,00	700.000,00





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 05/08/2020 | Edição: 149 | Seção: 1 | Página: 91

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA 1.964, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a habilitação leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Maceió.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19;

Considerando as Portarias nº 1.013/GM/MS, de 24 de abril de 2020 e nº 1.042/GM/MS, de 29 de abril de 2020, que habilitam leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios de Alagoas; e

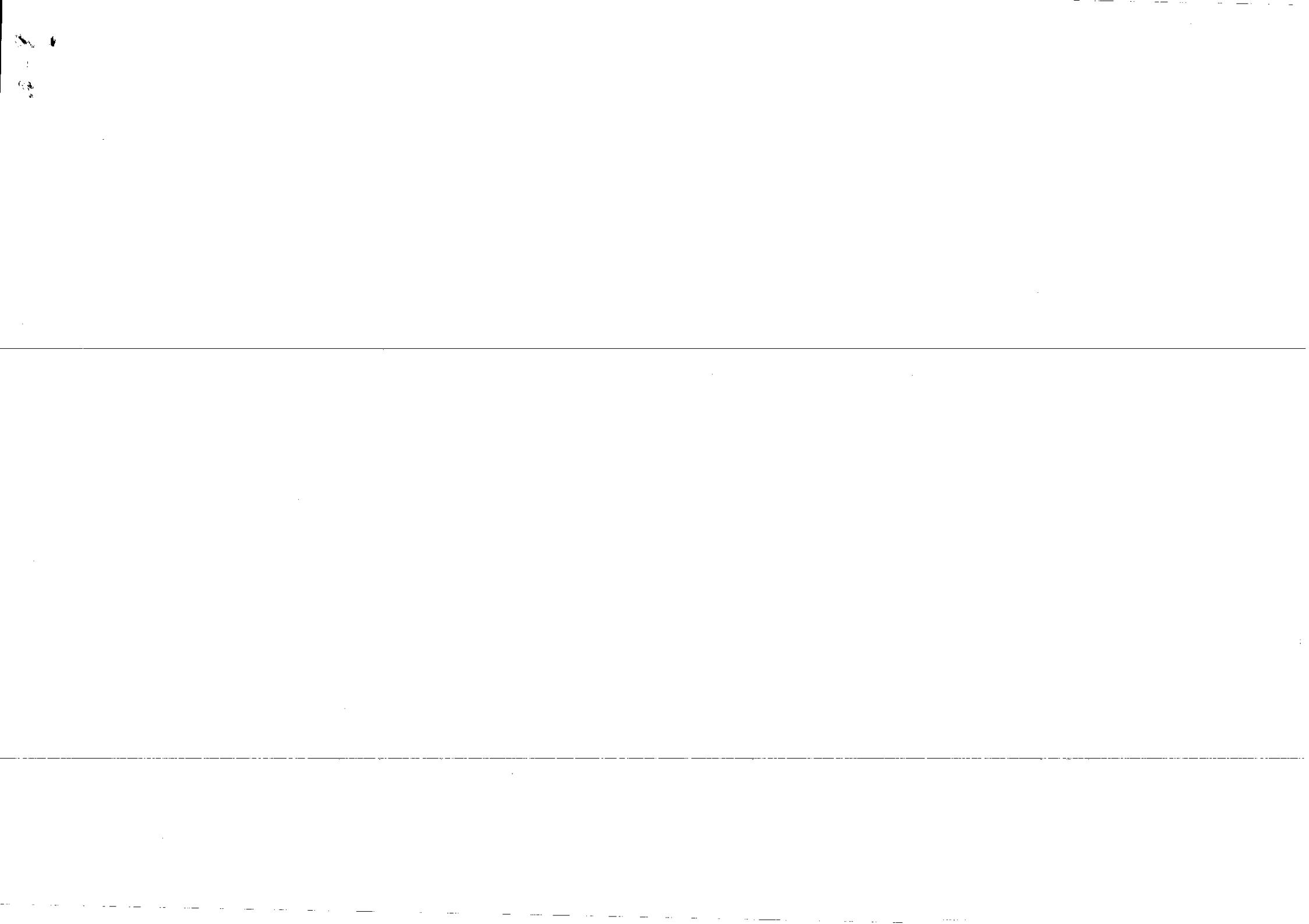
Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.107262/2020-87, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas as habilitações dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, referente a competência julho/2020, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As prorrogações tratadas no art. 1º, ocorrerão excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Maceió, em parcela única, no montante de R\$ 3.936.000,00 (três milhões e novecentos e trinta e seis mil reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.



Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual de Saúde de Alagoas e Municipal de Saúde de Maceió, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - - Plano Orçamentário CV50 - Medida Provisória nº 976, de 4 de junho de 2020.

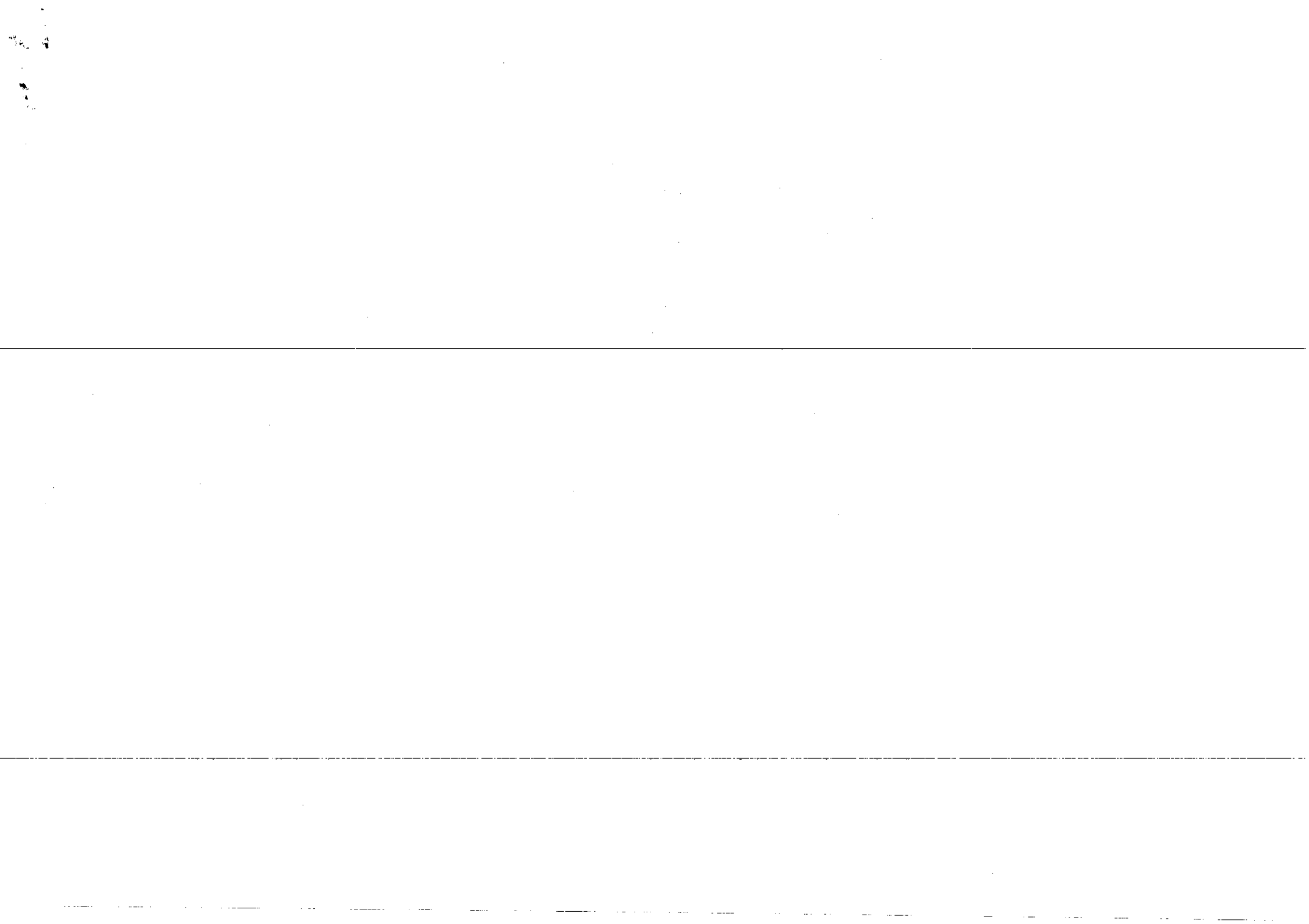
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	N L P
AL	270000	ARAPIRACA	UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. DANIEL HOULY	3015408	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.013/GM/MS, DE 24/04/2020	7
AL	270430	MACEIÓ	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF ALBERTO ANTUNES	2006197	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.013/GM/MS, DE 24/04/2020	6
AL	270000	MACEIÓ	HOSPITAL DA MULHER DRA.NISE DA SILVEIRA	9923837	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.013/GM/MS, DE 24/04/2020	4
AL	270430	MACEIÓ	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIO	2007037	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.042/GM/MS, DE 29/04/2020	2
TOTAL									8

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ



PREFEITURA DE
MACEIÓ

ANO XXIII - Maceió/AL, Terça-Feira, 25 de Agosto de 2020 - Nº 6030

EXPEDIENTE: DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

- 01 - PREFEITO DE MACEIÓ
RUI SOARES PALMEIRA
- 02 - VICE-PREFEITO
MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE
- 03 - GABINETE DE GOVERNANÇA - GEOV
RUA ROCHA CAVALCANTE DE ALMEIDA
- 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG
JAILTON SANTOS COSTA
- 05 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DIOGO SILVA CORTINHO
- 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - SMCI
ALEXANDER TELES ARAÚJO
- 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
LILIZ HENRIQUE LIMA ALVES PINTO
- 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO
- 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE - SEDET ROSA MARIA BARROS TENÓRIO
- 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ANA DAISE REZENDE DOREA
- 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MARINHE
- 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE
REINALDO BRAGA DA SILVA JÚNIOR
- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
MARC MERRION LIRA PAES
- 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO
SOCIAL - SEMSUS
VENIO BOLIVAR DE ALBUQUERQUE
- 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
JOSÉ THOMAZ DA SILVA NUNO NETO
- 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ABASQUECIMENTO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTABS
DANIEL SARAIVA EVARISTO (Inzênio)
- 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL
JAIR GALVÃO FREIRE NETO
- 18 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS -
ARSEL
RODRIGO BORGES FONTAN
- 19 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MACEIÓ - IPREN
FABIANA TOLEDO VANDERLEI DE AZEVEDO
- 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL - FMAC
VÂNIA LUIZA BARREIROS AMORIM
- 21 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - SUDS
GUSTAVO ALBERTO AÇOLLI DE PAIVA TORRES
- 22 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE HUMANAÇÃO DE MACEIÓ - SIMA
CÍCERO RODRIGO CAVALCANTE FERREIRA
- 23 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -
SMAT
ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE MOURA
- 24 - COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E
PATRIMÔNIO - COMAPHP
VIVIA FLÁVIA DE JESUS MELO

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió é uma publicação voltada à
modernização e transparência da gestão municipal.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP DECRETO Nº 8.941 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
MONTANTE DE R\$ 960.000,00 (NOVECENTOS E
SESSENTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das
atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da
Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº.
6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal
nº 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de
Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da
emergência de saúde pública de importância internacional decorrente
do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do
MINISTÉRIO DA SAÚDE, que dispõe sobre a regulamentação e
operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de
2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de
saúde pública de importância internacional decorrente do novo
Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 237/SAES/MS, de 18 de Março de
2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento
exclusivo dos pacientes com (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.802/GM/MS, de 20 de Julho de
2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia
Intensiva - UTI Adulto (COVID-19), para atendimento exclusivo dos
pacientes SRAG/COVID-19;

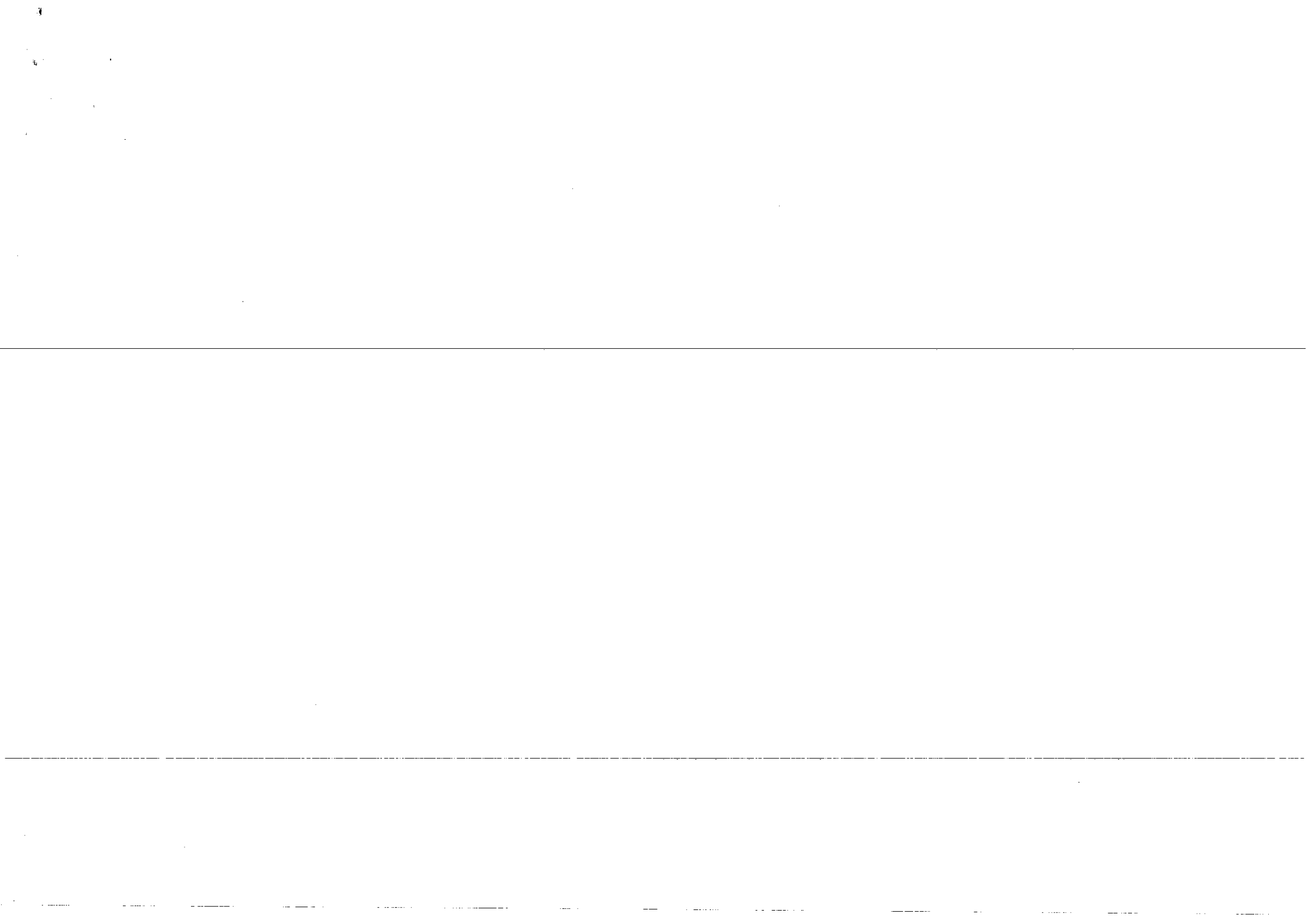
CONSIDERANDO as Portarias nº. 1.013/GM/MS, de 24 de Abril de
2020 e nº. 1.042/GM/MS, de 29 de Abril de 2020, que habilitam leitos
da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e
estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos
de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao
Estado e Municípios de Alagoas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de
2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento
do estado de calamidade em saúde pública de importância
internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito
do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL
DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um
crédito adicional suplementar no valor de R\$ 960.000,00 (Novecentos
e sessenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo
Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme
dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de
Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de
arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica
1.7.1.8.03.9.1.01 - Transferência de recursos do SUS - COVID-19,



em virtude da prorrogações das habilitações dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, referente a competência julho/2020, dos estabelecimentos descritos na Portaria, as prorrogações tratadas no art. 1º, da portaria ocorrerão excepcionalmente pelo prazo de 30(trinta) dias, em conformidade com a Portaria nº 1.964 de 04 de Agosto de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.941 DE 24/08/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/SubProg/Situação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			960.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			960.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.39	0.2.41	960.000,00
Subtotal				960.000,00
Total				960.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:2342D1E7

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.942 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 2.030.000,00 (DOIS MILHÕES E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica abeto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.030.000,00 (Dois milhões e trinta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do complemento do auxílio financeiro que serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da (COVID-19), podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo Coronavírus (COVID-19), previsto na Portaria nº. 245/SAES/MS, de 24 de Março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.666 de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 24 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.942 DE 24/08/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/SubProg/Situação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			2.030.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			2.030.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.34	0.2.41	2.030.000,00
Subtotal				2.030.000,00
Total				2.030.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:3442D96F

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.943 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PREFEITURA DE
MACEIÓ

ANO XXIII - Maceió/AL, Terça-Feira, 25 de Agosto de 2020 - Nº 6030

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

01 - PREFEITO DE MACEIÓ
RUI SOARES PALMEIRA

02 - VICE-PREFEITO

MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE

03 - GABINETE DE GOVERNANÇA - CGOV
ÉRIA ROCHA CAVACANTE DE ALMEIDA

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG
JAIRTON SANTOS COSTA

05 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DIOGO SILVA COUTINHO

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - SMCI
NEANDER TELES ARAÚJO

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
LUIZ BRANQUELIMA ALVES RENTO

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SEMCOM
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE - SEDET ROSA MARIA BARROS TENÓRIO

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ANA DAISE REZENDE DOURA

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMED

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE
REINALDO BRAGA DA SILVA JUNIOR

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
MAC WERNHON LIRA PAES

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO
FÍSICAL - SEMSUS

ENIO BOIVIVAR DE ALBUQUERQUE

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONATO NETO

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ABASTECIMENTO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTARES

DANIEL SARAIVA EVARISTO GARCIA

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL
JAIR CALYAO FREIRE NETO

18 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS
ARSEN

RODRIGO BORGES FONTAN

19 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MACEIÓ - IPREV

FABIANA TOLEDO VANDERLUIZ DE AZEVEDO

20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL - FMAC
VÂNIA LUIZA BARREIROS AMORIM

21 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - SUDS

GUSTAVO ALBERTO AÇOLÉ DE PAIVA TORRES

22 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO DE MACEIÓ - SIMA
CICERO RODRIGO CAVACANTE FERREIRA

23 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -
SMTT

ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE NOGUEIRA

24 - COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E
PATRIMÔNIO - COMARHP

VIVIAN LÚCIA DE JESUS MELO

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió é uma publicação oficial e
autorizada e tem validade de todo o território municipal.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP DECRETO Nº. 8.941 MACEIÓ/AL, 24 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
MONTANTE DE R\$ 960.000,00 (NOVECENTOS E
SESSENTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art. 29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356, de 11 Março de 2020, do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 237/SAES/MS, de 18 de Março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.802/GM/MS, de 20 de Julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto (COVID-19), para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19;

CONSIDERANDO as Portarias nº. 1.013/GM/MS, de 24 de Abril de 2020 e nº. 1.042/GM/MS, de 29 de Abril de 2020, que habilitam leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios de Alagoas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 - Transferência de recursos do SUS - COVID-19,

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/07/2020 | Edição: 143-A | Seção: 1 - Extra | Página: 2

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no Anexo 1 do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica - Operacionalização;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017, que redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

Considerando a Seção IV do Capítulo III do Título VII da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando o Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS);

Considerando a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, que Divulga o Detalhamento das Naturezas de Despesas 339030, 339036, 339039 e 449052;

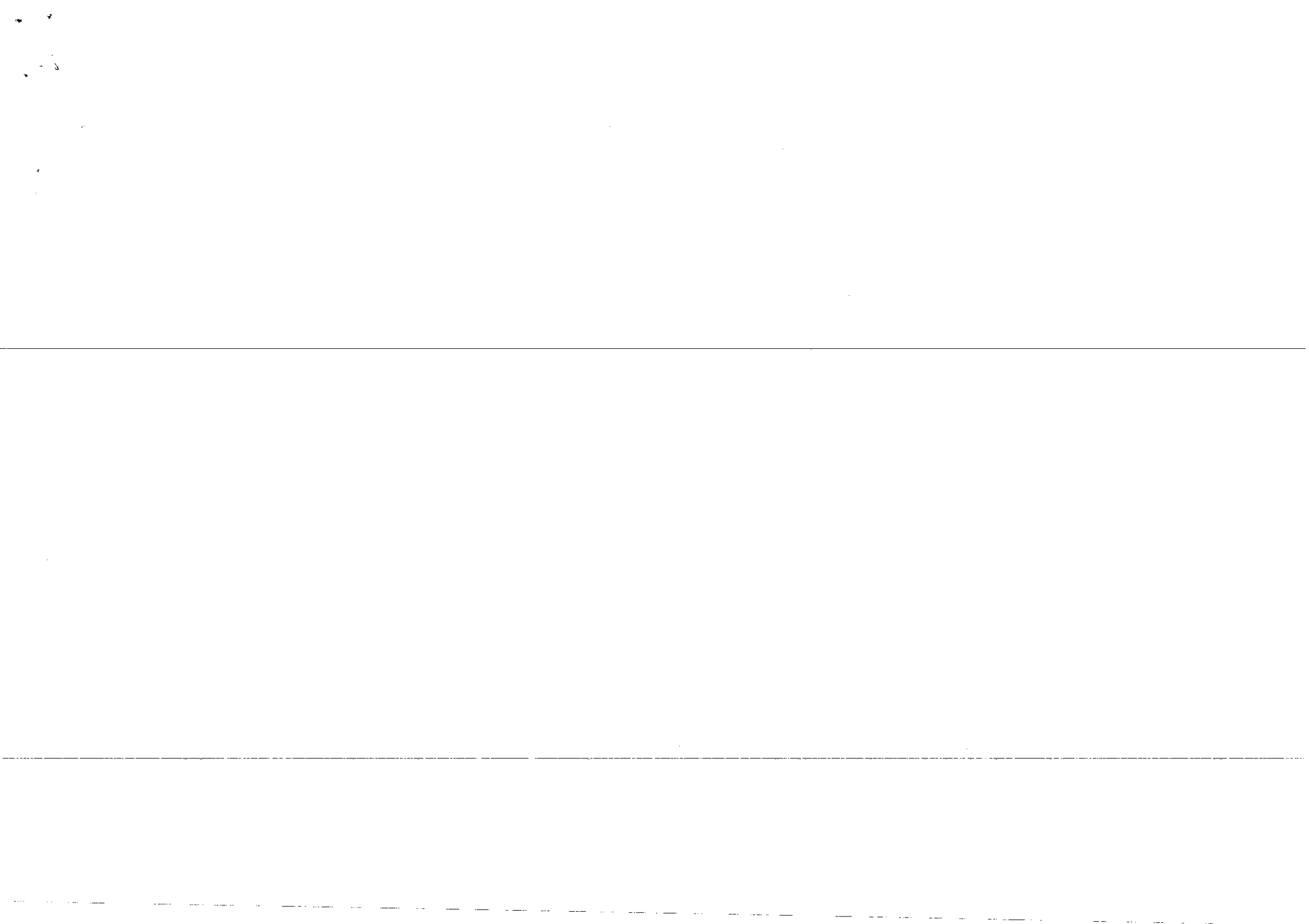
Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, causador da doença Covid-19;

Considerando a Portaria nº 1.565/GM/MS, de 18 de junho de 2020, que estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da Covid-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro; e

Considerando que a Atenção Primária à Saúde deve desenvolver ações integradas visando à promoção da saúde e prevenção de doenças, dentre elas ações intersetoriais, em interlocução com as escolas, voltadas para o desenvolvimento de uma atenção integral;

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, descritos no anexo a esta Portaria, para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.

§ 1º O valor a ser transferido aos Municípios e ao Distrito Federal atende as regras de incentivo financeiro de custeio às ações no âmbito do Programa Saúde na Escola instituídas no art. 12 da Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017.



§ 2º Para fins de definição do incentivo financeiro de que trata este artigo, foram elencadas todas as escolas públicas da rede básica de ensino, conforme o Censo Escolar 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a metade dos estudantes matriculados.

§ 3º Esse incentivo financeiro se direciona à todos os municípios brasileiros, para todas as escolas da rede básica pública de ensino, sejam essas municipais, estaduais ou federais, contemplando creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, independente de serem aderidos ao Programa Saúde na Escola.

Art. 2º O incentivo financeiro de que trata o art. 1º, deve ser utilizado para compra de materiais necessários à garantia da segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação das escolas e para ações de promoção da saúde e prevenção à Covid-19, conforme as orientações da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 e conforme as diretrizes do Programa Saúde na Escola.

Parágrafo único. Com o incentivo financeiro transferido por essa portaria podem ser adquiridos materiais como produtos de higienização; material de limpeza; álcool em gel ou líquido 70%; máscaras; termômetros infravermelho, adesivos de marcação para distanciamento social, materiais educativos para a realização das ações de promoção da saúde e prevenção à Covid-19 e outros.

Art. 3º O monitoramento da utilização do incentivo financeiro será realizado através do Relatório de Gestão, conforme disposto nas Portarias de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

§ 1º As ações relacionadas à Covid-19 desenvolvidas no âmbito das escolas devem ser monitoradas pelo Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) através do registrado na Ficha de Atividade Coletiva do e-SUS AB em Práticas de Saúde: Outro procedimento coletivo - Código SIGTAP com o código "Ações de prevenção à Covid-19 nas escolas", enquanto permanecer a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, causador da doença Covid-19.

§ 2º As orientações detalhadas sobre os os valores transferidos, a utilização e o monitoramento do incentivo financeiro e as recomendações de saúde na reabertura das escolas públicas da rede básica de ensino no contexto da pandemia da Covid-19 estão disponíveis em <https://aps.saude.gov.br/ape/corona>.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, deverão onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional, em parcela única, no valor de R\$ 454.331.202,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e um mil duzentos e dois reais).

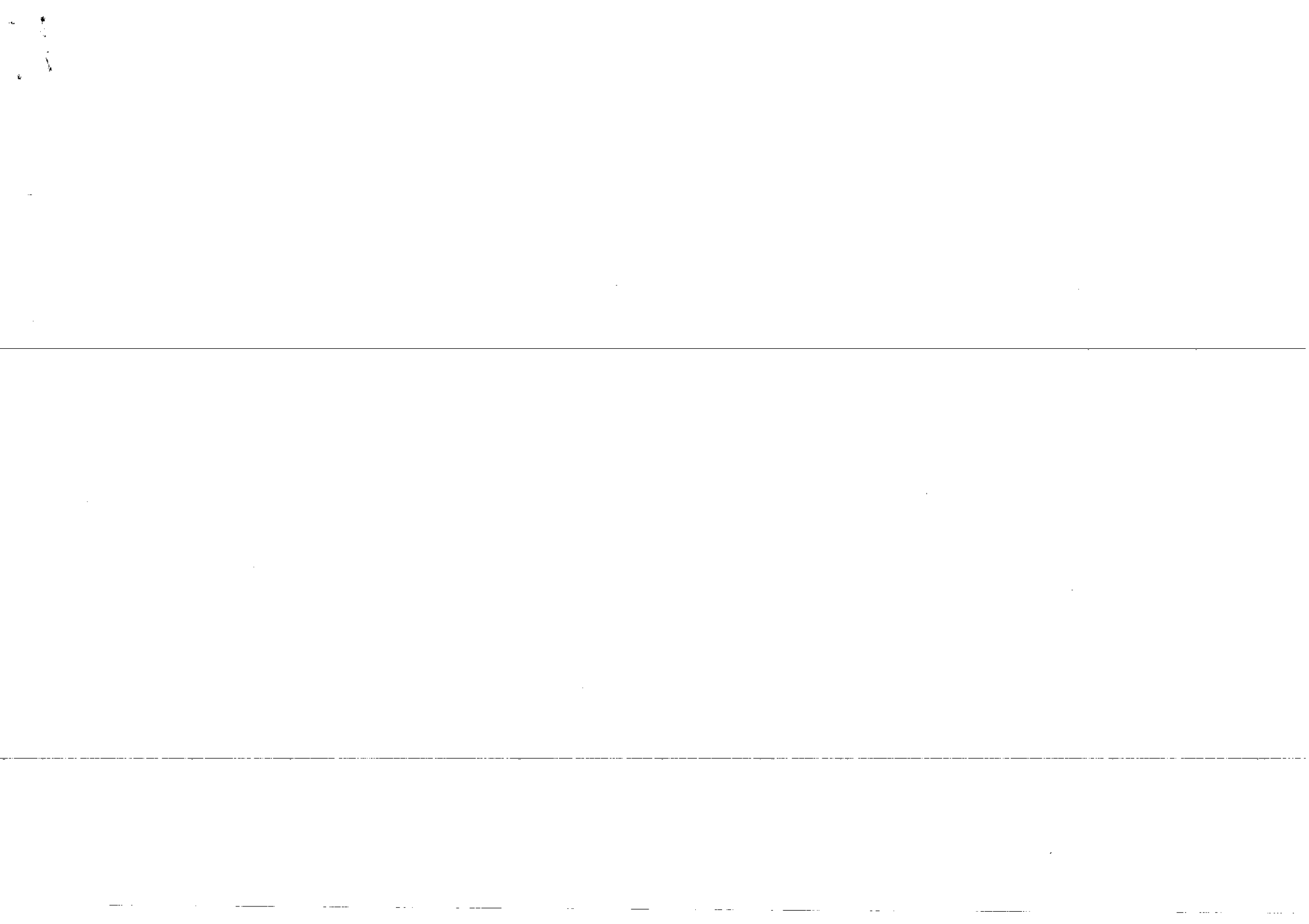
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

EDUARDO PAZUELLO

UF	Município	Código IBGE	Incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19
AC	ACRELÂNDIA	120001	R\$ 43.232,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	R\$ 188.308,00
AC	BRASILEIA	120010	R\$ 168.604,00
AC	BUJARI	120013	R\$ 98.492,00
AC	CAPIXABA	120017	R\$ 49.746,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	R\$ 512.650,00
AC	EPITACIOLÂNDIA	120025	R\$ 64.936,00
AC	FEIJÓ	120030	R\$ 411.334,00
AC	JORDÃO	120032	R\$ 205.336,00
AC	MANCIO LIMA	120033	R\$ 143.062,00

AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	R\$ 208.498,00	
AL	IBATEGUARA	270300	R\$ 61.598,00	
AL	IGACI	270310	R\$ 61.598,00	
AL	IGREJA NOVA	270320	R\$ 73.950,00	
AL	INHAPI	270330	R\$ 110.344,00	
AL	JACARE DOS HOMENS	270340	R\$ 32.218,00	
AL	JACUIPE	270350	R\$ 35.056,00	
AL	JAPARATINGA	270360	R\$ 46.408,00	
AL	JARAMATAIA	270370	R\$ 23.704,00	
AL	JEQUIA DA PRAIA	270375	R\$ 32.718,00	
AL	JOAQUIM GOMES	270380	R\$ 89.640,00	
AL	JUNDIA	270390	R\$ 29.380,00	
AL	JUNQUEIRO	270400	R\$ 99.492,00	
AL	LAGOA DA CANOA	270410	R\$ 69.612,00	
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	R\$ 88.640,00	
AL	MACEIO	270430	R\$ 790.986,00	
AL	MAJOR ISIDORO	270440	R\$ 64.936,00	
AL	MAR VERMELHO	270490	R\$ 17.528,00	
AL	MARAGOGI	270450	R\$ 107.168,00	
AL	MARAVILHA	270460	R\$ 33.718,00	
AL	MARECHAL DEODORO	270470	R\$ 85.626,00	
AL	MARIBONDO	270480	R\$ 40.732,00	
AL	MATA GRANDE	270500	R\$ 176.118,00	
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	R\$ 68.774,00	
AL	MESSIAS	270520	R\$ 30.542,00	
AL	MINADOR DO NEGRAO	270530	R\$ 49.246,00	
AL	MONTEIROPOLIS	270540	R\$ 52.084,00	
AL	MURICI	270550	R\$ 71.274,00	
AL	NOVO LINO	270560	R\$ 53.084,00	
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	270570	R\$ 40.894,00	
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	270580	R\$ 29.380,00	
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	270590	R\$ 51.584,00	
AL	OLIVENCA	270600	R\$ 41.232,00	
AL	OURO BRANCO	270610	R\$ 70.112,00	
AL	PALESTINA	270620	R\$ 28.880,00	
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	270630	R\$ 149.562,00	
AL	PAO DE ACUCAR	270640	R\$ 117.858,00	
AL	PARICONHA	270642	R\$ 72.950,00	
AL	PARIPUEIRA	270644	R\$ 23.366,00	
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	R\$ 65.436,00	
AL	PAULO JACINTO	270660	R\$ 26.542,00	
AL	PENEDO	270670	R\$ 111.668,00	
AL	PIACABUCU	270680	R\$ 47.408,00	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.948 MACEIÓ/AL, 26 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
MONTANTE DE R\$ 790.986,00 (SETECENTOS E
NOVENTA MIL, NOVECIENTOS E OITENTA E
SEIS REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Anexo 1 do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº. 2/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica - Operacionalização;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação nº. 6/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 6.286, de 05 de Dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº. 1.055/MS/MEC, de 26 de Abril de 2017, que redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

CONSIDERANDO a Seção IV do Capítulo III do Título VII da Portaria de Consolidação nº. 1/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.565/GM/MS, de 18 de Junho de 2020, que estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da (COVID-19), e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro;

CONSIDERANDO que a Atenção Primária à Saúde deve desenvolver ações integradas visando à promoção da saúde e prevenção de doenças, dentre elas ações intersetoriais, em interlocução com as escolas, voltadas para o desenvolvimento de uma atenção integral:

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.918 de 15 de Julho de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 790.986,00 (Setecentos e noventa mil, novecentos e oitenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude dos incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), considerando as escolas públicas da rede básica de ensino, em conformidade com a Portaria nº. 1.857 de 28 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 26 de Agosto de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.948 DE 26/08/2020. – Suplementação

Órgão / U.O	Descrição		Natureza	Fonte	Valor
	Fun/ Sub/ Prog/ Subseção				
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			790.986,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			790.986,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
Subtotal			33.90.30	0.2.41	790.986,00
Total					790.986,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador: A1AADC50

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 28/08/2020. Edição 6032
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/09/2020 | Edição: 182 | Seção: 1 | Página: 99

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.516, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Lei nº 13.979, 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando o Título III do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Capítulo I do Título V da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; e

Considerando a Portaria nº 3.047/GM/MS, de 28 de novembro de 2019, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2020 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Renome 2018, resolve:

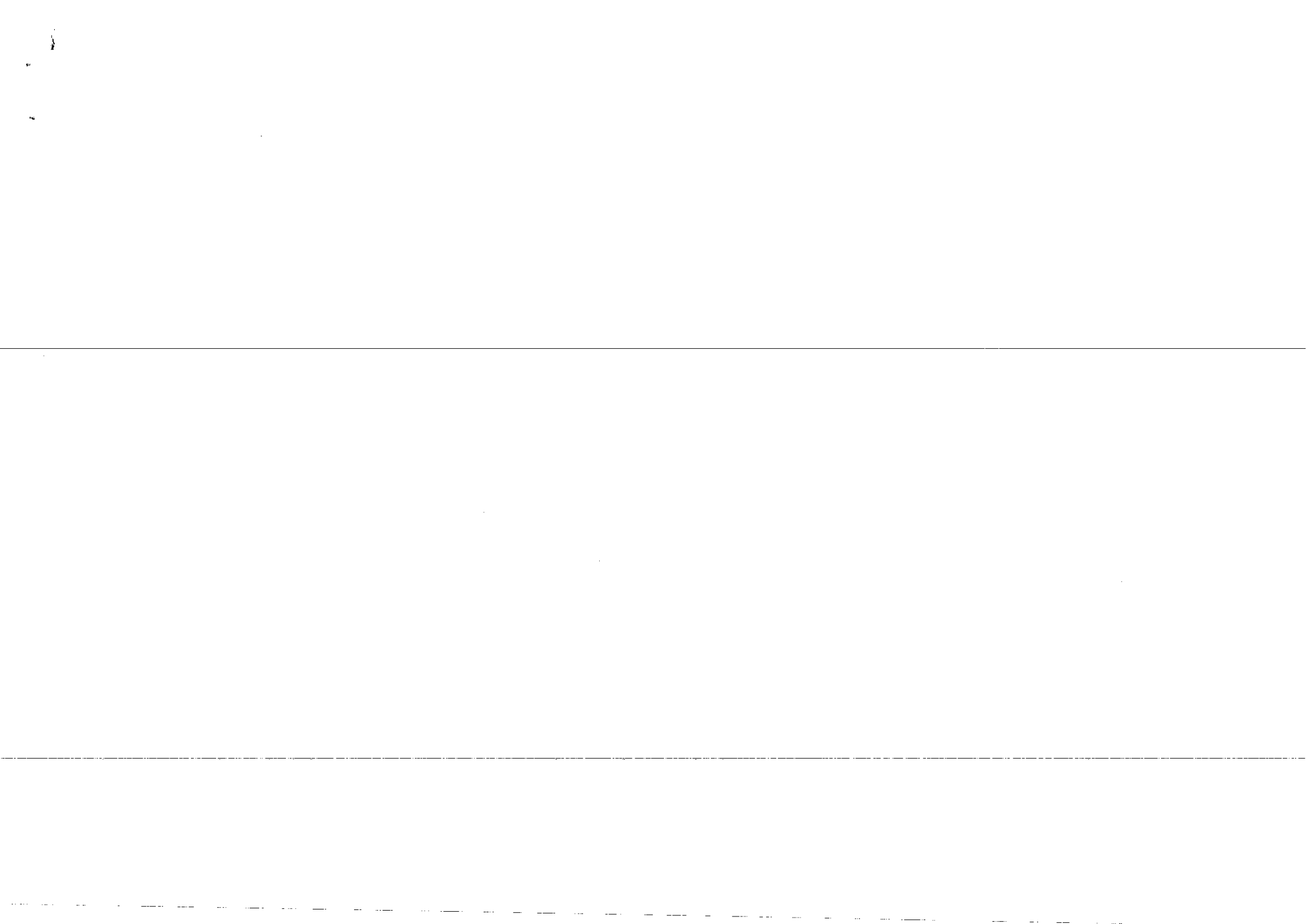
Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a transferência de recursos financeiros de custeio para financiar a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (Anexo I da Renome) utilizados no âmbito da saúde mental, em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.

§ 1º Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo são destinados, exclusivamente, à aquisição dos medicamentos constantes do ANEXO I a esta portaria, disponível no endereço eletrônico: www.saude.gov.br/afsaudemental.

§ 2º Se houver atualização do elenco de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental, o ANEXO I a esta portaria será atualizado e disponibilizado no endereço eletrônico citado no § 1º deste artigo.

Art. 2º Os valores serão repassados, em parcela única, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme classificação dos municípios nos seguintes grupos:

a) IDHM muito baixo: R\$ 3,14 (três reais e quatorze centavos) por habitante;



- b) IDHM baixo: R\$ 3,11 (três reais e onze centavos) por habitante;
- c) IDHM médio: R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) por habitante;
- d) IDHM alto: R\$ 3,06 (três reais e seis centavos) por habitante; e
- e) IDHM muito alto: R\$ 3,04 (três reais e quatro centavos) por habitante.

Parágrafo único. Para fins de alocação desses recursos, utilizar-se-á a população estimada nos referidos entes federativos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2020, enviada ao Tribunal de Contas da União.

Art. 3º A comprovação da aplicação dos recursos financeiros pelos entes beneficiários dar-se-á por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG que deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, para análise e emissão de parecer conclusivo nos termos do § 1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria serão repassados na modalidade fundo a fundo, aos entes beneficiários, conforme pactuações nas respectivas Comissões Intergestores Bipartite (CIB), e ocorrerão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional - Plano Orçamentário: CV50 - COVID-19 (Medida Provisória nº 976, de 4 de junho de 2020), com impacto orçamentário no valor de R\$ 649.833.472,83 (seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos).

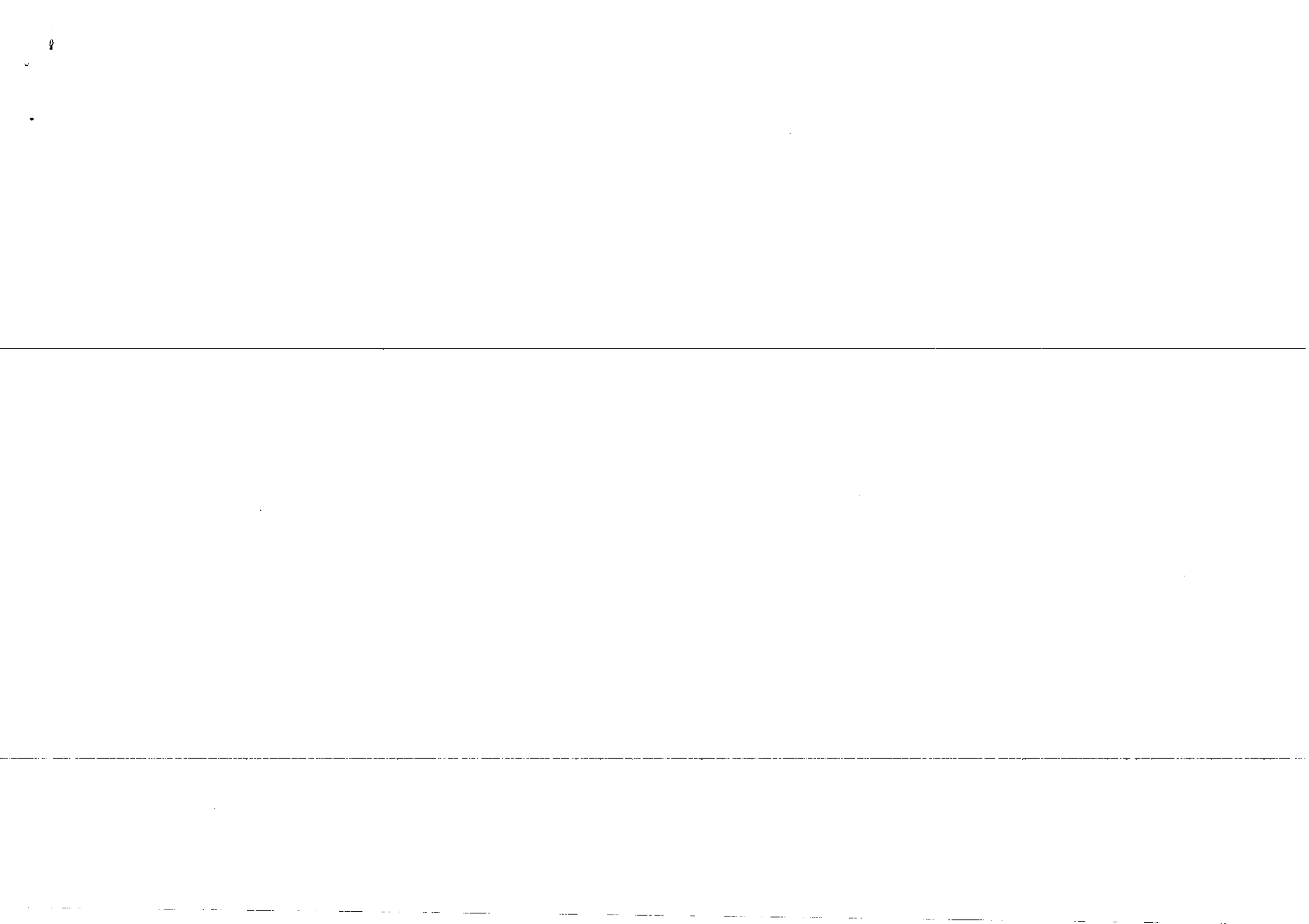
Parágrafo único. A relação dos entes beneficiários com os seus respectivos valores de repasse constam do Anexo II desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZZUELO

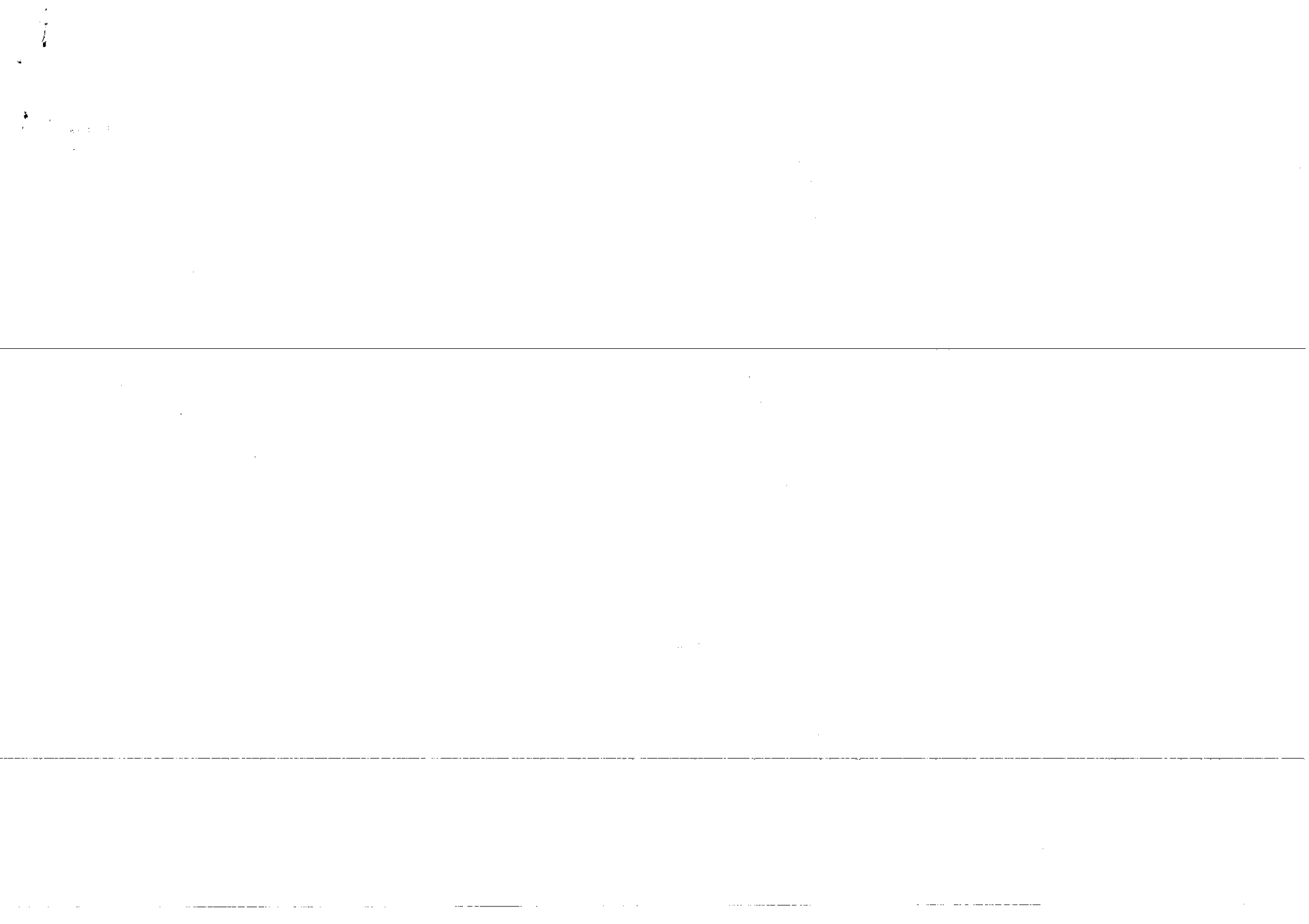
ANEXO I

MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO
Ácido Valpróico (valproato de sódio)	Cápsula de 250 mg, comprimido de 250 mg, solução oral 50 mg/mL, xarope 50 mg/mL, comprimido 500 mg
Carbamazepina	Comprimido de 200 mg e 400 mg, suspensão oral 20 mg/mL
Carbonato de lítio	Comprimido 300 mg
Clonazepam	Solução oral 2,5 mg/mL
Cloridrato de amitriptilina	Comprimido de 25 mg e 75 mg
Cloridrato de biperideno	Comprimido de 2 mg e comprimido de liberação prolongada de 4 mg
Lactato de biperideno	Solução injetável 5 mg/mL
Cloridrato de clomipramina	Comprimido de 10 mg e 25 mg
Cloridrato de clorpromazina	Comprimido de 25 mg e 100 mg e solução oral 40 mg/mL
Cloridrato de fluoxetina	Cápsula de 20 mg e comprimido de 20 mg
Cloridrato de nortriptilina	Cápsula de 10 mg, 25 mg, 50 mg, 75 mg
Cloridrato de prometazina	Comprimido de 25 mg e solução injetável de 25 mg/mL
Cloridrato de tiamina	Comprimido de 300 mg
Decanoato de haloperidol	Solução injetável 50 mg/mL
Haloperidol	Comprimido de 1 mg e 5 mg, solução oral 2 mg/mL
Diazepam	Comprimido de 5 mg e 10 mg e solução injetável de 5 mg/mL
Fenitoina	Comprimido de 100 mg, suspensão oral 20 mg/mL, solução injetável 50 mg/mL
Fenobarbital	Solução injetável 100 mg/mL, comprimido 100 mg, solução oral 40 mg/mL
Flumazenil	Solução injetável 0,1 mg/mL
Levodopa + carbidopa	Comprimido 200 mg + 50 mg e 250 mg + 25 mg



39	AL	270160	Canapi	17.719	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 55.106,09
40	AL	270170	Capela	16.979	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 52.804,69
41	AL	270180	Carneiros	9.159	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 28.484,49
42	AL	270190	Chã Preta	7.311	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 22.737,21
43	AL	270200	Coité do Nóia	10.643	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 33.099,73
44	AL	270210	Colônia Leopoldina	21.818	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 67.853,98
45	AL	270220	Coqueiro Seco	5.864	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 18.237,04
46	AL	270230	Coruripe	57.294	3 - MÉDIO	R\$ 3,09	R\$ 177.038,46
47	AL	270235	Craibas	24.309	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 75.600,99
48	AL	270240	Delmiro Gouveia	52.262	3 - MÉDIO	R\$ 3,09	R\$ 161.489,58
49	AL	270250	Dols Riachos	11.067	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 34.418,37
50	AL	270255	Estrela de Alagoas	18.255	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 56.773,05
51	AL	270260	Feira Grande	22.178	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 68.973,58
52	AL	270270	Feliz Deserto	4.779	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 14.862,69
53	AL	270280	Flexeiras	12.807	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 39.829,77
54	AL	270290	Girau do Ponciano	41.237	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 128.247,07
55	AL	270300	Ibateguara	15.627	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 48.599,97
56	AL	270310	Igaci	25.613	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 79.656,43
57	AL	270320	Igreja Nova	24.586	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 76.462,46
58	AL	270330	Inhapi	18.392	1 - MUITO BAIXO	R\$ 3,14	R\$ 57.750,88
59	AL	270340	Jacaré dos Homens	5.219	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 16.231,09
60	AL	270350	Jacuipe	7.006	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 21.788,66
61	AL	270360	Japaratinga	8.403	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 26.133,33
62	AL	270370	Jaramataia	5.761	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 17.916,71
63	AL	270375	Jequiá da Praia	11.536	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 35.876,96
64	AL	270380	Joaquim Gomes	24.081	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 74.891,91
65	AL	270390	Jundiá	4.137	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 12.866,07
66	AL	270400	Junqueiro	24.722	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 76.885,42
67	AL	270410	Lagoa da Canoa	17.771	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 55.267,81
68	AL	270420	Limoeiro de Anadia	28.771	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 89.477,81
69	AL	270430	Maceió	1025.360	4 - ALTO	R\$ 3,06	R\$ 3.137.601,60
70	AL	270440	Major Isidoro	19.864	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 61.777,04

71	AL	270490	Mar Vermelho	3.494	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 10.866,34
72	AL	270450	Maragogi	33.032	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 102.729,52
73	AL	270460	Maravilha	9.004	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 28.002,44
74	AL	270470	Marechal Deodoro	52.380	3 - MÉDIO	R\$ 3,09	R\$ 161.854,20
75	AL	270480	Maribondo	13.193	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 41.030,23
76	AL	270500	Mata Grande	25.207	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 78.393,77
77	AL	270510	Matriz de Camaragibe	24.634	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 76.611,74
78	AL	270520	Messias	18.031	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 56.076,41
79	AL	270530	Minador do Negrão	5.322	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 16.551,42
80	AL	270540	Monteirópolis	7.165	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 22.283,15
81	AL	270550	Murici	28.333	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 88.115,63
82	AL	270560	Novo Lino	12.764	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 39.696,04
83	AL	270570	Olho d'Água das Flores	21.738	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 67.605,18
84	AL	270580	Olho d'Água do Casado	9.441	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 29.361,51
85	AL	270590	Olho d'Água Grande	5.128	2 - BAIXO	R\$ 3,11	R\$ 15.948,08
86	AL	270600	Olivência	11.657	1 - MUITO BAIXO	R\$ 3,14	R\$ 36.602,98



CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde como nível de atenção também capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do Coronavírus (COVID-19), por meio de ações que visem a redução da circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, o rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de COVID-19, e a identificação de casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.530.000,00 (Hum milhão, quinhentos e trinta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de COVID-19, de acordo com a Portaria nº. 2.358, de 02 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.981 DE 20/10/2020. – Suplementação

Órgão / L.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.530.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.530.000,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
		31.90.111	0.2.41	1.530.000,00
Subtotal				1.530.000,00
Total				1.530.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:33A07814

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.982 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 3.137.601,60 (TRÊS MILHÕES, CENTO E TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Tímulo III do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº. 2, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO o Capítulo I do Título V da Portaria de Consolidação nº. 6, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 3.047/GM/MS, de 28 de Novembro de 2019, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2020 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2018;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.137.601,60 (Três milhões, cento e trinta e sete mil, seiscientos e um reais e sessenta centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude da transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19, em conformidade com a Portaria nº. 2.516, de 21 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

**ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.982 DE 20/10/2020. -
Suplementação**

Órgão / U/O	Fun/Sub/Prog/Subseção	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			3.137.601,60
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			3.137.601,60
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
Subtotal			33.90.32	0.2.41	3.137.601,60
Total					3.137.601,60

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:4CAE6AB5

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.983 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 544.930,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº. 42, de 13 de Dezembro de 2018, que aprova as diretrizes e estratégias para elaboração do plano de enfrentamento da Mortalidade Materna e na Infância, no contexto da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade da COVID-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para o atendimento integral às necessidades de saúde da população com ênfase nos grupos de risco da COVID-19 e na continuidade das atividades essenciais da APS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso oportuno e de qualidade às gestantes e puérperas aos pontos da rede de atenção à saúde no pré-natal, parto e puerpério da rede pública de saúde durante o período de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO os materiais elaborados e disponibilizados pelo Ministério da Saúde para orientação do cuidado no contexto de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no

Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

Considerando o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 544.930,00 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, Institui em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestão, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 2.222/GM/MS, de 25 de Agosto de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

**ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.983 DE 20/10/2020. -
Suplementação**

Órgão / U/O	Fun/Sub/Prog/Subseção	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			544.930,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			544.930,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
Subtotal			33.90.34	0.2.41	544.930,00
Total					544.930,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:139AB090

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 1271 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **KAISER COSTA DE ALBUQUERQUE**, do cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-2, CPF nº. 053.162.464-11, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:26481B91

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/07/2020 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 50
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020

Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, e

Considerando a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; e

Considerando a Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020, que institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), resolve:

Art. 1º Ficam credenciados temporariamente os estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo de custeio referente aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário e com periodicidade mensal de transferência, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão, conforme Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional (Plano Orçamentário: CV20 - Medida Provisória nº 940, de 02 de abril de 2020 e Plano Orçamentário: CV50 - Medida Provisória nº 976, de 04 de junho de 2020), com impacto orçamentário de R\$ 432.400.000,00 (quatrocentos e trinta e dois milhões quatrocentos mil reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos Municipais e Distrital de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com vigência nas competências financeiras de junho de 2020 a setembro de 2020.

ANEXO
EDUARDO PAZUELLO

Estabelecimentos de saúde credenciados temporariamente e aptos a receberem custeio como Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19

UF	IBGE	Município	CNES	Serviço Credenciado Temporariamente	Valor Mensal	Valor Total - 4 competências
----	------	-----------	------	-------------------------------------	--------------	------------------------------

AC	120013	BUJARI	2002876	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	2002914	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	2000202	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00
AC	120032	JORDAO	7123043	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120033	MANCIO LIMA	9542566	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120039	PORTO WALTER	7959087	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270030	ARAPIRACA	2004968	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00
AL	270060	BARRA DE SAO MIGUEL	2004704	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270100	BOCA DA MATA	2009455	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270140	CAMPO ALEGRE	9831452	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	2003422	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270320	IGREJA NOVA	7510233	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270400	JUNQUEIRO	6324983	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270430	MACEIO	9114807	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
AL	270430	MACEIO	9000755	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
AL	270430	MACEIO	2005751	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
AL	270430	MACEIO	6898521	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
AL	270490	MAR VERMELHO	2719584	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270460	MARAVILHA	2719509	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270470	MARECHAL DEODORO	9146350	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2009196	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270590	OLHO D'AGUA GRANDE	3036421	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
AL	270610	OURO BRANCO	2793938	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00

de Maceió, sob responsabilidade da **EMPRESA LOTEADORA**, sem qualquer ônus para o Município de Maceió.

E, por estarem as partes por justas e acordadas, ficam tais lotes livres de ônus real em razão do presente descaucionamento, pelo que assinam o presente **TERMO DE DESCAUCIONAMENTO** em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais que também o assinam para os fins de direito.

Maceió/AL, 27 de Dezembro de 2019.

Município de Maceió

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET

ROSA MARIA BARROS TENÓRIO

Secretária/SEDET

Ativa Empreendimentos LTDA.

BERNARDO MALTA DE AMORIM

Sócio-Diretor

***Reproduzido por Incorrecção.**

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:1A05376D

GABINETE DO PREFEITO - GP

PORTARIA Nº. 1269 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **LUCAS ROMARIZ PONTES**, ocupante do cargo em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer, para responder internamente pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER – SEMTEL**, na ausência do Titular da Pasta o Sr. **JAIR GALVÃO FREIRE NETO**, durante o período de 19 a 25 de Outubro de 2020, por motivo de gozo de **FÉRIAS**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 19 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:9DB5DF18

GABINETE DO PREFEITO - GP

PORTARIA Nº. 1270 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **EDSON RAIMUNDO DA SILVA**, ocupante do cargo em comissão de Coordenador Geral, da Coordenadoria Geral de Administração, Orçamento e Finanças, para sem prejuízo das suas funções regulamentares, responder internamente pela **SECRETARIA ADJUNTA DE ESPORTE E LAZER** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER – SEMTEL**, na ausência do seu Titular o Sr. **LUCAS ROMARIZ PONTES**, durante o período de 19 a 25 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 19 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:B07059FD

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.978 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.445/GM/MS, de 29 de Maio de 2020, que institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, onde Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 1.797, de 21 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.978 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Fun/Sub/Prog/Subação	Descrição	Natureza	Ponte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
			33.90.34	0.2.41	800.000,00
Subtotal					800.000,00
Total					800.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:7ADFF863

**GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 8.980 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.600.000,00 (HUM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPTN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.600.000,00 (Hum milhão e seiscientos mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica

1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de COVID-19, de acordo com a Portaria nº 2.624/GM/MS/, de 28 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.980 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Fun/Sub/Prog/Subação	Descrição	Natureza	Ponte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
			33.90.11	0.2.41	1.000.000,00
			33.50.43	0.2.41	600.000,00
Subtotal					1.600.000,00
Total					1.600.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:4DAA98C3

GABINETE DO PREFEITO - GP**DECRETO Nº. 8.981 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.530.000,00 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar respostas adequadas para o enfrentamento da COVID-19, que sejam condizentes com a velocidade da mudança no cenário epidemiológico e o potencial esgotamento da capacidade instalada dos serviços de saúde, e de articular ações para a integração de serviços de saúde, em especial da vigilância e da assistência, a fim de potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a identificação e monitoramento de casos de COVID-19 e seus contatos, por meio de ações integradas da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Vigilância em Saúde (VS), com a realização de planejamento de estratégias de intervenção assistencial e sanitária efetivas, visando subsidiar Municípios, Estados, Distrito Federal e Ministério da Saúde na gestão das medidas de saúde pública em resposta à COVID-19, no âmbito de suas competências;

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/09/2020 | Edição: 187 | Seção: 1 | Página: 104

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.624/GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19, diante da importância de aprimorar a vigilância, o alerta e a resposta à emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19 no Brasil; e considerando a necessidade de planejar e executar respostas coordenadas para o enfrentamento da pandemia, devido à mudança do cenário epidemiológico, para potencializar as ações e responder ao interesse público, resolve:

Art. 1º Instituir incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, de alerta e de resposta à emergência da Covid-19, no contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente da pandemia, declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º A execução das ações de vigilância, alerta e resposta à emergência da Covid-19 tem como objetivos ampliar e fortalecer a atuação:

I - dos Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) para resposta coordenada à Covid-19; e (ANEXO I); e

II - da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (RENAVEH) (ANEXO II).

Art. 3º São ações de vigilância, alerta e resposta à emergência da Covid-19:

I - quanto aos CIEVS dos estados, dos municípios e do Distrito Federal:

a) monitorar eventos que possam aumentar a magnitude da emergência em saúde pública pela COVID-19, em nível local, regional, nacional ou internacional;

b) realizar a análise de situação de saúde, como mecanismo central da gestão das emergências em saúde pública relacionadas à Covid-19;

c) coletar, consolidar, analisar e disseminar informações para caracterizar e definir o perfil e dinâmica da Covid-19 no âmbito do seu território municipal, estadual e do Distrito Federal;

d) realizar a articulação entre os diferentes órgãos e instituições envolvidos na resposta à emergência da Covid-19; e

e) apoiar a resposta à emergência em saúde pública por Covid-19.

II - quanto às unidades hospitalares (RENAVEH) dos estados, dos municípios e do Distrito Federal:

a) notificar casos e óbitos por Covid-19 ocorridos em âmbito hospitalar, realizando, inclusive, notificação negativa dos casos e óbitos, quando aplicável, nos sistemas de informação oficiais do Ministério da Saúde;

b) realizar busca ativa para os pacientes internados e atendidos em pronto-socorro e ambulatório da unidade hospitalar, com suspeita de Covid-19;

- c) desenvolver processo de trabalho integrado aos setores estratégicos da unidade hospitalar, para fins de implementação das atividades de vigilância epidemiológica, com acesso às informações necessárias à detecção, monitoramento e encerramento de casos ou surtos sob investigação;
- d) promover educação continuada para os profissionais dos serviços, estimulando a notificação das doenças no ambiente hospitalar, visando melhoria dos processos de trabalho para sensibilização do serviço; e
- e) monitorar, avaliar e divulgar o perfil de morbimortalidade hospitalar.

Art. 4º A definição das unidades federadas definidos nos Anexos I e II a esta Portaria foi realizada a partir dos seguintes critérios:

I - quanto aos CIEVS;

- a) incentivo financeiro federal correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por Centro de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde, habilitados e implantados, e considerando o parâmetro populacional e circulação/fluxo/concentração de pessoas nos portos, aeroportos e fronteiras;

II - quanto às unidades hospitalares da RENAVEH;

- a) incentivo financeiro federal correspondente a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) aos Núcleos Hospitalares de Vigilância Epidemiológica, em todos os estabelecimentos de saúde de gestão pública com dez ou mais leitos de Unidades de Terapias Intensivas (UTI) habilitados e implantados.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem caráter excepcional e temporário e será repassado do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos estaduais, municipais e distrital de forma automática e em parcela única, na competência financeira referente ao mês de outubro de 2020, e corresponderá aos valores definidos nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º A transferência de recursos de que trata o caput dispensa solicitação de adesão dos estados, municípios e Distrito Federal, cabendo aos entes federativos beneficiários a execução dos recursos

§ 2º Na execução dos incentivos financeiros de que trata este artigo deverão ser observados os objetivos previstos no Art. 2º desta Portaria.

§ 3º A não execução total ou parcial acarretará na obrigação da devolução dos recursos financeiros recebidos pelo estado, município e Distrito Federal em razão desta Portaria, nos termos do Art. 27 da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012 e das outras normas aplicáveis.

Art. 6º Os estados, municípios e Distrito Federal serão monitorados e avaliados pela execução das ações do Art. 3º, por meio dos sistemas:

- a) SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação: alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória;
- b) SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade: alimentado pelo registro de óbitos;
- c) GAL - Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial: desenvolvido para Laboratórios de Saúde Pública aplicado aos exames e ensaios de amostras de origem humana, animal e ambiental, com padrão nacional;
- d) e-SUS VE - sistema de notificação imediata de casos de Síndrome Gripal (SG) leve;
- e) SIVEP-Gripe - Sistema de Informação de Vigilância da Gripe: sistema de registro de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizados; e
- f) SIME - Sistema Integrado de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública: sistema para registro de todos os eventos de notificação imediata relacionados na Portaria que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, caracterizados por periodicidade.

Art. 7º A prestação de contas quanto à aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

Art. 8º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - Nacional, plano orçamentário CV50 - COVID19 - Medida Provisória nº 976, de 4 de junho de 2020, com impacto orçamentário estimado de até R\$ 295.500.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões e quinhentos mil reais).

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Centros de Informações estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) para resposta coordenada à COVID-19

SIGLA UF	UF/MUNICÍPIO	CÓDIGO	CNPJ	VALOR TOTAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (CIEVS)
AC	ACRE	12	07.458.465/0001-30	R\$ 1.000.000,00
AC	BRASILEIA	120010	09.622.055/0001-08	R\$ 1.000.000,00
AC	RIO BRANCO	120040	84.317.205/0001-95	R\$ 1.000.000,00
AL	ALAGOAS	27	11.659.171/0001-43	R\$ 1.000.000,00
AL	MACEIO	270430	07.792.137/0001-75	R\$ 1.000.000,00
AM	AMAZONAS	13	06.023.708/0001-44	R\$ 1.000.000,00
AM	MANAUS	130260	07.583.812/0001-56	R\$ 1.000.000,00
AM	TABATINGA	130406	12.629.603/0001-36	R\$ 1.000.000,00
AP	AMAPA	16	06.023.582/0001-08	R\$ 1.000.000,00
AP	MACAPA	160030	18.604.334/0001-30	R\$ 1.000.000,00
AP	OIAPOQUE	160050	12.250.723/0001-28	R\$ 1.000.000,00
BA	BAHIA	29	05.816.630/0001-52	R\$ 1.000.000,00
BA	FEIRA DE SANTANA	291080	08.576.590/0001-07	R\$ 1.000.000,00
BA	SALVADOR	292740	08.086.458/0001-17	R\$ 1.000.000,00
CE	CEARA	23	74.031.865/0001-51	R\$ 1.000.000,00
CE	FORTALEZA	230440	11.621.453/0001-51	R\$ 1.000.000,00
DF	DISTRITO FEDERAL	53	12.116.247/0001-57	R\$ 1.000.000,00
ES	ESPIRITO SANTO	32	06.893.466/0001-40	R\$ 1.000.000,00
ES	SERRA	320500	14.814.026/0001-88	R\$ 1.000.000,00
ES	VITORIA	320530	14.792.165/0001-58	R\$ 1.000.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	520140	11.809.185/0001-04	R\$ 1.000.000,00
GO	GOIANIA	520870	37.623.352/0001-03	R\$ 1.000.000,00
GO	GOIAS	52	00.544.963/0001-56	R\$ 1.000.000,00

RN	RIO GRANDE DO NORTE	24	14.031.955/0001-10	R\$ 1.000.000,00
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	23.273.682/0001-01	R\$ 1.000.000,00
RO	PORTO VELHO	110020	11.155.765/0001-17	R\$ 1.000.000,00
RO	RONDONIA	11	00.733.062/0001-02	R\$ 1.000.000,00
RR	BOA VISTA	140010	13.464.636/0001-36	R\$ 1.000.000,00
RR	PACARAIMA	140045	11.513.131/0001-99	R\$ 1.000.000,00
RR	RORAIMA	14	05.370.016/0001-00	R\$ 1.000.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	430510	10.546.325/0001-28	R\$ 1.000.000,00
RS	PORTO ALEGRE	431490	11.358.235/0001-76	R\$ 1.000.000,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	43	87.182.846/0001-78	R\$ 1.000.000,00
RS	SANTANA DO LIVRAMENTO	431710	12.094.007/0001-07	R\$ 1.000.000,00
RS	SAO BORJA	431800	10.610.784/0001-23	R\$ 1.000.000,00
RS	URUGUAIANA	432240	11.343.066/0001-09	R\$ 1.000.000,00
SC	CHAPICO	420420	80.636.475/0001-08	R\$ 1.000.000,00
SC	DIONISIO CERQUEIRA	420500	11.265.919/0001-23	R\$ 1.000.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	420540	08.935.681/0001-91	R\$ 1.000.000,00
SC	JOINVILLE	420910	08.184.821/0001-37	R\$ 1.000.000,00
SC	SANTA CATARINA	42	80.673.411/0001-87	R\$ 1.000.000,00
SE	ARACAJU	280030	11.718.406/0001-20	R\$ 1.000.000,00
SE	SERGIPE	28	04.384.829/0001-96	R\$ 1.000.000,00
SP	CAMPINAS	350950	13.704.311/0001-83	R\$ 1.000.000,00
SP	GUARULHOS	351880	16.807.135/0001-01	R\$ 1.000.000,00
SP	OSASCO	353440	13.897.329/0001-49	R\$ 1.000.000,00
SP	RIBEIRAO PRETO	354340	12.885.763/0001-46	R\$ 1.000.000,00
SP	SANTO ANDRE	354780	11.243.645/0001-71	R\$ 1.000.000,00
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	354870	13.961.905/0001-70	R\$ 1.000.000,00
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	354990	12.998.458/0001-60	R\$ 1.000.000,00
SP	SAO PAULO	355030	13.864.377/0001-30	R\$ 1.000.000,00
SP	SANTOS	354850	11.939.723/0001-77	R\$ 1.000.000,00
SP	SAO PAULO	35	13.851.748/0001-40	R\$ 1.000.000,00
SP	SOROCABA	355220	12.493.507/0001-03	R\$ 1.000.000,00
TO	PALMAS	172100	11.320.420/0001-71	R\$ 1.000.000,00
TO	TOCANTINS	17	13.849.028/0001-40	R\$ 1.000.000,00
	TOTAL GERAL			R\$ 93.000.000,00

ANEXO II

Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (RENAVEH) como unidades sentinelas de COVID-19 e doenças de notificação compulsória

SIGLA UF	UF/MUNICÍPIO	CÓDIGO	CNPJ	VALOR TOTAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (RENAVEH)
AC	ACRE	12	07.458.465/0001-30	R\$ 1.500.000,00
AL	ALAGOAS	27	11.659.171/0001-43	R\$ 1.800.000,00
AL	MACEIO	270430	07.792.137/0001-75	R\$ 600.000,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	19.433.048/0001-11	R\$ 300.000,00
AM	AMAZONAS	13	06.023.708/0001-44	R\$ 5.400.000,00
AM	MANAUS	130260	07.583.812/0001-56	R\$ 300.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.978 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U/O	Fun/Sub/Prog/Subseção	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA COVID-19	EMERGÊNCIA		
Subtotal				33.90.34	02.41
Total					800.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:7ADFF863**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº. 8.980 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.600.000,00 (HUM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscientos mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica

1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de COVID-19, de acordo com a Portaria nº 2.624/GM/MS/, de 28 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.980 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U/O	Fun/Sub/Prog/Subseção	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA COVID-19	EMERGÊNCIA		
Subtotal				31.90.11	02.41
Total				33.30.43	02.41
					1.600.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:4DAA98C3**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº. 8.981 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.530.000,00 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar respostas adequadas para o enfrentamento da COVID-19, que sejam condizentes com a velocidade da mudança no cenário epidemiológico e o potencial esgotamento da capacidade instalada dos serviços de saúde, e de articular ações para a integração de serviços de saúde, em especial da vigilância e da assistência, a fim de potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a identificação e monitoramento de casos de COVID-19 e seus contatos, por meio de ações integradas da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Vigilância em Saúde (VS), com a realização de planejamento de estratégias de intervenção assistencial e sanitária efetivas, visando subsidiar Municípios, Estados, Distrito Federal e Ministério da Saúde na gestão das medidas de saúde pública em resposta à COVID-19, no âmbito de suas competências;

PORTARIA Nº 2.222/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e considerando o disposto no art. 3º e art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 42, de 13 de dezembro de 2018, que aprova as diretrizes e estratégias para elaboração do plano de enfrentamento da Mortalidade Materna e na Infância, no contexto da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

Considerando a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade da covid-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

Considerando a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para o atendimento integral às necessidades de saúde da população com ênfase nos grupos de risco da covid-19 e na continuidade das atividades essenciais da APS;

Considerando a necessidade de assegurar o acesso oportuno e de qualidade às gestantes e puérperas aos pontos da rede de atenção à saúde no pré-natal, parto e puerpério da rede pública de saúde durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus; e

Considerando os materiais elaborados e disponibilizados pelo Ministério da Saúde para orientação do cuidado no contexto de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de coronavírus, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 fevereiro de 2020.

Art. 2º Ficam instituídas Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério, com objetivo de fortalecer e garantir o cuidado das gestantes e puérperas no contexto da ESPIN decorrente da pandemia de coronavírus.

Parágrafo único. Constituem Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério:

I - a identificação precoce, o acompanhamento e o monitoramento de gestantes e puérperas com síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou com suspeita ou confirmação de covid-19;

II - a qualificação das ações de atenção ao pré-natal, parto e puerpério em todos os pontos da rede de atenção à saúde, no contexto da pandemia de coronavírus; e

III - o suporte ao distanciamento social para gestantes e puérperas que não possuam condições para realização de isolamento domiciliar.

Art. 3º São objetivos das Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério:

I - fortalecer e induzir o cuidado das gestantes e puérperas em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

II - aprimorar a busca ativa dos casos de gestantes e puérperas com suspeita de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave e o monitoramento dos casos suspeitos e confirmados de covid-19;

III - incentivar a atualização de dados cadastrais das gestantes e puérperas para subsidiar as ações de busca ativa e monitoramento de casos de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou com suspeita ou confirmação de covid-19;

IV - aprimorar a triagem clínica de sintomas gripais e/ou de contato prévio com paciente positivo para a covid-19, sem deixar de observar e investigar as demais questões atinentes à gestante e à puérpera;

V - fomentar a realização de testagem para detecção da covid-19, por metodologia de RT-qPCR da gestante e puérpera que apresente síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou sintomas da covid-19, em qualquer momento do ciclo gravídico puerperal, conforme recomendados por protocolos e materiais orientativos do Ministério da Saúde;

VI - organizar o cuidado de pré-natal, com otimização dos contatos presenciais e utilização da teleconsulta como recurso complementar;

VII - organizar os serviços, a fim de estruturar e diferenciar o fluxo do ambiente interno para o acolhimento, identificação, estratificação de risco e atendimento dos casos de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou suspeitos de covid-19;

VIII - assegurar a definição de fluxos de referência e contrarreferência para assistência e acompanhamento da mulher durante o ciclo gravídico puerperal, considerando as recomendações para os casos suspeitos e confirmados de covid-19, de acordo com a gravidade do caso, idade gestacional e critérios clínicos para internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), recomendados por protocolos e materiais orientativos do Ministério da Saúde;

IX - proporcionar distanciamento social e cuidado em saúde de gestantes e puérperas que não disponham de condições ideais de distanciamento em ambiente intradomiciliar; e

X - fomentar a utilização das Casas de Gestante, Bebê e Puérpera em funcionamento, para promoção do distanciamento social de gestantes e puérperas que não disponham de condições de distanciamento em ambiente intradomiciliar, quando for adequado.

Art. 4º Ficam instituídos, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais ao Distrito Federal e aos Municípios, a serem transferidos de modo automático, dispensando-

se a publicação de portaria de adesão, para implementação das Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério:

I - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais) por gestante e puérpera com dados cadastrais mínimos atualizados no Sistema Nacional de Informação da Atenção Básica (SISAB), referente à competência de julho de 2020, do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), Anexo I;

II - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso II do art. 2º desta Portaria correspondente a R\$ 800,00 (oitocentos reais) por cada equipe de Saúde da Família (eSF) ou de equipe de Atenção Primária (eAP) credenciada e homologada pelo Ministério da Saúde, que possua gestante cadastrada em qualquer idade gestacional, Anexo II;

III - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso III do art. 2º desta Portaria correspondente ao valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por gestante cadastrada com 28 (vinte e oito) semanas ou mais no SISAB, referente ao dia para suporte ao distanciamento social, limitado ao quantitativo de 5% (cinco por cento) do total de gestantes cadastradas na competência de julho de 2020, até o teto de R\$ 7.280,00 (sete mil e duzentos e oitenta reais) por gestante ou puérpera, Anexo III; e

IV - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso III do art. 2º desta Portaria correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Casa de Gestantes, Bebês e Puérperas habilitadas e implantadas, com a finalidade de adequação das ações de isolamento e distanciamento social de gestantes e puérperas, Anexo IV.

§ 1º Para cálculo do incentivo financeiro de que tratam os incisos I e II serão consideradas somente as equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes da Atenção Primária à Saúde (eAP) credenciadas e homologadas pelo Ministério da Saúde, que cumprirem os requisitos previstos no Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

§ 2º Os gestores municipais deverão utilizar o incentivo de que trata o inciso III, para acomodação, suporte e cuidados seguros às gestantes e puérperas identificadas pelas equipes de saúde, a fim de apoiar ações de distanciamento social e cuidado em ambiente intradomiciliar.

§ 3º O incentivo financeiro de que trata o inciso III será monitorado por meio do preenchimento pela gestão municipal e do Distrito Federal de formulário a ser disponibilizado no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

§ 4º O incentivo financeiro de que trata o inciso IV deverá ser utilizado e monitorado de acordo com os requisitos previstos no Título III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017

§ 5º Na execução dos incentivos financeiros de que trata este artigo deverão ser observados os requisitos previstos no art. 3º desta Portaria.

Art. 5º Os incentivos financeiros de que trata esta Portaria têm caráter temporário e excepcional e serão transferidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos Fundos Municipais e Distrital de Saúde em parcela única, referente às competências financeiras agosto de 2020 a outubro de 2020, observado o disposto no inciso I do art. 4º desta Portaria.

Art. 6º A execução do recurso transferido aos municípios e ao Distrito Federal de que trata o art. 4º deverá ser realizada até a competência de dezembro de 2020 do SCNES, devendo ser observadas às regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827 de 16 de outubro de 2012.

Art. 7º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria deverão onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional Decorrente do Coronavírus, no PO - CV40 COVID-19 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, com impacto orçamentário no valor de R\$ 259.888.395,00 (duzentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e trezentos e noventa e cinco reais).

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da competência financeira de agosto de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Valor do Incentivo Financeiro Federal adicional por gestante com cadastrado atualizado no SISAB por Municípios e DF

UF	IBGE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE GESTANTES	VALOR
AC	120001	Acrelândia	127	R\$ 635,00
AC	120005	ASSIS BRASIL	105	R\$ 525,00
AC	120010	BRASILÉIA	334	R\$ 1.670,00
AC	120013	BUJARI	46	R\$ 230,00
AC	120017	CAPIXABA	70	R\$ 350,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	901	R\$ 4.505,00
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	160	R\$ 800,00

AL	270430	MACEIÓ	2170	R\$ 10.850,00
AL	270440	MAJOR ISIDORO	119	R\$ 595,00
AL	270450	MAR VERMELHO	38	R\$ 190,00
AL	270460	MARAVOGI	445	R\$ 2.225,00
AL	270470	MARECHAL DEODORO	77	R\$ 385,00
AL	270480	MATIA GRANDE	511	R\$ 2.555,00
AL	270490	MARIBONDO	127	R\$ 635,00
AL	270500	MATA GRANDE	122	R\$ 610,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270	R\$ 1.350,00
AL	270520	MESSIAS	44	R\$ 220,00
AL	270530	MINADOR DO NEGRÃO	69	R\$ 345,00
AL	270540	MONTEIROPOLIS	218	R\$ 1.080,00
AL	270550	MURICI	65	R\$ 325,00
AL	270560	NOVO LINO	269	R\$ 1.345,00
AL	270570	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	73	R\$ 365,00
AL	270580	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	45	R\$ 225,00
AL	270590	OLHO D'ÁGUA GRANDE	65	R\$ 325,00
AL	270600	OLIVENÇA	113	R\$ 565,00
AL	270610	OURO BRANCO	47	R\$ 235,00
AL	270620	PALESTINA	515	R\$ 2.575,00
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	186	R\$ 990,00
AL	270640	PAO DE AÇÚCAR	55	R\$ 275,00
AL	270650	PARICONHA	145	R\$ 725,00
AL	270660	PARIPUEIRA	52	R\$ 260,00
AL	270670	PASSO DE CAMARAGIBE	63	R\$ 315,00
AL	270680	PAULO JACINTO	554	R\$ 2.770,00
AL	270690	PENEDO	201	R\$ 1.005,00
AL	270700	PIAÇABUÇU	315	R\$ 1.575,00
AL	270710	PILAR	18	R\$ 90,00
AL	270720	PINDOBA	273	R\$ 1.365,00
AL	270730	PIRANHAS	128	R\$ 640,00
AL	270740	POÇO DAS TRINCHERAS	234	R\$ 1.170,00
AL	270750	PORTO CALVO	94	R\$ 470,00
AL	270760	PORTO DE PEDRAS	122	R\$ 630,00
AL	270770	PORTO REAL DO COLÉGIO	165	R\$ 825,00
AL	270780	QUEBRANGULO	630	R\$ 3.150,00
AL	270790	RIO LARGO	119	R\$ 595,00
AL	270800	ROTEIRO	74	R\$ 370,00
AL	270810	SANTA LUZIA DO NORTE	524	R\$ 2.620,00
AL	270820	SANTANA DO IPANEMA	104	R\$ 520,00
AL	270830	SANTANA DO MUNDAÚ	63	R\$ 315,00
AL	270840	SÃO BRÁS	200	R\$ 1.000,00
AL	270850	SÃO JOSÉ DA LAJE	350	R\$ 1.750,00
AL	270860	SÃO JOSÉ DA TAPERA	324	R\$ 1.620,00
AL	270870	SÃO LUIS DO QUITUNDE	365	R\$ 1.825,00
AL	270880	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	108	R\$ 540,00
AL	270890	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	327	R\$ 1.635,00
AL	270900	SÃO SEBASTIÃO	49	R\$ 245,00
AL	270910	SATUBA	155	R\$ 775,00
AL	270920	SENADOR RUI PALMEIRA	53	R\$ 265,00
AL	270930	TANQUE D'ARCA	195	R\$ 975,00
AL	270940	TAQUARANA	455	R\$ 2.275,00
AL	270950	TEOTÔNIO VILELA	187	R\$ 935,00
AL	270960	TRAIPU	630	R\$ 3.150,00
AL	270970	UNIÃO DOS PALMARES	283	R\$ 1.415,00
AL	270980	VIGOSA		

AM	130002	ALVARÊS	37	R\$ 185,00
AM	130006	AMATUÁ	81	R\$ 405,00
AM	130008	ANAMÁ	162	R\$ 810,00
AM	130010	ANDRI	206	R\$ 1.030,00
AM	130014	APIU	105	R\$ 525,00
AM	130020	ATALAIA DO NORTE	122	R\$ 610,00
AM	130030	AUTAZES	276	R\$ 1.380,00
AM	130040	BARCELOS	155	R\$ 775,00
AM	130050	BARREIRINHA	215	R\$ 1.075,00
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	237	R\$ 1.185,00
AM	130063	BERURI	129	R\$ 645,00
AM	130068	BOA VISTA DO RAMOS	186	R\$ 930,00
AM	130070	BOCA DO ACRE	337	R\$ 1.685,00
AM	130080	BORBA	258	R\$ 1.290,00
AM	130083	CAAPIRANGA	179	R\$ 645,00
AM	130090	CANUITAMA	61	R\$ 305,00
AM	130100	CARAUBARI	388	R\$ 1.840,00
AM	130110	CAREIRO	199	R\$ 995,00
AM	130115	CAREIRO DA VÁZEA	66	R\$ 330,00
AM	130120	COARI	638	R\$ 3.265,00
AM	130130	CODAJÁS	303	R\$ 1.515,00
AM	130140	FIRMEZEPÉ	332	R\$ 1.660,00
AM	130150	ENVIRA	115	R\$ 575,00
AM	130160	FONTE BOA	283	R\$ 1.415,00
AM	130165	GUAIARÁ	148	R\$ 740,00
AM	130170	HUMAITÁ	538	R\$ 2.965,00
AM	130180	IPUKUNA	56	R\$ 280,00
AM	130185	IRANDUBA	552	R\$ 2.760,00
AM	130190	ITACATIARA	1292	R\$ 6.460,00
AM	130200	ITAPIRANGA	129	R\$ 645,00
AM	130210	JAPURA	71	R\$ 355,00
AM	130220	JURUA	123	R\$ 615,00
AM	130270		133	R\$ 1.115,00

AM	130240	LÁBREA	367	R\$ 1.835,00
AM	130250	MANACAPURU	876	R\$ 4.380,00
AM	130255	MANAQUIRI	203	R\$ 1.015,00
AM	130260	MANAUS	13782	R\$ 68.910,00
AM	130270	MANICORÉ	443	R\$ 2.215,00
AM	130280	MARAA	172	R\$ 860,00
AM	130290	MAUES	421	R\$ 2.105,00
AM	130300	INHAMUNDÁ	96	R\$ 480,00
AM	130310	NOVA OLINDA DO NORTE	259	R\$ 1.295,00
AM	130320	NOVO ARIÃO	164	R\$ 820,00
AM	130330	NOVO ARIUANÁ	171	R\$ 605,00
AM	130340	PARINTINS	560	R\$ 2.800,00
AM	130350	PAUNI	86	R\$ 430,00
AM	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	356	R\$ 1.790,00
AM	130355	RIO PRETO DA EVA	263	R\$ 1.315,00
AM	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	118	R\$ 590,00
AM	130370	SANTO ANTÔNIO DO ICA	156	R\$ 780,00
AM	130380	SÃO GABRIEL DA CACHEIRA	299	R\$ 1.495,00
AM	130390	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	245	R\$ 1.225,00
AM	130395	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ	125	R\$ 625,00
AM	130400	SILVES	84	R\$ 410,00
AM	130405	TABATINGA	418	R\$ 2.090,00
AM	130410	TAPAUÁ	168	R\$ 840,00
AM	130420	TEFÉ	934	R\$ 4.670,00
AM	130423	TONANTINS	53	R\$ 265,00
AM	130425	UIRINI	213	R\$ 1.065,00
AM	130430	URUCARÁ	164	R\$ 820,00
AM	130440	URUCURITUBA	200	R\$ 1.000,00
AM	130450	AMAPÁ	136	R\$ 680,00
AP	160010	CALCOENE	47	R\$ 235,00
AP	160020	CUTIAS	74	R\$ 370,00
AP	160021	FERREIRA GOMES	64	R\$ 320,00
AP	160023	ITAUBAL	89	R\$ 445,00
AP	160025	LABANAL DO JARI	389	R\$ 1.945,00
AP	160027	MACAPÁ	884	R\$ 4.420,00
AP	160030	MAZAGÃO	220	R\$ 1.100,00
AP	160040	OLIAPOQUE	293	R\$ 1.465,00
AP	160050	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	131	R\$ 655,00
AP	160055	PORTO GRANDE	102	R\$ 510,00
AP	160059	PRACUUBA	49	R\$ 245,00
AP	160060	SERRA DO NAVIO	602	R\$ 3.030,00
AP	160065	TARTARUGALZINHO	57	R\$ 285,00
AP	160070	VITÓRIA DO JARI	199	R\$ 995,00
AP	160080	ABARÉ	146	R\$ 730,00
BA	290010	ABAIARA	41	R\$ 205,00
BA	290020	ABARÉ	220	R\$ 1.100,00
BA	290030	ACAUJUBA	150	R\$ 750,00
BA	290035	AGUA FRIA	87	R\$ 435,00
BA	290040	ALCIBACA	92	R\$ 460,00
BA	290050	ALMADINA	32	R\$ 160,00
BA	290060	AMARGOSA	866	R\$ 4.330,00
BA	290070	AMÉLIA RODRIGUES	211	R\$ 1.055,00
BA	290080	AMERICA DOURADA	34	R\$ 170,00
BA	290090	ANAGÉ	303	R\$ 1.515,00
BA	290100	ANDARAÍ	141	R\$ 705,00
BA	290110	ANDARAÍ	111	R\$ 535,00
BA	290120	ANGICAL	120	R\$ 600,00
BA	290130	ANGICAL	112	R\$ 580,00
BA	290140	ANGUERA	78	R\$ 390,00
BA	290150	ANTAS	69	R\$ 345,00
BA	290160	ANTAS	70	R\$ 350,00
BA	290170	ANTÔNIO CARDOSO	107	R\$ 535,00
BA	290180	ANTÔNIO GONÇALVES	90	R\$ 450,00
BA	290190	APORÁ	102	R\$ 510,00
BA	290205	ARACAS	90	R\$ 450,00
BA	290210	ARACATU	53	R\$ 295,00
BA	290220	ARACATU	84	R\$ 470,00
BA	290230	ARATUPE	306	R\$ 1.530,00
BA	290240	AURELINO LEAL	26	R\$ 130,00
BA	290250	BAIANÓPOLIS	51	R\$ 255,00
BA	290260	BAIRÃO GRANDE	48	R\$ 240,00
BA	290270	BANZAE	22	R\$ 110,00
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	142	R\$ 710,00
BA	290290	BARRA DO CHOÇA	78	R\$ 390,00
BA	290300	BARRA DO MENDES	99	R\$ 495,00
BA	290310	BARRA DO ROCHA	57	R\$ 285,00
BA	290320	BARREIRAS	220	R\$ 1.100,00
BA	290330	BARRO ALTO	343	R\$ 1.715,00
BA	290340	BARRO PRETO	120	R\$ 600,00
BA	290350	BELO CAMPO	136	R\$ 150,00
BA	290360	BIRITINGA	385	R\$ 1.925,00
BA	290370	BOA NOVA	130	R\$ 650,00
BA	290380	BOA VISTA DO TIPIIM	38	R\$ 190,00
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	136	R\$ 680,00
BA	290400	BOM JESUS DA SERRA	135	R\$ 675,00
BA	290410	BONINAL	79	R\$ 395,00
BA	290420	BONITO	183	R\$ 915,00
BA	290430	BOQUIRA	98	R\$ 490,00
BA	290440	BOTUPORÁ	85	R\$ 550,00
BA	290450	BREJOES	110	R\$ 4.140,00
BA	290460	BREJOES	828	R\$ 350,00
BA	290470	BREJOES	70	R\$ 755,00
BA	290480	BREJOES	151	R\$ 585,00
BA	290490	BREJOES	117	R\$ 425,00
BA	290500	BREJOES	85	R\$ 285,00
BA	290510	BREJOES	57	R\$ 430,00
BA	290520	BREJOES	86	R\$ 100,00
BA	290530	BREJOES	20	R\$ 590,00
BA	290540	BREJOES	118	R\$ 2.645,00
BA	290550	BREJOES	529	R\$ 480,00
BA	290560	BREJOES	96	R\$ 635,00
BA	290570	BREJOES	127	R\$ 220,00
BA	290580	BREJOES	44	R\$ 560,00
BA	290590	BREJOES	112	R\$ 895,00
BA	290600	BREJOES	179	R\$ 560,00
BA	290610	BREJOES	130	R\$ 900,00

TO	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	8	RS 40,00
TO	171889	SANTA RITA DO TOCANTINS	16	RS 80,00
TO	171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	41	RS 205,00
TO	171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	36	RS 180,00
TO	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	8	RS 40,00
TO	172010	SÃO BENTO DO TOCANTINS	49	RS 245,00
TO	172015	SÃO FELIX DO TOCANTINS	9	RS 45,00
TO	172020	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	103	RS 515,00
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	11	RS 55,00
TO	172030	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	43	RS 235,00
TO	172040	SÃO VALÉRIO	19	RS 95,00
TO	172050	SILVANOPOIS	54	RS 270,00
TO	172065	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	99	RS 495,00
TO	172085	SUCUPIRA	11	RS 55,00
TO	172085	TAGUATINGA	123	RS 615,00
TO	172090	TAIPAS DO TOCANTINS	3	RS 15,00
TO	172097	TALISMÃ	17	RS 85,00
TO	172110	TOCANTINIA	54	RS 270,00
TO	172120	TOCANTINOPOLIS	198	RS 990,00
TO	172125	TUPIRAMA	8	RS 40,00
TO	172130	TUPIRATINS	18	RS 90,00
TO	172208	WANDERLÂNDIA	41	RS 205,00
TO	172210	XAMBIOÁ	61	RS 305,00
TO	172210	XAMBIOÁ	955.247	RS 4.776.235,00
TOTAL	5413			

ANEXO II

Número de equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária por Municípios e DF com gestantes cadastradas e valor do incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica

UF	UFSE	MUNICÍPIO	FOUNDES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (3) COMPETÊNCIAS
AC	120001	AGRELÂNDIA	5	RS 4.000,00	RS 20.000,00
AC	120005	AGUIAR	3	RS 2.400,00	RS 7.200,00
AC	120010	AGUIAR	9	RS 2.400,00	RS 21.600,00
AC	120013	AGUIAR	3	RS 2.400,00	RS 7.200,00
AC	120017	AGUIAR	5	RS 4.000,00	RS 20.000,00
AC	120020	AGUIAR	39	RS 31.200,00	RS 121.680,00
AC	120025	AGUIAR	7	RS 5.600,00	RS 39.200,00
AC	120030	AGUIAR	6	RS 4.800,00	RS 28.800,00
AC	120035	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120040	AGUIAR	7	RS 5.600,00	RS 39.200,00
AC	120045	AGUIAR	3	RS 2.400,00	RS 7.200,00
AC	120050	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120055	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120060	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120065	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120070	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120075	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120080	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120085	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120090	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120095	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120100	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120105	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120110	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120115	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120120	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120125	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120130	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120135	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120140	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120145	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120150	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120155	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120160	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120165	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120170	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120175	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120180	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120185	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120190	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120195	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120200	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120205	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120210	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120215	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120220	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120225	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120230	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120235	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120240	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120245	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120250	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120255	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120260	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120265	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120270	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120275	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120280	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120285	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120290	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120295	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120300	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120305	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120310	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120315	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120320	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120325	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120330	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120335	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120340	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120345	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120350	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120355	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120360	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120365	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120370	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120375	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120380	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120385	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120390	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120395	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120400	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120405	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120410	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120415	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120420	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120425	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120430	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120435	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120440	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120445	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120450	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120455	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120460	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120465	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120470	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120475	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120480	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120485	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120490	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120495	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120500	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120505	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120510	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120515	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120520	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120525	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120530	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120535	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120540	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120545	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120550	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120555	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120560	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120565	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120570	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120575	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120580	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120585	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120590	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120595	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120600	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120605	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120610	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120615	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120620	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120625	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120630	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120635	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120640	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120645	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120650	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120655	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120660	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120665	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120670	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120675	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120680	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120685	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120690	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120695	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120700	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120705	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120710	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120715	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120720	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120725	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120730	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120735	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120740	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120745	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120750	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120755	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120760	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120765	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120770	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120775	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120780	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120785	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120790	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120795	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120800	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120805	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120810	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120815	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120820	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120825	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120830	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120835	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120840	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120845	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120850	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120855	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120860	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120865	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120870	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120875	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120880	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120885	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120890	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120895	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120900	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120905	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120910	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120915	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120920	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120925	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120930	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120935	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120940	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120945	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120950	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120955	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120960	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120965	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120970	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120975	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120980	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120985	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120990	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	120995	AGUIAR	1	RS 800,00	RS 800,00
AC	12				

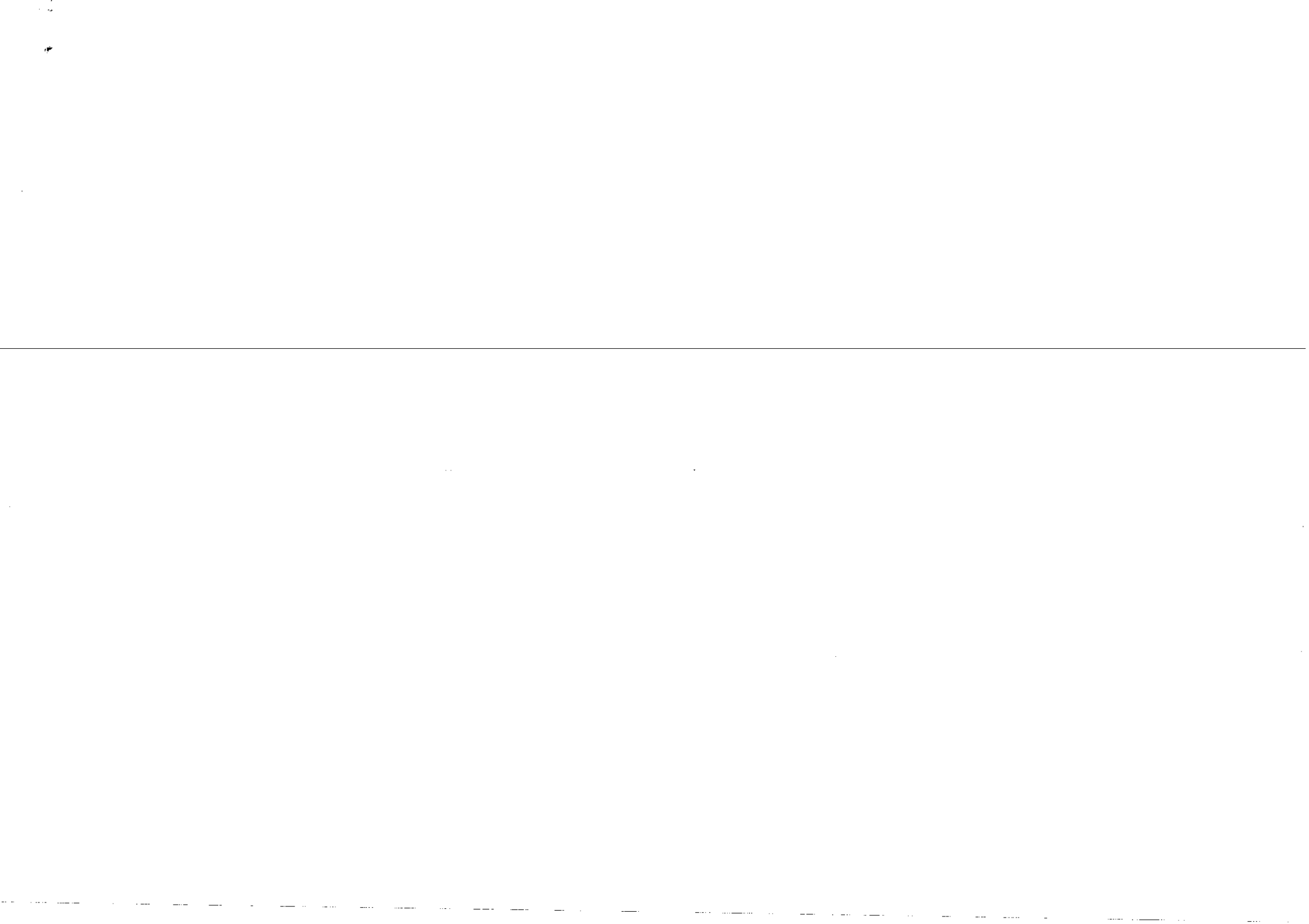
TO	170330	BOM JESUS DO TOCANTINS	2	R\$ 1.500,00	R\$ 4.800,00
TO	170360	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170370	BREJINHÃO DE NAZARÉ	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170380	BURITI DO TOCANTINS	4	R\$ 9.200,00	R\$ 9.600,00
TO	170382	CACHOEIRINHA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170384	CACHOEIRINHAS	3	R\$ 2.800,00	R\$ 7.200,00
TO	170386	CARIPI DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170388	CARMOLÂNDIA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170389	CARRASCO BONITO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170390	CASEARA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170410	CENTENÁRIO	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170480	CHAPADA DE AREIA	12	R\$ 9.600,00	R\$ 28.800,00
TO	170530	COLINAS DO TOCANTINS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171670	COLMEIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170555	COMBINADO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170560	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170610	COUTO MAGALHÃES	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	170610	CRISTALÂNDIA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170625	CRIVAS DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170650	DARCINÓPOLIS	6	R\$ 4.800,00	R\$ 14.400,00
TO	170700	DIAMÓPOLIS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	170710	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	170720	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170730	DUIRÉ	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	170740	ESPERANTINA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170755	FATIMA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170765	FELIZÓPOLIS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	170770	FIADÉLIA	6	R\$ 4.800,00	R\$ 14.400,00
TO	170820	FORMOSO DO ARAGUAIA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170825	FORTALEZA DO TABOÃO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	170830	GOIANORTE	5	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
TO	170900	GOIATINS	2	R\$ 7.200,00	R\$ 21.600,00
TO	170930	GUARÁ	27	R\$ 21.600,00	R\$ 58.800,00
TO	170950	GURUPI	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	170980	IGUIRÁS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171050	ITACAJÁ	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171070	ITAGATINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171090	ITAPIRATINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171130	ITAPORÉ DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171180	ITABUNA	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171190	LAGOA DA CORULUSÃO	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171195	LAGOA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171215	LAVANDEIRA	1	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171240	LIZARDIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171245	LUZINÓPOLIS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171250	MARIANGÓPOLIS DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171270	MATEIOS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171280	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	8	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171320	MIRACEMA DO TOCANTINS	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171330	MIRANORTE	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171350	MONTI DO CARMO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171370	MONTI SANTO DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171395	MURICILÂNDIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171420	NATIVIDADE	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171430	NAZARÉ	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171458	NOVA OLINDA	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171500	NOVA ROSALÂNDIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171510	NOVO ACRÓPOLIS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171515	NOVO ALEGRE	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171525	NOVO JARDIM	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171530	OLIVEIRA DE FATIMA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171550	PALMAS	85	R\$ 68.000,00	R\$ 204.000,00
TO	171570	PALMEIRANTE	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171575	PALMEIROPOLIS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171575	PARAÍSO DO TOCANTINS	17	R\$ 13.600,00	R\$ 40.800,00
TO	171630	PARANÁ	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171620	PARANÁ	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171650	PAUL D'ARCO	5	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
TO	171650	PEDRO AFONSO	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	171660	PEIXE	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171665	PEQUIZEIRO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171700	PINDORAMA DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171720	PIRAQUÊ	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171750	PIUM	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171750	PORTO ALTA DO BOM JESUS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171760	PORTO ALTA DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171760	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171820	PORTO NACIONAL	18	R\$ 14.400,00	R\$ 43.200,00
TO	171830	PRATA NORTE	1	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171840	PRESIDENTE KENNEDY	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171840	PUGMIL	2	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171850	RECURSOLÂNDIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171855	RIO DAS BOIS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171870	RIO DA CONCEIÇÃO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171875	RIO DOIS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171875	RIO SONO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171880	SABÃO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171884	SABOLÂNDIA	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	171886	SANTA FE DO ARAGUAIA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171898	SANTA RITA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172010	SÃO BENITO DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172015	SÃO FELIX DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00

TO	172020	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	5	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172030	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172040	SÃO VALÉRIO	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172045	SILVANOÓPOLIS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172080	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	5	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
TO	172085	SUCUPIRA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172090	TAGUATINGA	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TO	172093	TAIPAS DO TOCANTINS	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172097	TALISMÃ	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172110	TOCANTINIA	2	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
TO	172120	TOCANTINÓPOLIS	10	R\$ 8.000,00	R\$ 24.000,00
TO	172125	TUPIRAMA	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172130	TUPIRATINS	1	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
TO	172208	WANDERLÂNDIA	3	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00
TO	172210	XAMBICÁ	4	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
TOTAL	5413	MUNICÍPIOS	43.950	R\$ 95.160.000,00	R\$ 106.480.000,00

ANEXO III

Valor do incentivo financeiro federal de custeio para implementação da ação estratégica correspondente a 5% do total de gestantes cadastradas com 28 semanas ou mais no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) por Município e DF

UF	IBGE	MUNICÍPIO	5% GESTANTES	VALOR
AC	120001	ACRELÂNDIA	3	R\$ 21.840,00
AC	120005	ASSIS BRASIL	3	R\$ 21.840,00
AC	120010	BRASILÉIA	7	R\$ 50.960,00
AC	120013	BUJARI	1	R\$ 2.280,00
AC	120017	CAPITÂNIA	2	R\$ 14.560,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	17	R\$ 123.760,00
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	4	R\$ 29.120,00
AC	120030	ELIÃO	7	R\$ 50.960,00
AC	120032	IGAROA	1	R\$ 7.280,00
AC	120033	MANOEL LIMA	6	R\$ 43.680,00
AC	120034	MANOEL URBANO	4	R\$ 29.120,00
AC	120035	MARECHAL THAUMATURGO	1	R\$ 2.280,00
AC	120038	PLACIDO DE CASTRO	3	R\$ 21.840,00
AC	120039	PORTO ACRE	3	R\$ 21.840,00
AC	120040	PORTO WALTER	43	R\$ 313.040,00
AC	120042	RODRIGUES ALVES	3	R\$ 21.840,00
AC	120043	SANTA ROSA DO PURUS	1	R\$ 7.280,00
AC	120045	SENA MADUREIRA	10	R\$ 72.800,00
AC	120045	SENA MADUREIRA	5	R\$ 36.400,00
AC	120050	TABUAÇÁ	8	R\$ 58.240,00
AC	120060	TAPUIRÁ	4	R\$ 29.120,00
AL	270010	AGUA BRANCA	4	R\$ 29.120,00
AL	270010	ANADIA	2	R\$ 14.560,00
AL	270020	ARAPIRACA	28	R\$ 203.840,00
AL	270030	ATALAIA	3	R\$ 21.840,00
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTONIO	3	R\$ 21.840,00
AL	270060	BARRA DE SÃO MIGUEL	2	R\$ 14.560,00
AL	270070	BATALHA	4	R\$ 29.120,00
AL	270080	BELEM	1	R\$ 7.280,00
AL	270090	BELO MONTE	1	R\$ 7.280,00
AL	270100	BOCA DA MATA	4	R\$ 29.120,00
AL	270110	BRANQUINHA	1	R\$ 2.280,00
AL	270120	CACIMBINHAS	3	R\$ 21.840,00
AL	270130	CAJUEIRO	2	R\$ 14.560,00
AL	270135	CAMPESINHO	1	R\$ 7.280,00
AL	270140	CAMPO ALEGRE	7	R\$ 50.960,00
AL	270150	CAMPO GRANDE	1	R\$ 7.280,00
AL	270160	CANAÍ	3	R\$ 21.840,00
AL	270170	CAPELA	2	R\$ 14.560,00
AL	270180	CARNEIROS	2	R\$ 7.280,00
AL	270190	CHÁ PRETA	2	R\$ 14.560,00
AL	270200	COITÉ DO NOIA	3	R\$ 21.840,00
AL	270210	COLÔNIA LEOPOLDINA	1	R\$ 7.280,00
AL	270220	COQUEIRO SECO	9	R\$ 65.520,00
AL	270230	CORUIPE	5	R\$ 43.680,00
AL	270235	CRÁIAS	7	R\$ 50.960,00
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	2	R\$ 14.560,00
AL	270255	DOIS RIACHOS	3	R\$ 21.840,00
AL	270260	FEIRA GRANDE	5	R\$ 43.680,00
AL	270270	FELIZ DESERTO	2	R\$ 14.560,00
AL	270280	FLEXEIRAS	2	R\$ 14.560,00
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	8	R\$ 58.240,00
AL	270300	IGACI	3	R\$ 21.840,00
AL	270310	IGREJA NOVA	3	R\$ 21.840,00
AL	270320	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270330	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270340	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270350	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270360	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270370	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270380	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270390	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270400	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270410	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270420	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270430	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270440	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270450	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270460	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270470	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270480	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270490	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00
AL	270500	JACARÉ	1	R\$ 7.280,00



RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

**ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.982 DE 20/10/2020. -
Suplementação**

Órgão / U/O	Fun/Sub/Prog/Subação	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
18000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			3.137.601,60
18001		COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			3.137.601,60
10.122.0022.411209		ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
			33.90.32	0.2.41	3.137.601,60
Subtotal					3.137.601,60
Total					3.137.601,60

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:4CAE6AB5**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº. 8.983 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 544.930,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº. 42, de 13 de Dezembro de 2018, que aprova as diretrizes e estratégias para elaboração do plano de enfrentamento da Mortalidade Materna e na Infância, no contexto da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade da COVID-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para o atendimento integral às necessidades de saúde da população com ênfase nos grupos de risco da COVID-19 e na continuidade das atividades essenciais da APS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso oportuno e de qualidade às gestantes e puérperas aos pontos da rede de atenção à saúde no pré-natal, parto e puerpério na rede pública de saúde durante o período de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO os materiais elaborados e disponibilizados pelo Ministério da Saúde para orientação do cuidado no contexto de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no

Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

Considerando o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 544.930,00 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 -- Transferência de recursos do SUS - COVID, Institui em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 2.222/GM/MS, de 25 de Agosto de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

**ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.983 DE 20/10/2020. -
Suplementação**

Órgão / U/O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação 18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			544.930,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			544.930,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA COVID-19			
		33.90.34	0.2.41	544.930,00
Subtotal				544.930,00
Total				544.930,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:139AB090**GABINETE DO PREFEITO - GP****PORTARIA Nº. 1271 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **KAISER COSTA DE ALBUQUERQUE**, do cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-2, CPF nº. 053.162.464-11, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:26481B91

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/09/2020 | Edição: 179 | Seção: 1 | Página: 71

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.405, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

Institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º e no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a necessidade de qualificar o acesso da população aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecendo o alto grau de descentralização e capilaridade desses serviços, responsáveis por ordenar os fluxos e contrafluxos de pessoas e informações em toda Rede de Atenção à Saúde, com atuação mais próxima da vida e cotidiano das pessoas;

Considerando a APS como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do coronavírus, por meio de estratégias que visem à redução da circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, o rastreamento e monitoramento dos contatos de casos suspeitos e confirmados de Covid-19, e a identificação de casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência; e

Considerando a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes e serviços que atuam na APS para o atendimento integral às necessidades de saúde da população, com ênfase nas populações específicas e na continuidade das atividades essenciais da APS, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, entende-se por populações específicas:

- I - população indígena não aldeada;
- II - populações dispersas;
- III - populações do campo, da floresta e das águas;
- IV - população ribeirinha;
- V - população assentada;
- VI - população quilombola;
- VII - população em situação de rua;
- VIII - povo cigano;
- IX - população circense;
- X - população privada de liberdade;
- XI - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- XII - população residente em áreas de comunidades e favela;

XIII - grupos populacionais que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme disposto no §1º do art. 12-A do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; e

XIV - demais povos e comunidades tradicionais.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem a finalidade de apoiar a gestão local na qualificação da identificação precoce, do acompanhamento e monitoramento de populações específicas com síndrome gripal, suspeita ou confirmação de Covid-19, observadas as seguintes orientações no contexto local:

I - organizar os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) e estruturar fluxo diferenciado no ambiente interno das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para o acolhimento e a identificação de casos de síndrome gripal ou de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, de forma a garantir o acesso seguro;

II - realizar a estratificação de risco das pessoas com sintomas de síndrome gripal ou com suspeita ou confirmação de Covid-19, conforme protocolos e orientações do Ministério da Saúde, para identificação e atenção aos casos leves e encaminhamento seguro e imediato de casos graves aos serviços especializados de referência;

III - atualizar e qualificar os dados cadastrais da população acompanhada pelas equipes e serviços da APS, com o preenchimento obrigatório de informações autodeclaradas como os campos raça/cor/etnia e, nos casos de povos e comunidades tradicionais;

IV - articular ações de saúde integradas a outros setores atuantes nos territórios adscritos, a fim de ofertar suporte e assistência em saúde aos grupos vulnerabilizados socioeconomicamente;

V - identificar populações específicas no território adscrito e realizar ações estratégicas de prevenção e atenção para minimizar os impactos decorrentes da epidemia causada pelo novo coronavírus, considerando os seguintes contextos:

a) áreas remotas de populações dispersas, como as de campo, florestas, águas, quilombolas e assentamentos, onde as condições geográficas e dispersão territorial dificultam o acesso à saúde;

b) abrigos, centros comunitários, centros de acolhimento, albergues noturnos e demais instituições com essa finalidade;

c) instituições de longa permanência para idosos (ILPI);

d) unidades prisionais;

e) unidades socioeducativas;

f) acampamentos de populações ciganas ou circenses; ou

g) áreas de comunidades e favelas.

VI - ofertar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais de saúde e realizar treinamento para o uso e medidas de segurança, com o requisito da paramentação para atendimentos presenciais e em visitas domiciliares;

VII - identificar de forma precoce os casos de síndrome gripal ou suspeitos de Covid-19 e realizar o diagnóstico clínico ou laboratorial, conforme orientações do Ministério da Saúde;

VIII - realizar o rastreamento e o monitoramento de contatos de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, em conjunto com a vigilância em saúde;

IX - registrar as informações assistenciais e notificar os casos suspeitos e confirmados por meio dos sistemas de informação do Ministério da Saúde; ou

X - realizar ações de educação em saúde para orientar a população quanto às medidas sobre restrição ao ambiente domiciliar e demais medidas não farmacológicas para casos confirmados de Covid-19 e seus contatos.

Art. 4º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido aos municípios e Distrito Federal em parcela única e corresponderá aos seguintes valores:

I - R\$ 6.640,00 (seis mil seiscentos e quarenta reais) por equipe de Saúde da Família (eSF);

- II - R\$ 3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais) por equipe de Atenção Primária - Modalidade I 20h; e
- III - R\$ 4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais) por equipe de Atenção Primária - Modalidade II 30h;
- IV - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por equipe de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR);
- V - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por equipe de Consultório na Rua (eCR);
- VI - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF); e
- VII - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por Equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP).
- § 1º O incentivo financeiro de que trata o inciso VII do caput será transferido aos Estados, quando a gestão da equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP) for de sua responsabilidade.
- § 2º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais, Distrital e Estaduais de Saúde, de forma automática e em parcela única, considerando o quantitativo de equipes e serviços com custeio financeiro federal na competência financeira agosto do ano de 2020, de acordo com os Anexos I e II a esta Portaria.
- § 3º A transferência do incentivo financeiro de que trata esta Portaria dispensa a solicitação de adesão.

§ 4º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria está sujeito a devolução pelos entes beneficiados nos casos em que não houver registro de informações referentes ao cadastro e atendimento de ao menos uma das populações de que trata o art. 2º desta Portaria, no período de outubro à dezembro de 2020, registradas no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

Art. 5º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 6º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - Nacional, no PO - CV50 - COVID-19 - Medida Provisória nº 976, de 4 de junho de 2020, com impacto orçamentário de R\$ 319.429.740,00 (trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos e quarenta reais).

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Número de equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde e valor do incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento do cuidado às populações específicas no contexto da epidemia da Covid-19 por município e Distrito Federal.

UF	MUNICÍPIO	IBGE	Nº eSF	Nº eAPI 20h	Nº eAPI II 30h	Nº eSFR	Nº eCR	Nº UBSF	Nº eAPP - Gestão Municipal e Distrital	Valor Total - Parcela Única
AC	ACRELÂNDIA	120001	5	0	0	0	0	0	0	R\$ 33.200,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	3	0	0	0	0	0	0	R\$ 19.920,00
AC	BRASILÉIA	120010	9	0	0	0	0	0	0	R\$ 59.760,00
AC	BUJARI	120013	3	0	0	1	0	0	0	R\$ 34.920,00
AC	CAPIXABA	120017	4	0	0	0	0	0	0	R\$ 26.560,00

[illegible]

AL	LAGOA DA CANOA	270410	6																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
----	----------------	--------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 627.840,00 (SEISCENTOS E VINTE E SETE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar o acesso da população aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecendo o alto grau de descentralização e capilaridade desses serviços, responsáveis por ordenar os fluxos e contrafluxos de pessoas e informações em toda Rede de Atenção à Saúde, com atuação mais próxima da vida e cotidiano das pessoas;

CONSIDERANDO a APS como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do Coronavírus (COVID-19), por meio de estratégias que visem à redução da circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, o rastreamento e monitoramento dos contatos de casos suspeitos e confirmados de COVID-19, e a identificação de casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes e serviços que atuam na APS para o atendimento integral às necessidades de saúde da população, com ênfase nas populações específicas e na continuidade das atividades essenciais da APS.

Para efeitos desta Portaria, entende-se por populações específicas: I - população indígena não aldeada; II - populações dispersas; III - populações do campo, da floresta e das águas; IV - população ribeirinha; V - população assentada; VI - população quilombola; VII - população em situação de rua; VIII - povo cigano; IX - população circense; X - população privada de liberdade; XI - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; XII - população residente em áreas de comunidades e favela; 18/10/2020 PORTARIA Nº. 2.405, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.405-de-16-de-setembro-de-2020-277907703> 2/40 XIII - grupos populacionais que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme disposto no §1º do art. 12-A do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº. 6, de 28 de Setembro de 2017; e XIV - demais povos e comunidades tradicionais.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 627.840,00 (Seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 - Transferência de recursos do SUS - COVID, em virtude do incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19, em conformidade com a Portaria nº. 2.405 de 16 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.979 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / UO	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			627.840,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			627.840,00
10.122.0022.411.209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
Subtotal		33.90.34	0.2.41	627.840,00
Total				627.840,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/09/2020 | Edição: 171 | Seção: 1 | Página: 61
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.358, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a necessidade de planejar e executar respostas adequadas para o enfrentamento da Covid-19, que sejam condizentes com a velocidade da mudança no cenário epidemiológico e o potencial esgotamento da capacidade instalada dos serviços de saúde, e de articular ações para a integração de serviços de saúde, em especial da vigilância e da assistência, a fim de potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno;

Considerando a necessidade de ampliar a identificação e monitoramento de casos de Covid-19 e seus contatos, por meio de ações integradas da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Vigilância em Saúde (VS), com a realização de planejamento de estratégias de intervenção assistencial e sanitária efetivas, visando subsidiar Municípios, Estados, Distrito Federal e Ministério da Saúde na gestão das medidas de saúde pública em resposta à Covid-19, no âmbito de suas competências; e

Considerando a Atenção Primária à Saúde como nível de atenção também capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do coronavírus, por meio de ações que visem a redução da circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, o rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de Covid-19, e a identificação de casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência, resolve:

Art. 1º Fica instituído incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19, no contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.

Parágrafo único. As orientações do Ministério da Saúde para a execução das ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 estão contidas no Guia de Vigilância Epidemiológica disponibilizado em sua página oficial na internet, ou em outro documento do Ministério da Saúde que vier a lhe suceder.

Art. 2º A execução das ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 de que trata esta Portaria será orientada pelos seguintes objetivos:

I - integração das ações da Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde, na perspectiva local, para identificar em tempo oportuno os casos de Covid-19 e seus contatos, com vistas a fortalecer a resposta ao enfrentamento da Covid-19;

II - promoção da realização de ações locais para identificação precoce e assistência adequada aos contatos de casos de Covid-19, detectando oportunamente os indivíduos infectados para intervenção adequada com vistas à interrupção da cadeia de transmissão, a redução do contágio e a diminuição de casos novos de Covid-19;

III - ampliação da notificação e investigação dos casos de Covid-19 e do rastreamento e monitoramento de seus contatos, conforme as orientações do Ministério da Saúde de que trata o parágrafo único do art. 1º;

IV - promoção da avaliação regular da situação epidemiológica local relacionada à Covid-19 e disponibilização das informações em tempo oportuno para conhecimento dos gestores, profissionais de saúde e população em geral; e

V - incremento da utilização de dados epidemiológicos locais para a tomada de decisão e aprimoramento do planejamento assistencial e sanitário da Rede de Atenção à Saúde (RAS), a fim de proporcionar a qualificação dos processos de trabalho, com vistas à efetividade e qualidade das ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos previstos no art. 2º, as ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 de que trata esta Portaria serão desenvolvidas com base na atuação dos profissionais de saúde dos municípios e Distrito Federal cadastrados nos termos do inciso I do caput do art. 5º, que deverão:

I - atuar no rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de Covid-19, conforme as orientações do Ministério da Saúde de que trata o parágrafo único do art. 1º; e

II - registrar as ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 no sistema de informação do Ministério da Saúde, e-SUS Notifica, conforme as orientações do Ministério da Saúde de que trata o parágrafo único do art. 1º.

Parágrafo único. Nos casos em que a gestão municipal ou distrital adotar outro sistema de informação para registro das ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19, deverá haver interoperabilidade com o e-SUS Notifica, para que seja efetuada a integração das informações entre as duas bases de dados.

Art. 4º O incentivo financeiro federal de custeio de que trata esta Portaria, de caráter excepcional e temporário, será transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais e Distrital de Saúde de forma automática e em parcela única, na competência financeira de outubro, e corresponderá aos valores definidos no Anexo II a esta Portaria.

§ 1º Os valores previstos no Anexo II a esta Portaria foram definidos com base nos seguintes critérios:

I - por cada profissional de saúde, foi estabelecido o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), considerada a atuação desses profissionais na execução das ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 de que trata esta Portaria nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020; e

II - os quantitativos de profissionais por município e Distrito Federal, definidos no Anexo II a esta Portaria, foram calculados considerando o porte populacional dos municípios e Distrito Federal, de acordo com a seguinte fórmula: Estimativa Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2019 dividida pelo quantitativo potencial de pessoas cadastradas por equipe de Saúde da Família, conforme classificação geográfica do município pelo IBGE, referente ao Anexo XCIX à Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e arredondada para cima.

§ 2º A transferência de recursos de que trata este artigo dispensa a necessidade de solicitação de adesão dos municípios e Distrito Federal, cabendo aos entes federativos beneficiários a execução das ações previstas nesta Portaria nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, sob pena de devolução dos recursos financeiros recebidos.

Art. 5º A execução das ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 previstas nesta Portaria, a serem realizadas pelos profissionais de saúde dos municípios e Distrito Federal beneficiados com o incentivo de que trata o art. 4º, serão monitoradas de acordo com os seguintes critérios:

I - o profissional de saúde deve estar cadastrado nos códigos do Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) de estabelecimentos de saúde da administração pública com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), conforme trata o Anexo I, cumprindo, no mínimo, 20 horas semanais;

II - o número de profissionais de saúde do município ou do Distrito Federal cadastrados e que executem as ações previstas no art. 3º deve observar o quantitativo previsto no Anexo II a esta Portaria; e

III - o profissional de saúde deve registrar as ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 no sistema de informação do Ministério da Saúde, e-SUS Notifica, observado o disposto no parágrafo único do art. 3º, conforme as orientações do Ministério da Saúde de que trata o parágrafo único do art. 1º.

§ 1º A validação do cumprimento dos critérios estabelecidos neste artigo será realizada por meio da verificação do Cadastro da Pessoa Física (CPF) simultaneamente nos sistemas SCNES e e-SUS Notifica, nas competências financeiras relativas a outubro, novembro e dezembro de 2020.

§ 2º A inobservância do cumprimento dos critérios previstos neste artigo acarretará a necessidade de devolução dos recursos financeiros recebidos pelos municípios e Distrito Federal em razão desta Portaria.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

Art. 7º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - Nacional, Planos Orçamentários CV70 - Medida Provisória n° 967, de 19 de maio de 2020 e CV40 - Medida Provisória n° 969, de 20 de maio de 2020, com impacto orçamentário estimado de até R\$ 369.708.000,00 (trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oito mil reais).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Códigos da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) dos profissionais que serão considerados para atuação na estratégia de rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de Covid-19

CÓDIGO CBO	DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO
2251*	Médicos Clínicos (família)*
2235*	Enfermeiros (família)*
3222*	Técnicos e Auxílios de Enfermagem (família)*
5151-05	Agente Comunitário de Saúde (ACS)
5151-40	Agente de Combate às Endemias (ACE)
2233-05	Médico Veterinário
3522-10	Agente de Saúde Pública
2232*	Cirurgião-Dentista (família)*
3224*	Auxiliar ou Técnico em Saúde Bucal (família)*
2516-05	Assistente Social
2241-40	Profissional de Educação Física na Saúde
2238*	Fonoaudiólogos (família)*
2239-05	Terapeuta Ocupacional
1312-25	Sanitarista
5153-05	Educador Social
2515*	Psicólogos e psicanalistas (família)*
2236*	Fisioterapeutas (família)*
2237*	Nutricionistas (família)*
2234*	Farmacêuticos (família)*
5152-A1	Microscopista
2211*	Biólogo (família)*
2212*	Biomédicos (família)*

ANEXO II

Quantitativo de profissionais de saúde e valor do incentivo financeiro federal de custeio para a estratégia de rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de Covid-19 por municípios e Distrito Federal

UF	IBGE	MUNICÍPIO	Estimativa População IBGE 2019	Classificação Geográfica do município (IBGE)	Quantitativo de profissionais	VALOR TOTAL
AC	120001	ACRELÂNDIA	15.256	Rural Adjacente	6	R\$ 36.000,00
AC	120005	ASSIS BRASIL	7.417	Rural Remoto	4	R\$ 24.000,00
AC	120010	BRASILÉIA	26.278	Intermediário Remoto	14	R\$ 84.000,00
AC	120013	BUJARI	10.266	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AC	120017	CAPIXABA	11.733	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	88.376	Urbano	23	R\$ 138.000,00
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	18.411	Intermediário Remoto	10	R\$ 60.000,00
AC	120030	FEIJÓ	34.780	Intermediário Remoto	18	R\$ 108.000,00
AC	120032	JORDÃO	8.317	Rural Remoto	5	R\$ 30.000,00
AC	120033	MÂNCIO LIMA	18.977	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AC	120034	MANOEL URBANO	9.459	Rural Remoto	5	R\$ 30.000,00
AC	120035	MARECHAL THAUMATURGO	18.867	Rural Remoto	10	R\$ 60.000,00
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	19.761	Rural Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AC	120080	PORTO ACRE	18.504	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AC	120039	PORTO WALTER	11.982	Rural Remoto	6	R\$ 36.000,00
AC	120040	RIO BRANCO	407.319	Urbano	102	R\$ 612.000,00
AC	120042	RODRIGUES ALVES	18.930	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AC	120043	SANTA ROSA DO PURUS	6.540	Rural Remoto	4	R\$ 24.000,00
AC	120050	SENA MADUREIRA	45.848	Intermediário Adjacente	17	R\$ 102.000,00
AC	120045	SENADOR GUIOMARD	23.024	Intermediário Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AC	120060	TARAUACÁ	42.567	Intermediário Remoto	22	R\$ 132.000,00
AC	120070	XAPURI	19.323	Rural Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AL	270010	ÁGUA BRANCA	20.196	Rural Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AL	270020	ANADIA	17.545	Intermediário Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL	270030	ARAPIRACA	231.747	Urbano	58	R\$ 348.000,00
AL	270040	ATALAIA	47.185	Urbano	12	R\$ 72.000,00
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	15.932	Urbano	4	R\$ 24.000,00
AL	270060	BARRA DE SÃO MIGUEL	8.322	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00

AL 270070	BATALHA	18.232	Intermediário Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270080	BELÉM	4.344	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270090	BELO MONTE	6.704	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270100	BOCA DA MATA	27.281	Urbano	7	R\$ 42.000,00
AL 270110	BRANQUINHA	10.494	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270120	CACIMBINHAS	10.858	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270130	CAJUEIRO	21.264	Urbano	6	R\$ 36.000,00
AL 270135	CAMPESTRE	6.936	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270140	CAMPO ALEGRE	57.063	Urbano	15	R\$ 90.000,00
AL 270150	CAMPO GRANDE	9.558	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270160	CANAPI	17.722	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270170	CAPELA	17.053	Intermediário Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270180	CARNEIROS	9.081	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270190	CHÃ PRETA	7.311	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270200	COITÉ DO NÓIA	10.693	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270210	COLÔNIA LEOPOLDINA	21.698	Urbano	6	R\$ 36.000,00
AL 270220	COQUEIRO SECO	5.845	Urbano	2	R\$ 12.000,00
AL 270230	CORURIBE	56.933	Urbano	15	R\$ 90.000,00
AL 270235	CRAÍBAS	24.219	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270240	DELMIRO GOUVEIA	52.016	Urbano	14	R\$ 84.000,00
AL 270250	DOIS RIACHOS	11.075	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270255	ESTRELA DE ALAGOAS	18.205	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270260	FEIRA GRANDE	22.166	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270270	FELIZ DESERTO	4.754	Intermediário Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270280	FLEXEIRAS	12.790	Urbano	4	R\$ 24.000,00
AL 270290	GIRAU DO PONCIANO	40.917	Rural Adjacente	15	R\$ 90.000,00
AL 270300	IBATEGUARA	15.616	Rural Adjacente	6	R\$ 36.000,00

AL 270310	IGACI	25.631	Rural Adjacente	10	R\$ 60.000,00
AL 270320	IGREJA NOVA	24.499	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270330	INHAPI	18.385	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270340	JACARÉ DOS HOMENS	5.253	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270350	JACUIPE	7.021	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270360	JAPARATINGA	8.361	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270370	JARAMATAIA	5.770	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00

AL 270375	JEQUIÁ DA PRAIA	11.580	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270380	JOAQUIM GOMES	23.993	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270390	JUNDIÁ	4.155	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270400	JUNQUEIRO	24.727	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270410	LAGOA DA CANOA	17.852	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270420	LIMOEIRO DE ANADIA	28.635	Rural Adjacente	11	R\$ 66.000,00
AL 270430	MACEIÓ	1.018.948	Urbano	255	R\$ 1.530.000,00
AL 270440	MAJOR ISIDORO	19.804	Rural Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AL 270490	MAR VERMELHO	3.514	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270450	MARAGOGI	32.704	Urbano	9	R\$ 54.000,00
AL 270460	MARAVILHA	9.163	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270470	MARECHAL DEODORO	51.901	Urbano	13	R\$ 78.000,00
AL 270480	MARIBONDO	13.264	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270500	MATA GRANDE	25.216	Rural Adjacente	10	R\$ 60.000,00
AL 270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	24.642	Urbano	7	R\$ 42.000,00
AL 270520	MESSIAS	17.856	Urbano	5	R\$ 30.000,00
AL 270530	MINADOR DO NEGRÃO	5.329	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270540	MONTEIRÓPOLIS	7.159	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270550	MURICI	28.236	Urbano	8	R\$ 48.000,00
AL 270560	NOVO LINO	12.690	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270570	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	21.688	Intermediário Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AL 270580	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	9.373	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270590	OLHO D'ÁGUA GRANDE	5.123	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270600	OLIVENÇA	11.624	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270610	OURO BRANCO	11.496	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270620	PALESTINA	5.011	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	73.218	Urbano	19	R\$ 114.000,00
AL 270640	PÃO DE AÇÚCAR	24.399	Rural Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270642	PARICONHA	10.533	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270644	PARIPUEIRA	13.176	Urbano	4	R\$ 24.000,00
AL 270650	PASSO DE CAMARAGIBE	15.245	Rural Adjacente	6	R\$ 36.000,00
AL 270660	PAULO JACINTO	7.564	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270670	PENEDO	63.683	Urbano	16	R\$ 96.000,00
AL 270680	PIAÇABUÇU	17.827	Rural Adjacente	7	R\$ 42.000,00
AL 270690	PILAR	35.111	Urbano	9	R\$ 54.000,00
AL 270700	PINDOBA	2.908	Rural Adjacente	2	R\$ 12.000,00
AL 270710	PIRANHAS	25.039	Intermediário Adjacente	10	R\$ 60.000,00
AL 270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	14.386	Rural Adjacente	6	R\$ 36.000,00
AL 270730	PORTO CALVO	27.165	Urbano	7	R\$ 42.000,00
AL 270740	PORTO DE PEDRAS	7.786	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270750	PORTO REAL DO COLÉGIO	20.066	Rural Adjacente	8	R\$ 48.000,00
AL 270760	QUEBRANGULO	11.294	Rural Adjacente	5	R\$ 30.000,00
AL 270770	RIO LARGO	75.120	Urbano	19	R\$ 114.000,00
AL 270780	ROTEIRO	6.664	Intermediário Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270790	SANTA LUZIA DO NORTE	7.296	Urbano	2	R\$ 12.000,00
AL 270800	SANTANA DO IPANEMA	47.654	Urbano	12	R\$ 72.000,00
AL 270810	SANTANA DO MUNDAÚ	10.740	Rural Adjacente	4	R\$ 24.000,00
AL 270820	SÃO BRÁS	6.961	Rural Adjacente	3	R\$ 18.000,00
AL 270830	SÃO JOSÉ DA LAJE	23.927	Intermediário Adjacente	9	R\$ 54.000,00
AL 270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	32.260	Rural Adjacente	12	R\$ 72.000,00
AL 270850	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	34.555	Intermediário Adjacente	13	R\$ 78.000,00
AL 270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	61.251	Urbano	16	R\$ 96.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.978 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			800.000,00
10.122.0022.41.1209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.34	0.2.41	800.000,00
Subtotal				800.000,00
Total				800.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:7ADFF863**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº. 8.980 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.600.000,00 (HUM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.600.000,00 (Hum milhão e seiscientos mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica

1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de COVID-19, de acordo com a Portaria nº 2.624/GM/MS/, de 28 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.**RUI SOARES PALMEIRA**

Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.980 DE 20/10/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.600.000,00
10.122.0022.41.1209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		31.90.11	0.2.41	1.000.000,00
		33.50.43	0.2.41	600.000,00
Subtotal				1.600.000,00
Total				1.600.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:4DAA98C3**GABINETE DO PREFEITO - GP****DECRETO Nº.8.981 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.530.000,00 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar respostas adequadas para o enfrentamento da COVID-19, que sejam condizentes com a velocidade da mudança no cenário epidemiológico e o potencial esgotamento da capacidade instalada dos serviços de saúde, e de articular ações para a integração de serviços de saúde, em especial da vigilância e da assistência, a fim de potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a identificação e monitoramento de casos de COVID-19 e seus contatos, por meio de ações integradas da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Vigilância em Saúde (VS), com a realização de planejamento de estratégias de intervenção assistencial e sanitária efetivas, visando subsidiar Municípios, Estados, Distrito Federal e Ministério da Saúde na gestão das medidas de saúde pública em resposta à COVID-19, no âmbito de suas competências;

CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde como nível de atenção também capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do Coronavírus (COVID-19), por meio de ações que visem a redução da circulação de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, o rastreamento e monitoramento dos contatos de casos de COVID-19, e a identificação de casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.530.000,00 (Hum milhão, quinhentos e trinta mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude do incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de COVID-19, de acordo com a Portaria nº 3.047/GM/MS, de 28 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

FELLIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.981 DE 20/10/2020. – Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação 18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.530.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.530.000,00
10.122.0022.4.11209	ENFRENTEAMENTO DA COVID-19			
Subtotal		31.90.111	02.41	1.530.000,00
Total				1.530.000,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:33A07814

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.982 MACEIÓ/AL, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 3.137.601,60 (TRÊS MILHÕES, CENTO E TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Título III do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº. 2, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO o Capítulo I do Título V da Portaria de Consolidação nº. 6, de 28 de Setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 3.047/GM/MS, de 28 de Novembro de 2019, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2020 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2018;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.975 de 08 de Outubro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.137.601,60 (Três milhões, cento e trinta e sete mil, seiscientos e um reais e sessenta centavos), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude da transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19, em conformidade com a Portaria nº. 2.516, de 21 de Setembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 20 de Outubro de 2020.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/10/2020 | Edição: 198 | Seção: 1 | Página: 121

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.782, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e considerando a necessidade de planejar e executar respostas coordenadas para o enfrentamento da Covid-19, alinhada à mudança no cenário epidemiológico, para potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de Covid-19, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem as seguintes finalidades:

I - fortalecer o Programa Nacional de Imunizações, promovendo resposta qualificada e efetiva ao serviço de imunização nacional para enfrentamento da Covid-19; e

II - proporcionar condições para o aprimoramento da detecção, análise e avaliação das síndromes respiratórias agudas, visando à prevenção e controle da influenza e outros vírus respiratórios, incluindo a Covid-19, para respostas mais qualificadas e oportunas à emergência de saúde pública.

Art. 3º Ficam instituídos, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios, a serem transferidos em parcela única, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos estaduais, municipais e distrital, para execução das ações de imunização e vigilância, da seguinte forma:

I - incentivo financeiro federal de custeio aos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE), corresponde a R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais); e

II - incentivo financeiro federal de custeio às Unidades Sentinelas de vigilância de Síndrome Gripal (SG), corresponde a R\$ 87.920.000,00 (oitenta e sete milhões e novecentos e vinte mil reais).

§1º Para a seleção dos entes federativos e quantificação dos recursos financeiros foram adotados os seguintes critérios:

I - as Unidades dos CRIE foram contempladas igualmente, dada a complexidade do serviço ofertado e relevância do mesmo no atual momento de pandemia; e

II - as Unidades Sentinelas de vigilância de SG foram contempladas segundo o porte populacional definido pelo IBGE do município onde se encontra instalada, conforme Anexo I a esta Portaria.

§2º Diante da aplicação dos critérios definidos neste artigo, os recursos serão transferidos aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios na forma dos Anexos II e III a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros serão destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal para o custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, para a realização das seguintes ações:

I - atualização do registro de vacinação nos sistemas nacionais de imunização do Ministério da Saúde;

II - ampliação dos resultados dos Indicadores 3 e 4 do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, em relação àqueles alcançados no exercício de 2019, disponíveis no Anexo XCVIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que foi alterado pela Portaria 1.520/GM/MS, de 30 de maio de 2018;

III - ampliação e fortalecimento da vigilância da Síndrome Gripal (SG);

IV - informação da proporção de SG sobre o total de atendimentos realizados nas unidades sentinelas;

V - promoção do adequado registro e coleta de amostras nas unidades sentinelas; e

VI - realização do registro das informações no Sistema de Informação de Vigilância da Gripe (SIVEP-Gripe), conforme manual de vigilância do Ministério da Saúde.

§1º A utilização dos recursos financeiros poderá abranger a realização de reformas, organização das Unidades de que trata esta Portaria, aquisição de suprimentos, insumos e produtos aplicados à rotina de funcionamento destas Unidades.

§2º Para utilização dos recursos financeiros, os Estados, Municípios e Distrito Federal deverão observar a legislação aplicável, notadamente o art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 3º A não execução dos recursos financeiros de que trata esta Portaria implicará à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados.

§ 4º O monitoramento das ações de que trata esta Portaria será realizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e não dispensa o ente beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos de que tratam esta Portaria aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regime disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 8º Os recursos orçamentários de que tratam esta Portaria recairão sobre o orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21CO.6500 - PO CV50 - MP 976 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, referente a incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de Covid-19.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

EDUARDO PAZUELLO

Metodologia de cálculo para o incentivo destinado às Unidades Sentinelas de vigilância de SG, conforme porte populacional definido pelo IBGE

Porte Populacional/IBGE	População	Valor Repasse
Pequeno	Até 25.000 habitantes	R\$120.000,00
Médio	25.001 até 50.000 habitantes	R\$240.000,00
Grande	Mais de 50.000 habitantes	R\$400.000,00

ANEXO II

Incentivo financeiro federal de custeio aos Centros de Referência para Imunobiológicos

Especiais

SIGLA UF	UF	CÓDIGO	CNPJ	PNI	TOTAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
AC	ACRE	12	07458.465/0001-30	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
AL	ALAGOAS	27	11659.171/0001-43	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
AM	AMAZONAS	13	06.023.708/0001-44	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
AP	AMAPA	16	06.023.582/0001-08	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
BA	BAHIA	29	05.816.630/0001-52	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CE	CEARA	23	74.031.865/0001-51	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
DF	DISTRITO FEDERAL	53	12.116.247/0001-57	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00
ES	ESPIRITO SANTO	32	06.893.466/0001-40	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
GO	GOIAS	52	00.544.963/0001-56	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MA	MARANHAO	21	06.023.953/0001-51	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	50	03.517.102/0001-77	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MT	MATO GROSSO	51	04.441.389/0001-61	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
PA	PARA	15	83.369.835/0001-40	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
PB	PARAIBA	25	03.609.595/0001-75	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
PE	PERNAMBUCO	26	11.430.018/0001-40	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
PI	PIAUÍ	22	06.206.659/0001-85	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
PR	PARANA	41	08.597.121/0001-74	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	24	14.031.955/0001-10	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RO	RONDONIA	11	00.733.062/0001-02	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RR	RORAIMA	14	05.370.016/0001-00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	43	87.182.846/0001-78	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RS	PORTO ALEGRE	4314902	11.358.235/0001-76	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
SC	SANTA CATARINA	42	80.673.411/0001-87	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
SE	SERGIPE	28	04.384.829/0001-96	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
TO	TOCANTINS	17	13.849.028/0001-40	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MG	BELO HORIZONTE	3106200	11.728.239/0001-07	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MG	JUIZ DE FORA	3136702	17.783.226/0001-09	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
MG	UBERLÂNDIA	3170206	13.996.274/0001-24	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
RJ	ITAPERUNA	3302205	39.215.827/0001-58	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00

RJ	RIO DE JANEIRO	3304557	11.715.094/0001-00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3301009	11.384.874/0001-06	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
SP	SAO PAULO	35	13.851.748/0001-40	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
	TOTAL GERAL			R\$ 26.000.000,00	R\$ 26.000.000,00

ANEXO III

Incentivo financeiro federal de custeio às Unidades Sentinela de Vigilância de Síndrome Gripal

SIGLA UF	UF/MUNICÍPIO	CÓDIGO	CNPJ	REDE SENTINELA	TOTAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
MG	ALFENAS	310160	11.436.319/0001-80	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
GO	ANAPOLIS	520110	06.169.881/0001-55	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	520140	11.809.185/0001-04	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
PR	APUCARANA	410140	02.575.748/0001-48	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	ARACAJU	280030	11.718.406/0001-20	R\$ 2.800.000,00	R\$ 2.800.000,00
CE	ARACOIABA	230120	09.625.350/0001-18	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
ES	ARACRUZ	320060	10.429.253/0001-39	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
AL	ARAPIRACA	270030	21.013.754/0001-56	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
CE	ARATUBA	230140	02.417.466/0001-12	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	320090	14.700.048/0001-17	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
CE	BATURITE	230210	10.241.072/0001-84	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
SP	BAURU	350600	13.824.844/0001-07	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
PA	BELEM	150140	11.305.777/0001-80	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	11.728.239/0001-07	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00
MG	BERTOPOLIS	310660	13.080.578/0001-47	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
MG	BETIM	310670	13.064.113/0001-00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
RR	BOA VISTA	140010	13.464.636/0001-36	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
SE	BOQUIM	280067	11.270.608/0001-52	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
AC	BRASILEIA	120010	09.622.055/0001-08	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
PR	CAMBE	410370	09.406.126/0001-35	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SP	CAMPINAS	350950	13.704.311/0001-83	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
MS	CAMPO GRANDE	500270	11.228.564/0001-00	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
PR	CAMPO LARGO	410420	09.209.932/0001-13	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
PR	CAMPO MOURAO	410430	09.253.109/0001-05	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00

RS	CANOAS	430460	11.413.650/0001-85	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
ES	CARIACICA	320130	13.917.136/0001-02	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	CARIRA	280140	11.402.080/0001-28	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
SE	CARMOPOLIS	280150	11.417.909/0001-66	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
CE	CASCADEL	230350	11.412.197/0001-92	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00
PR	CASTRO	410490	09.267.430/0001-49	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
CE	CAUCAIA	230370	11.777.761/0001-70	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	430510	10.546.325/0001-28	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	CEDRO DE SAO JOAO	280160	11.429.318/0001-09	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
PR	CIANORTE	410550	09.263.750/0001-20	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
ES	COLATINA	320150	14.578.805/0001-21	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
MG	CONTAGEM	311860	14.237.130/0001-57	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
PR	CORNELIO PROCOPIO	410640	09.342.351/0001-55	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
MS	CORUMBA	500320	05.443.851/0001-22	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
MT	CUIABA	510340	12.063.872/0001-88	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
PR	CURITIBA	410690	13.792.329/0001-84	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
DF	DISTRITO FEDERAL	53	12.116.247/0001-57	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00
SE	DIVINA PASTORA	280200	11.544.537/0001-39	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
MG	DIVINOPOLIS	312230	19.166.979/0001-09	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
MS	DOURADOS	500370	13.896.863/0001-30	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	ESTANCIA	280210	11.816.665/0001-94	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
BA	FIRMINO ALVES	291090	11.417.885/0001-45	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	420540	08.935.681/0001-91	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
CE	FORTALEZA	230440	11.621.453/0001-51	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
PR	FOZ DO IGUAU	410830	10.573.693/0001-65	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
PR	FRANCISCO BELTRAO	410840	09.165.798/0001-04	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00
SE	FREI PAULO	280230	11.270.247/0001-44	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
GO	GOIANIA	520870	37.623.352/0001-03	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CE	GUARAMIRANGA	230510	11.413.042/0001-70	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
PR	GUARAPUAVA	410940	09.121.814/0001-59	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
SP	GUARULHOS	351880	16.807.135/0001-01	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SP	IGARATA	352020	12.265.367/0001-16	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

BA	IGUAI	291350	11.188.079/0001-42	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
MG	IPATINGA	313130	11.817.068/0001-84	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00 *
PR	IRATI	411070	09.485.333/0001-22	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
SE	ITABAIANA	280290	12.219.015/0001-24	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
BA	ITAPETINGA	291640	11.068.339/0001-46	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
CE	ITAPIUNA	230650	11.428.360/0001-05	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
PR	IVAIPORA	411150	09.407.873/0001-98	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	260790	03.904.395/0001-45	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
PR	JACAREZINHO	411180	09.309.271/0001-06	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00
PB	JOAO PESSOA	250750	08.715.618/0001-40	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
SC	JOINVILLE	420910	08.184.821/0001-37	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	LAGARTO	280350	11.447.284/0001-85	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
AP	LARANJAL DO JARI	160027	11.707.402/0001-47	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
PR	LONDRINA	411370	11.323.261/0001-69	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
AP	MACAPA	160030	18.604.334/0001-30	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
BA	MACARANI	291970	11.400.472/0001-58	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
AL	MACEIO	270430	07.792.137/0001-75	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
AM	MANAUS	130260	07.583.812/0001-56	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
PR	MARINGA	411520	80.905.706/0001-31	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
SP	MAUA	352940	13.848.859/0001-05	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SP	MOGI DAS CRUZES	353060	12.336.008/0001-02	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
MG	MONTES CLAROS	314330	11.495.687/0001-08	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
CE	MULUNGU	230910	11.401.584/0001-23	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
MG	MURIAE	314390	11.273.981/0001-67	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
RN	NATAL	240810	19.376.335/0001-37	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
SE	NEOPOLIS	280440	11.367.491/0001-20	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
RJ	NITEROI	330330	11.249.035/0001-85	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	280480	06.113.056/0001-39	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
AP	OIAPOQUE	160050	12.250.723/0001-28	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
PE	OLINDA	260960	09.131.029/0001-87	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
SP	OSASCO	353440	13.897.329/0001-49	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
CE	PACOTI	230980	11.210.130/0001-75	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em virtude dos incentivos financeiros federais em caráter excepcional e temporário, de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia novo Coronavírus (COVID-19), de acordo com a Portaria nº. 2.782, de 14 de Outubro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 10 de Novembro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 8.995 DE 10/11/2020. - Suplementação

Órgão / U.O.	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
FunSub/Prog/Subação 18030	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			2.000.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			2.000.000,00
10.122.0022.4.11209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
Subtotal		31.90.111	0.2.41	2.000.000,00
Total				2.000.000,00
				2.000.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:ED5634D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

SÚMULA DO CONTRATO DE Nº. 9912509328 - E.C.T. - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03000.059400/2020.

DAS PARTES: O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.135/0001-80, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.369.322/0001-80, como interveniente, e de outro lado à **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.028.316/0004-56, Contratada.

DO OBJETO: O presente Contrato de nº. 9912509328, tem por objeto a contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos **CORREIOS**, conforme os autos do **Processo Administrativo nº. 03000.059400/2020**. Com fundamento no art. 25, caput da Lei nº. 8.666/1993, englobando os serviços postais indicados no art. 9º, incisos I e II da Lei nº. 6.538/1978.

DO VALOR: O valor global do presente Contrato é de **R\$ 11.314,00 (Onze mil, trezentos e catorze reais)**.

DOS PRAZOS: A vigência deste Contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por

iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº. 8.666/1993.

DOS RECURSOS: As despesas oriundas para execução do objeto deste Contrato de nº. 9912509328, correrão por conta de recursos do orçamento da Contratante, através da Dotação:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
14.061.04.122.0009.2086.09 - Manutenção e Funcionamento Administrativo do Órgão	33.90.39.00 - Outras serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.01.100000 Recursos Próprios

DO FORO: As partes elegem o foro da Justiça Federal, seção Judiciária de Maceió/AL, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato de nº. 9912509328-E.C.T., que não possam ser resolvidas administrativamente, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente.

Maceió/AL, 04 de Novembro de 2020.

LUIZ HENRIQUE LIMA ALVES PINTO

Secretário Municipal de Assistência Social/SEMAS

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:6216499B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE - SEDET

LIBERAÇÃO DE EMBARGO - PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº. 03100.072996/2019.

AUTUADO: JOSÉ TEMISTÓCLES PEREIRA NETO

CPF/CNPJ: 787.120.254-53.

ENDEREÇO: RUA ROBERTO BACKER, ANTIGA RUA EM

PROJETO D I

NUMERO: 131, BAIRRO: ANTARES

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 29271576

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: LT 13, QD: H-1, LOT. RES.

RESERVA BALLA VISTA.

LIBERAÇÃO DE EMBARGO

Fica **LIBERADO O EMBARGO** da obra em questão, publicado no D.O.M. em nome de **JOSÉ TEMISTÓCLES PEREIRA NETO**, CPF/CNPJ: 048741724-07, haja vista o proprietário de o imóvel ter atendido o que determina a Lei Municipal de nº. 5593 de 08/02/2007, através da expedição da licença edilícia a seguir.

Dados da Licença Edilícia.

Natureza: CARTA DE HABITE-SE Número: 19/2020

Beneficiário: JOSÉ TEMISTÓCLES PEREIRA NETO E ESPOSA

CPF/CNPJ: 048741724-07

PROCESSO: 1288/2019.

Data de expedição: 27 de Janeiro de 2020.

Dados da Notificação e Auto de Infração

Nº. Notificação: 002016/2019, Região Adm. : 06.

Código do fiscal: 60

Processo de Embargo: 3100.72996/2019

Representação de Embargo: 269/2019 – DFUS

Representação de Liberação de Embargo: 22/2020 – DFUS.

Maceió/AL, 02 de Setembro de 2020.

ENGª ROSA MARIA BARROS TENÓRIO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente/SEDET

ARQª CRISTINA BENAMOR DE ARAÚJO JORGE

Secretária Adjunta de Análise e Licenciamento.

ARQª ROSÂNGELA SILVA DE AZEVEDO

Dirª. de Fiscalização do Uso do Solo.

DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PREFEITURA DE
MACEIÓ

ANO XXIII - Maceió/AL, Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2020 - Nº 6080

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

- 01 - PREFEITO DE MACEIÓ
RUI SOARES PALMEIRA
- 02 - VICE-PREFEITO
MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE
- 03 - GABINETE DE GOVERNANÇA - GGOV
IRIA ROCHA CAVALCANTE DE ALMEIDA
- 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG
JAILTON SANTOS COSTA
- 05 - PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DIOGO SILVA COELHO
- 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - SMCI
WANDER TELES ARAÚJO
- 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
LUIZ HENRIQUE LIMA ALVES PINO
- 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMERCIO E INDÚSTRIA - SEMCOM
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO
- 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE - SEMET
SÍDEI ROSA MARIA BARROS TEIXEIRA
- 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ANA DANISE REZENDE BOREA
- 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMED
- 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE
REINALDO BRAGA DA SILVA JUNIOR
- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
MAC MERRION LIRA PAES
- 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL - SEMSCS
ENZO BOLIVAR DE ALBUQUERQUE
- 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
JOSE THOMAZ DA SILVA NONO NETO
- 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, AFASTAMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTAS
DANIEL SARAIVA EVARISTO (trecho)
- 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL
JAIR GAVÃO FREIRE NETO
- 18 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER
RODRIGO BORGES FONTAN
- 19 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - IPREV
FABIANA TOLEDO VANDERLEI DE AZEVEDO
- 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL - FMAC
VANIA LUIZA BARREIROS AMORIM
- 21 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SUBES
GUSTAVO ALBERTO ACHOLI DE PAIVA TORRES
- 22 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO DE MACEIÓ - SIMA
FELIPE RODRIGO CAVALCANTE FERREIRA
- 23 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO - SMVT
ANTÔNIO JOSÉ GOMES DE MOURA
- 24 - COMISSÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO - COMARH
AYLLA LÚCIA DE JESUS MELLO

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió é uma publicação vinculada a modernização e transparência da gestão municipal.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DO PREFEITO - GP

PORTARIA Nº. 1348 MACEIÓ/AL, 10 DE NOVEMBRO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Procurador Municipal **DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA**, matrícula nº. 944166-2, como novo Chefe da Procuradoria Especializada de Licitações, Contratos e Convênios em substituição ao Procurador Municipal **JOSÉ CAVALCANTE DE BARROS FILHO** matrícula nº. 14963-2, que continuará lotado na mesma especialização.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:404B7609

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 8.993 MACEIÓ/AL, 10 DE NOVEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.993 de 05 de Novembro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/07/2020 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 1
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020

Credencia temporariamente Municípios e Estados para a prestação de serviços de saúde, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus responsável pela pandemia de COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I do parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 176, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus responsável pela pandemia de COVID-19, resolve:

Considerando a Emergência em Saúde Pública de Importância Especial em Saúde Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento para enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pela pandemia de COVID-19;

Art. 1º Ficam credenciados temporariamente os estabelecimentos de saúde, em caráter excepcional e temporário, para a prestação de serviços de saúde, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a anulação do credenciamento, conforme disposto na Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria são de origem do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.50 - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Pandemia de COVID-19. Orçamento: CV20 - Medida Provisória nº 940, de 02 de abril de 2020; Medida Provisória nº 976, de 04 de junho de 2020, com impacto orçamentário de quatrocentos e trinta e dois milhões quatrocentos mil reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para a disponibilização de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos Municipais de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

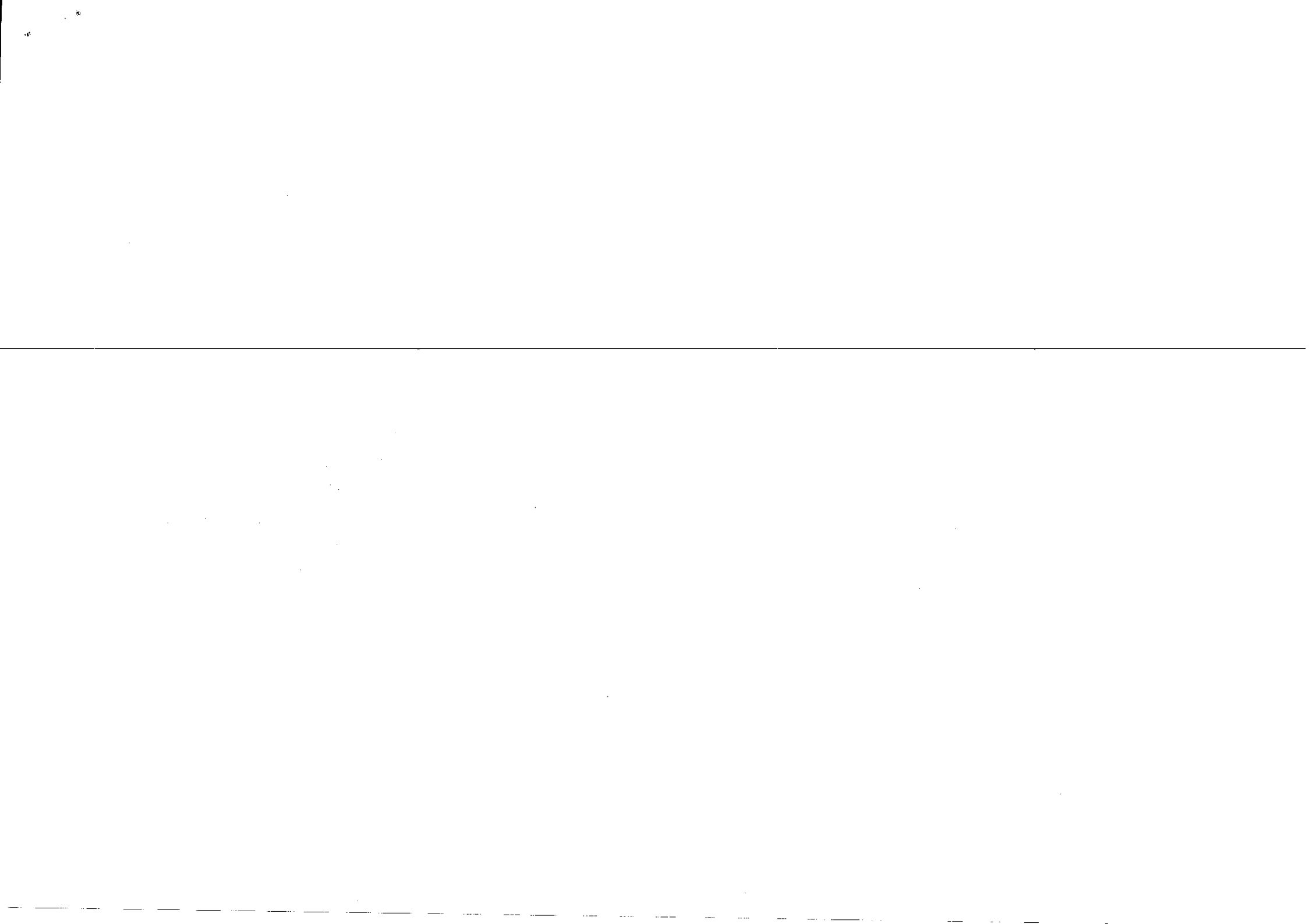
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário publicadas em atos normativos de junho de 2020 a setembro de 2020.

EDUARDO PAZUE

ANEXO

Estabelecimentos de saúde credenciados temporariamente e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19

UF	IBGE	Município	CNES	Serviço Credenciado Temporariamente
----	------	-----------	------	-------------------------------------



AC 120013	BUJARI	2002876	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AC 120020	CRUZEIRO DO SUL	2002914	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2
AC 120020	CRUZEIRO DO SUL	2000202	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2
AC 120032	JORDAO	7123043	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AC 120033	MANCIO LIMA	9542566	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AC 120039	PORTO WALTER	7959087	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270030	ARAPIRACA	2004968	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2
AL 270060	BARRA DE SAO MIGUEL	2004704	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270100	BOCA DA MATA	2009455	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270140	CAMPO ALEGRE	9831452	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270255	ESTRELA DE ALAGOAS	2003422	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270320	IGREJA NOVA	7510233	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270400	JUNQUEIRO	6324983	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270430	MACEIO	9117807	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3
AL 270430	MACEIO	9009755	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3
AL 270430	MACEIO	2005751	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3
AL 270430	MACEIO	6899521	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3
AL 270490	MAR VERMELHO	2719584	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270460	MARAVILHA	2719509	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270470	MARECHAL DEODORO	9146350	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2009196	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270590	OLHO D'AGUA GRANDE	3036421	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1
AL 270610	OURO BRANCO	2793938	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 1.200.000,00 (HUM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACIONES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.445/GM/MS, de 29 de Maio de 2020, que institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.993 de 05 de Novembro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, onde Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do Coronavírus, em conformidade com a Portaria nº. 1.797, de 21 de Julho de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 14 de Dezembro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 9.016 DE 14/12/2020. – Suplementação

Órgão / U/O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			1.200.000,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.200.000,00
10.122.002.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19	33.90.32	0.2.41	300.000,00
		33.90.34	0.2.41	900.000,00
Subtotal				1.200.000,00
Total				1.200.000,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: 02C52466

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0281/2020. - ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 75/2020. - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05800.0102520/2019.

PARTES: A **AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS – ARSER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.981.455/0001-29, e a empresa **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.889.035/0001-02, com sede na Rua Rubens Deries, nº.105 – Bairro: Industrial - Brechim/RS - CEP Nº. 99.706-300.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação para fornecimento de medicamentos contidos na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME 9ª edição, publicada em 2014) e na REMUME 2015, Portaria SMS Nº. 218/2015, publicada no Diário Oficial do Município – DOM, de 03 de Dezembro de 2015.

COTA PRINCIPAL - 90% do ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	MARCA/FABRICANTE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Albendazol 40 Mg/Ml 10 Ml VO Fr - Albendazol 40 Mg/Ml Caixa C/10 Ml (Origem: Nacional) - Fabricante: Prati Donaduzzi - Registro M.S.: 1.2568.0029.004-1	un	Prati Donaduzzi	108.000	0,9190	99.252,00
09	Azitroneína 40 Mg/Ml 15 Ml VO Fr - Azitroneína 400 Mg Caixa C/50 Frascos C/15 Ml + Diluente + 50 Ser Dosadores (Origem: Nacional) - Fabricante: Prati Donaduzzi - Registro M.S.: 1.2568.0185.008-1	un	Prati Donaduzzi	13.500	8,0995	109.343,25

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 05/11/2020 | Edição: 211 | Seção: 1 | Página: 152

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 3.008, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes de saúde bucal que atuam na Atenção Primária à Saúde e dos Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às necessidades de saúde bucal da população; e

Considerando a necessidade de organizar o acesso da população aos serviços odontológicos necessários na Atenção Primária e Especializada, com o objetivo de mitigar os efeitos da demanda reprimida gerada pela suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos decorrente da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre incentivos financeiros federais de custeio para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem a finalidade de viabilizar o acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Covid-19.

Parágrafo Único O incentivo financeiro previsto no caput deverá ser utilizado para viabilização das recomendações de adequação de ambiência para atendimento odontológico previstas no Guia de Atendimento Odontológico no Contexto da Pandemia, a ser disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.

Art. 3º Fica instituído, em caráter excepcional e temporário, na forma do Anexo I a esta Portaria, incentivo financeiro federal de custeio da saúde bucal na Atenção Primária à Saúde no contexto da Covid-19, a ser transferido de modo automático.

§ 1º Fica dispensada a adesão por parte dos Municípios e do Distrito Federal, para apoiar a adoção de medidas de reorganização da ambiência e dos processos de trabalho das equipes de Saúde Bucal (eSB).

§ 2º O incentivo financeiro federal de que trata o caput corresponde a R\$ 1.931,00 (um mil novecentos e trinta e um reais) por equipe de saúde bucal da Estratégia Saúde da Família, credenciada pelo Ministério da Saúde, implantada e paga na competência financeira agosto de 2020.

Art. 4º Fica instituído, em caráter excepcional e temporário, e na forma do Anexo II a esta Portaria, incentivo financeiro federal de custeio para manutenção da assistência odontológica na Atenção Especializada no contexto da Covid-19.

§ 1º Fica dispensada a adesão por parte dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, para o desenvolvimento de ações que contribuam para a reorganização da ambiência e dos processos de trabalho dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

§ 2º O incentivo financeiro federal de que trata o caput, será calculado considerando o quantitativo de CEO credenciados pelo Ministério da Saúde e pagos na competência financeira agosto de 2020 e corresponderá aos seguintes valores:

I - R\$ 5.793,00 (cinco mil setecentos e noventa e três reais), para cada Centro de Especialidades Odontológicas Tipo I credenciado;

II - R\$ 7.724,00 (sete mil setecentos e vinte e quatro reais), para cada Centro de Especialidades Odontológicas Tipo II credenciado; e

III - R\$ 13.517,00 (treze mil quinhentos e dezessete reais), para cada Centro de Especialidades Odontológicas Tipo III credenciado.

Art. 5º Para fins de monitoramento será observado o envio das informações de produção dos atendimentos odontológicos pelo Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e pelo Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 8º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do coronavírus - Nacional, Plano Orçamentário CV70 - COVID-19, em parcela única, no valor de R\$ 61.631.727,00 (sessenta e um milhões seiscentos e trinta e um mil setecentos e vinte e sete reais).

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

EDUARDO PAZUELLO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	QUANTIDADE DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	VALOR TOTAL RECURSO CUSTEIO A SER REPASSADO
AC	ACRELÂNDIA	120001	5	R\$ 9.655,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	3	R\$ 5.793,00
AC	BRASILÉIA	120010	8	R\$ 15.448,00
AC	BUJARI	120013	2	R\$ 3.862,00
AC	CAPIXABA	120017	3	R\$ 5.793,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	16	R\$ 30.896,00
AC	EPITACIOLÂNDIA	120025	5	R\$ 9.655,00
AC	FEIJÓ	120030	7	R\$ 13.517,00
AC	MÂNCIO LIMA	120033	6	R\$ 11.586,00
AC	MANOEL URBANO	120034	3	R\$ 5.793,00
AC	MARECHAL THAUMATURGO	120035	3	R\$ 5.793,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	7	R\$ 13.517,00
AC	PORTO ACRE	120080	5	R\$ 9.655,00
AC	PORTO WALTER	120039	1	R\$ 1.931,00
AC	RIO BRANCO	120040	27	R\$ 52.137,00

AC	RODRIGUES ALVES	120042	2	R\$ 3.862,00
AC	SANTA ROSA DO PURUS	120043	2	R\$ 3.862,00
AC	SENA MADUREIRA	120050	11	R\$ 21.241,00
AC	SENADOR GUJOMARD	120045	8	R\$ 15.448,00
AC	TARAUACÁ	120060	8	R\$ 15.448,00
AC	XAPURI	120070	3	R\$ 5.793,00
AL	ÁGUA BRANCA	270010	6	R\$ 11.586,00
AL	ANADIA	270020	1	R\$ 1.931,00
AL	ARAPIRACA	270030	41	R\$ 79.171,00
AL	ATALAIA	270040	15	R\$ 28.965,00
AL	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	270050	6	R\$ 11.586,00
AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	270060	3	R\$ 5.793,00
AL	BATALHA	270070	3	R\$ 5.793,00
AL	BELÉM	270080	2	R\$ 3.862,00
AL	BELO MONTE	270090	3	R\$ 5.793,00
AL	BOCA DA MATA	270100	6	R\$ 11.586,00
AL	BRANQUINHA	270110	5	R\$ 9.655,00
AL	CACIMBINHAS	270120	5	R\$ 9.655,00
AL	CAJUEIRO	270130	7	R\$ 13.517,00
AL	CAMPESTRE	270135	2	R\$ 3.862,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	16	R\$ 30.896,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	4	R\$ 7.724,00
AL	CANAPI	270160	2	R\$ 3.862,00
AL	CAPELA	270170	7	R\$ 13.517,00
AL	CARNEIROS	270180	3	R\$ 5.793,00
AL	CHÃ PRETA	270190	3	R\$ 5.793,00
AL	COITÉ DO NÓIA	270200	3	R\$ 5.793,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	8	R\$ 15.448,00
AL	COQUEIRO SECO	270220	3	R\$ 5.793,00
AL	CORUIPE	270230	17	R\$ 32.827,00
AL	CRAÍBAS	270235	8	R\$ 15.448,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	10	R\$ 19.310,00
AL	DOIS RIACHOS	270250	4	R\$ 7.724,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	6	R\$ 11.586,00
AL	FEIRA GRANDE	270260	6	R\$ 11.586,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	2	R\$ 3.862,00
AL	FLEXEIRAS	270280	5	R\$ 9.655,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	5	R\$ 9.655,00
AL	IBATEGUARA	270300	6	R\$ 11.586,00
AL	IGACI	270310	11	R\$ 21.241,00
AL	IGREJA NOVA	270320	10	R\$ 19.310,00
AL	INHAPI	270330	4	R\$ 7.724,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	3	R\$ 5.793,00
AL	JACUIPE	270350	2	R\$ 3.862,00
AL	JAPARATINGA	270360	4	R\$ 7.724,00
AL	JARAMATAIA	270370	3	R\$ 5.793,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	5	R\$ 9.655,00

AL	JOAQUIM GOMES	270380	7		R\$ 13.517,00
AL	JUNDIÁ	270390	2		R\$ 3.862,00
AL	JUNQUEIRO	270400	11		R\$ 21.241,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	6		R\$ 11.586,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	9		R\$ 17.379,00
AL	MACEIÓ	270430	36		R\$ 69.516,00
AL	MAJOR ISIDORO	270440	7		R\$ 13.517,00
AL	MAR VERMELHO	270490	1		R\$ 1.931,00
AL	MARAGOGI	270450	10		R\$ 19.310,00
AL	MARAVILHA	270460	3		R\$ 5.793,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	17		R\$ 32.827,00
AL	MARIBONDO	270480	4		R\$ 7.724,00
AL	MATA GRANDE	270500	5		R\$ 9.655,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	8		R\$ 15.448,00
AL	MESSIAS	270520	6		R\$ 11.586,00
AL	MINADOR DO NEGRÃO	270530	2		R\$ 3.862,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	3		R\$ 5.793,00
AL	MURICI	270550	11		R\$ 21.241,00
AL	NOVO LINO	270560	2		R\$ 3.862,00
AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	270570	7		R\$ 13.517,00
AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	270580	4		R\$ 7.724,00
AL	OLHO D'ÁGUA GRANDE	270590	2		R\$ 3.862,00
AL	OLIVENÇA	270600	4		R\$ 7.724,00
AL	OURO BRANCO	270610	1		R\$ 1.931,00
AL	PALESTINA	270620	3		R\$ 5.793,00
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	270630	21		R\$ 40.551,00
AL	PÃO DE AÇÚCAR	270640	7		R\$ 13.517,00
AL	PARICONHA	270642	5		R\$ 9.655,00
AL	PARIPUEIRA	270644	4		R\$ 7.724,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	6		R\$ 11.586,00
AL	PAULO JACINTO	270660	4		R\$ 7.724,00
AL	PENEDO	270670	17		R\$ 32.827,00
AL	PIAÇABUÇU	270680	5		R\$ 9.655,00
AL	PILAR	270690	12		R\$ 23.172,00

AL	PINDOBA	270700	1	R\$ 1.931,00
AL	PIRANHAS	270710	7	R\$ 13.517,00
AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	270720	4	R\$ 7.724,00
AL	PORTO CALVO	270730	9	R\$ 17.379,00
AL	PORTO DE PEDRAS	270740	4	R\$ 7.724,00
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	5	R\$ 9.655,00
AL	QUEBRANGULO	270760	5	R\$ 9.655,00
AL	RIO LARGO	270770	17	R\$ 32.827,00
AL	ROTEIRO	270780	3	R\$ 5.793,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	3	R\$ 5.793,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	8	R\$ 15.448,00

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicação do art. 55, inc. VII, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de nº. 06500.055615/2020**, com fundamento no **PARECER Assessoria Direta nº. 254/2020/SEMED**,

RESOLVE:

CONCEDER a Licença para o desempenho de atividade política ao servidor público municipal, **MARIA JOSÉ CARLOS DA SILVA OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Professora, sob a matrícula de nº. 923435-7, pertencente ao Quadro de Pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**, com remuneração, retroagindo seus efeitos ao período de 12 de Setembro de 2020 a até o 10º(décimo) dia posterior à eleição, nos ditames do §2º do art. 116 da Lei Municipal nº. 4.973, de 31 de Março de 2000.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

REINALDO BRAGA DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Gestão/SEMGE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:2565BB2B

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 9.014 MACEIÓ/AL, 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 384.750,00 (TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o atual contexto da pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e o risco relacionado ao aumento de complicações e agravamento dos sintomas da COVID-19, maior ocorrência e período de internações, maior risco de utilização de ventilação mecânica e internação em Unidade de Tratamento Intensivo, bem como maior risco de óbitos entre menores de 60(sessenta) anos em indivíduos com obesidade, diabetes e hipertensão;

CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de identificar precocemente os casos de síndrome gripal e exercer a contenção da transmissibilidade da COVID-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves nos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para a atenção integral às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial

sistêmica para a continuidade das atividades essenciais da APS, com ênfase nas pessoas com fatores de risco para COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.993 de 05 de Novembro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ** (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 384.750,00 (Trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 2.994, de 29 de Outubro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 14 de Dezembro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 9.014 DE 14/12/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subação				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			384.750,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			384.750,00
10.122.0022.411209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
		33.90.32	0.2.41	384.750,00
Subtotal				384.750,00
Total				384.750,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:D6393790

DECRETO Nº. 9.015 MACEIÓ/AL, 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 69.516,00 (SESSENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS E DEZESSEIS REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº.

6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes de saúde bucal que atuam na Atenção Primária à Saúde e dos Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às necessidades de saúde bucal da população;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar o acesso da população aos serviços odontológicos necessários na Atenção Primária e Especializada, com o objetivo de mitigar os efeitos da demanda reprimida gerada pela suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos decorrente da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.993 de 05 de Novembro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Maceió (Lei nº 6.977, de 19 de fevereiro de 2020), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 69.516,00 (Sessenta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Portaria nº. 188/GM/MS de 03 de Fevereiro de 2020 e em conformidade com a Portaria nº. 356/MS de 04 de Novembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 14 de Dezembro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 9015 DE 14/12/2020. - Suplementação

Órgão / U.O.	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subseção				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			69.516,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			69.516,00

10.122.002.411.209	ENFRENTAMENTO DA COVID-19	DA	EMERGÊNCIA	
Subtotal				33.90,32 0,2411 69.516,00
Total				69.516,00

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:86ED9D5B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM EDITAL DE CITAÇÃO Nº. 011/CPIA/PGM DE 14/12/2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições previstas na Lei Delegada nº. 02/2014 e na Lei Municipal nº. 6.776/2018,

RESOLVE:

CITAR os seguintes servidores para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar DEFESA ESCRITA:

Nº dos autos	Servidor	Matrícula	Secretaria	Turma
1. 5800.114164/2018 apensos	ARTHUR DANTAS VIEIRA	945234-6	SMS	1ª Turma
2. 5800.112049/2018 apensos	LIZARDA MARIA DE CARVALHO FELIX	942815-1	SMS	1ª Turma

Os autos encontram-se à disposição dos interessados para apreciação e eventuais esclarecimentos na sede da CPIA, localizada no prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM, situado à Rua Dr. Pedro Monteiro nº. 29, Centro, nesta cidade das 8h às 14h.

Maceió/AL, 14 de Dezembro de 2020

DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA

Procurador do Município de Maceió - Matrícula nº. 944166-2

Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo - CPIA

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:024B1509

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED PORTARIA Nº. 097 MACEIÓ/AL, 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre os procedimentos de implantação e implementação da Política de Alfabetização nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Maceió.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO:**

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96;
- o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13005/2014;
- o Plano Estadual de Educação - Lei nº 7795/2016;
- o Plano Municipal de Educação - Lei nº 6493/2015;
- a Resolução CNE/CEB nº 4/2010;
- a Resolução CNE/CEB nº 7/2010;
- a Resolução CNE/CP nº 2/2017;
- a Resolução COMED/Maceió nº 3/2014;
- a Resolução COMED/Maceió nº 1/2016;
- a Resolução COMED/Maceió nº 3/2016;
- a Resolução COMED/Maceió nº 2/2017;
- a Resolução COMED/Maceió nº 2/2020;

- Que deve ser oportunizado aos estudantes das escolas públicas municipais um processo de alfabetização com resultado de aprendizagem adequado ao prosseguimento de estudos e a formação profissional;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas para a implantação e implementação da Política de Alfabetização nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Maceió.

Parágrafo único: A alfabetização, nesta portaria, assume o conceito de alfabetização e letramento em que o processo de ensino-

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/11/2020 | Edição: 209 | Seção: 1 | Página: 478
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.994, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e considerando o disposto no art. 3º e art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (SARV- CoV-2), por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020;

Considerando o atual contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o risco relacionado ao aumento de complicações e agravamento dos sintomas da Covid-19, maior ocorrência e período de internações, maior risco de utilização de ventilação mecânica e internação em Unidade de Tratamento Intensivo, bem como maior risco de óbitos entre menores de 60 (sessenta) anos em indivíduos com obesidade, diabetes e hipertensão;

Considerando a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de identificar precocemente os casos de síndrome gripal e exercer a contenção da transmissibilidade da Covid-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves nos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência; e

Considerando a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para a atenção integral às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica para a continuidade das atividades essenciais da APS, com ênfase nas pessoas com fatores de risco para Covid-19, resolve:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do SARS-CoV-2, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro federal instituído por esta Portaria tem como objetivo fortalecer a atenção precoce às pessoas com obesidade, diabetes mellitus, ou hipertensão arterial sistêmica na APS, por meio da organização da assistência baseada em protocolos e em linhas de cuidado, buscando a redução de complicações associadas à Covid-19, incluindo ações de promoção da saúde e de prevenção.

Art. 3º Constituem ações para utilização do incentivo financeiro federal, estruturadas pela gestão municipal e do Distrito Federal:

I - a identificação, o cadastro e a estratificação de risco das pessoas com:

- a) obesidade por meio das ações de vigilância alimentar e nutricional da população adstrita; e
- b) diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica por meio das ações de vigilância e diagnóstico oportuno da população adstrita;

II - a identificação precoce e a priorização do acompanhamento e do monitoramento de indivíduos com obesidade, diabetes mellitus, ou hipertensão arterial sistêmica na APS com síndrome gripal ou com suspeita ou confirmação de Covid-19;

III - o fortalecimento da atenção integral, priorizando, no contexto da pandemia, a assistência terapêutica multiprofissional aos indivíduos adultos com obesidade, diabetes mellitus, ou hipertensão arterial sistêmica na APS, de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas;

IV - o fortalecimento da prevenção da transmissão do coronavírus em indivíduos com obesidade, diabetes mellitus, ou hipertensão arterial sistêmica na APS, conforme orientações estabelecidas pelo Ministério da Saúde; e

V - a implementação de ações intersetoriais e de caráter comunitário para promoção da saúde, de forma a apoiar os indivíduos, famílias e comunidades na adoção de modos de vida saudáveis, considerando a situação epidemiológica da Covid-19 em cada território.

Art. 4º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido aos municípios e Distrito Federal em parcela única e corresponderá aos seguintes valores, dispensada a publicação de portaria de adesão:

I - R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) por equipe de Saúde da Família (eSF);

II - R\$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais) por equipe de Atenção Primária - Modalidade I 20h; e

III - R\$ 3.562,50 (três mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) por equipe de Atenção Primária - Modalidade II 30h;

Parágrafo único. A transferência do incentivo financeiro de que trata o inciso II considerará por município e Distrito Federal o quantitativo de eSF e eAP custeadas pelo Ministério da Saúde, com cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) na competência financeira de agosto do ano de 2020, conforme Anexo I.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será monitorado por meio da avaliação do aumento do número de atendimentos individuais para as condições avaliadas de obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica registrado no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB).

Art. 6º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 7º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria deverão onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional, Plano Orçamentário - CV70 - COVID-19 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020, com impacto orçamentário no valor de R\$ 221.811.937,50 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e onze mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

EDUARDO PAZUELLO

INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL PARA ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNTS)

UF	MUNICÍPIO	IBGE	Nº eSF	Nº eAP I 20h	Nº eAP II 30h	Valor Total - Parcela Única
AC	ACRELANDIA	120001	5	0	0	R\$ 23.750,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	3	0	0	R\$ 14.250,00
AC	BRASILEIA	120010	9	0	0	R\$ 42.750,00
AC	BUJARI	120013	3	0	0	R\$ 14.250,00
AC	CAPIXABA	120017	4	0	0	R\$ 19.000,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	38	0	0	R\$ 180.500,00

AL	JACARE DOS HOMENS	270340	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	JACUIPE	270350	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	JAPARATINGA	270360	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	JARAMATAIA	270370	1	0	0	R\$	4.750,00
AL	JEQUIA DA PRAIA	270375	5	0	0	R\$	23.750,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	8	0	0	R\$	38.000,00
AL	JUNDIA	270390	2	0	0	R\$	9.500,00
AL	JUNQUEIRO	270400	10	0	0	R\$	47.500,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	6	0	0	R\$	28.500,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	14	0	0	R\$	66.500,00
AL	MACEIO	270430	81	0	0	R\$	384.750,00
AL	MAJOR ISIDORO	270440	7	0	0	R\$	33.250,00
AL	MAR VERMELHO	270490	1	0	0	R\$	4.750,00
AL	MARAGOGI	270450	10	0	0	R\$	47.500,00
AL	MARAVILHA	270460	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	19	0	0	R\$	90.250,00
AL	MARIBONDO	270480	5	0	0	R\$	23.750,00
AL	MATA GRANDE	270500	6	0	0	R\$	28.500,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	11	0	0	R\$	52.250,00
AL	MESSIAS	270520	6	0	0	R\$	28.500,00
AL	MINADOR DO NEGRAO	270530	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	MONTEIROPOLIS	270540	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	MURICI	270550	11	0	0	R\$	52.250,00
AL	NOVO LINO	270560	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	270570	8	0	0	R\$	38.000,00
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	270580	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	270590	2	0	0	R\$	9.500,00
AL	OLIVENCA	270600	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	OURO BRANCO	270610	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	PALESTINA	270620	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	270630	22	1	0	R\$	106.875,00
AL	PAO DE ACUCAR	270640	9	0	0	R\$	42.750,00
AL	PARICONHA	270642	5	0	0	R\$	23.750,00
AL	PARIPUEIRA	270644	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	6	0	0	R\$	28.500,00
AL	PAULO JACINTO	270660	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	PENEDO	270670	19	0	0	R\$	90.250,00
AL	PIACABUCU	270680	6	0	0	R\$	28.500,00
AL	PILAR	270690	13	0	0	R\$	61.750,00
AL	PINDOBA	270700	1	0	0	R\$	4.750,00
AL	PIRANHAS	270710	7	0	0	R\$	33.250,00
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	270720	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	PORTO CALVO	270730	11	0	0	R\$	52.250,00
AL	PORTO DE PEDRAS	270740	4	0	0	R\$	19.000,00
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	270750	8	0	0	R\$	38.000,00
AL	QUEBRANGULO	270760	5	0	0	R\$	23.750,00
AL	RIO LARGO	270770	21	0	0	R\$	99.750,00
AL	ROTEIRO	270780	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	3	0	0	R\$	14.250,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	11	1	0	R\$	54.625,00
AL	SANTANA DO MUNDAU	270810	5	0	0	R\$	23.750,00
AL	SAO BRAS	270820	3	0	0	R\$	14.250,00

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicação do art. 55, inc. VII, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de nº. 06500.055615/2020**, com fundamento no **PARECER** Assessoria Direta nº. 254/2020/SEMED,

RESOLVE:

CONCEDER a Licença para o desempenho de atividade política ao servidor público municipal, **MARIA JOSÉ CARLOS DA SILVA OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Professora, sob a matrícula de nº. 923435-7, pertencente ao Quadro de Pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**, com remuneração, retroagindo seus efeitos ao período de 12 de Setembro de 2020 a até o 10º(décimo) dia posterior à eleição, nos ditames do §2º do art. 116 da Lei Municipal nº. 4.973, de 31 de Março de 2000.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

REINALDO BRAGA DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Gestão/SEMGCE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:2565BB2B

GABINETE DO PREFEITO - GP

DECRETO Nº. 9.014 MACEIÓ/AL, 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 384.750,00 (TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACIONES INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº. 6.952, de 22 de Novembro de 2019, pelo artigo 4º da Lei Municipal nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), declarada por meio da Portaria nº. 188/GM/MS, de 03 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 356/GM/MS, de 11 de Março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº. 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o atual contexto da pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e o risco relacionado ao aumento de complicações e agravamento dos sintomas da COVID-19, maior ocorrência e período de internações, maior risco de utilização de ventilação mecânica e internação em Unidade de Tratamento Intensivo, bem como maior risco de óbitos entre menores de 60(sessenta) anos em indivíduos com obesidade, diabetes e hipertensão;

CONSIDERANDO a Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de identificar precocemente os casos de síndrome gripal e exercer a contenção da transmissibilidade da COVID-19 ao reduzir a circulação de pessoas com sintomas leves nos serviços de urgências ou hospitais, monitorar os contatos de casos suspeitos e confirmados e identificar casos graves para encaminhamento aos serviços de urgência e emergência de referência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do processo de trabalho das equipes que atuam na APS para a atenção integral às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial

sistêmica para a continuidade das atividades essenciais da APS, com ênfase nas pessoas com fatores de risco para COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.846, de 16 de Março de 2020, que decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Maceió, decorrente da pandemia de Coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 8.993 de 05 de Novembro de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento do estado de calamidade em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maceió, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Lei nº. 6.977, de 19 de Fevereiro de 2020)**, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 384.750,00 (Trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), para atender à programação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo anterior, conforme dispõe o artigo 43 §1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 serão utilizados recursos originários do excesso de arrecadação a ser verificado nesse exercício, na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.01 – Transferência de recursos do SUS – COVID, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Portaria nº. 2.994, de 29 de Outubro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 14 de Dezembro de 2020.

RUI SOARES PALMEIRA

Prefeito de Maceió

FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

Secretário Municipal de Economia/SEMEC

ANEXO ÚNICO ao DECRETO Nº. 9.014 DE 14/12/2020. - Suplementação

Órgão / U.O	Descrição	Natureza	Fonte	Valor
Fun/Sub/Prog/Subseção				
18000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			384.750,00
18001	COORDENADORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			384.750,00
10.122.0022.4.11209	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19			
Subtotal		33.90.32	(0.2.41)	384.750,00
Total				384.750,00

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:D6393790

GABINETE DO PREFEITO - GP
DECRETO Nº. 9.015 MACEIÓ/AL, 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R\$ 69.516,00 (SESSENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS E DEZESES REAIS) PARA REFORÇO DE DOTACIONES ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelo inciso IV do art.29 da Constituição Estadual e autorizado pelo art. 37 da Lei Municipal nº.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/12/2020 | Edição: 242 | Seção: 1 | Página: 183

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 3.474, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

Homologa a adesão dos municípios e Distrito Federal a receber incentivo financeiro federal de capital para informatização das equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária, por meio da implementação de Prontuário Eletrônico.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS nº 3.193, de 27 de novembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal, em caráter excepcional e temporário, para informatização das equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária, por meio da implementação de Prontuário Eletrônico; e considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria GM/MS nº 3.193, de 27 de novembro de 2020, e os requisitos para início da transferência do incentivo financeiro instituído na mencionada normativa, resolve:

Art. 1º Fica homologada a adesão dos municípios e Distrito Federal, descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem incentivo financeiro federal de capital para informatização das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP), por meio da implementação de Prontuário Eletrônico, conforme trata a Portaria GM/MS nº 3.193, de 27 de novembro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro federal de capital de que trata a portaria considerou as solicitações de adesão realizadas pelos gestores dos municípios e Distrito Federal referente ao quantitativo de eSF e eAP não informatizada e homologadas pelo Ministério da Saúde, descritas no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Foram consideradas eSF e eAP não informatizadas aquelas que, nas competências julho, agosto e setembro de 2020, não enviaram informações provenientes de sistema de prontuário eletrônico para a base nacional de dados do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), conforme trata o parágrafo único do art. 4º da Portaria nº 3.193, de 27 de novembro de 2020.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria deverá ser executado para a aquisição de equipamentos que assegurem a informatização das Unidades Básicas de Saúde.

Parágrafo único. A aquisição de equipamentos de que trata o caput deve considerar o cenário de implementação do prontuário eletrônico que o município necessita e observar o recomendado como requisitos mínimos para instalação, conforme divulgado pelo Ministério da Saúde no endereço: <https://aps.saude.gov.br/ape/esus/download>.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos incentivos financeiros para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário - CV40 - COVID-19 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, com impacto orçamentário de R\$ 92.279.486,00 (noventa e dois milhões, duzentos e setenta e nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

EDUARDO PAZUELLO

**MUNICÍPIOS COM ADEÇÃO HOMOLOGADA PARA O RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO
FEDERAL DE CAPITAL PARA INFORMATIZAÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, POR MEIO DA
IMPLEMENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO.**

UF	MUNICÍPIO	Código IBGE	Identificação Nacional de Equipe (INE)	Descrição da equipe homologada	Valor por equipe
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	00000005436	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	00000005398	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO ACRE	120080	00000006823	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO ACRE	120080	00000006815	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO ACRE	120080	00000006785	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO ACRE	120080	00000006777	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO WALTER	120039	0001631284	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	PORTO WALTER	120039	00000005487	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006394	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006424	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006440	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006351	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006416	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006408	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006386	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	00000006378	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161802	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162027	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162086	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162094	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162205	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162213	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162272	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162280	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162299	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162302	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162310	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162329	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162337	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00

AL	CAJUEIRO	270130	0000163201	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163171	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163198	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	0000163686	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	INHAPI	270330	0000165034	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	INHAPI	270330	0000165018	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	INHAPI	270330	0001962094	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	0000165077	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	0000165085	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JAPARATINGA	270360	0000165158	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JAPARATINGA	270360	0000165131	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JAPARATINGA	270360	0001635166	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JAPARATINGA	270360	0000165166	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JARAMATAIA	270370	0000165182	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JARAMATAIA	270370	0000165174	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	JARAMATAIA	270370	0000165190	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000165972	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000165980	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000166693	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000166731	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000166596	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MACEIÓ	270430	0000166383	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MATA GRANDE	270500	0000167304	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MATA GRANDE	270500	0000167339	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MATA GRANDE	270500	0000167312	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MESSIAS	270520	0000167525	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	0000167606	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	0000167592	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	0000167584	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	0001711571	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	NOVO LINO	270560	0000167746	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	NOVO LINO	270560	0000167770	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00

AL	ARAPIRACA	270030	0000162361	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162388	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162396	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162418	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162426	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001570595	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001593137	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001594567	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001599437	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001609998	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001610147	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0001636065	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000162078	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161993	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161985	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161926	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161861	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161853	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161829	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161810	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161969	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	ARAPIRACA	270030	0000161845	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	BRANQUINHA	270110	0000163058	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	BRANQUINHA	270110	0000163031	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	BRANQUINHA	270110	0000163023	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	BRANQUINHA	270110	0000163015	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	BRANQUINHA	270110	0000163007	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163139	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163120	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163147	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163155	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00
AL	CAJUEIRO	270130	0000163163	Equipe de Saúde da Família	R\$ 27.157,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/12/2020 | Edição: 242 | Seção: 1 | Página: 153

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 3.473, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

Habilita estados, municípios e o Distrito Federal a receberem incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do Coronavírus (Covid19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS nº 3.017, de 4 de novembro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de capital, para apoiar a estruturação, reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19); e considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria GM/MS nº 3.017, de 4 de novembro de 2020, e os requisitos para início da transferência do incentivo financeiro instituído na mencionada normativa, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os estados, municípios e o Distrito Federal, descritos no Anexo I e II a esta Portaria, a receberem incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19), declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 3 fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro federal de capital de que trata a portaria considerou o quantitativo de equipe de Saúde Bucal (eSB) e Centro de Especialidades Odontológica (CEO), aderidos pelos estados, municípios e o Distrito Federal descritos no Anexo I e II a esta Portaria, custeados pelo Ministério da Saúde na competência financeira agosto de 2020, e os valores correspondentes ao incentivo por eSB e CEO estabelecidos na Portaria GM/MS nº 3.017, de 4 de novembro de 2020.

Art. 3º O gestor do Estado, Município ou Distrito Federal habilitado ao recebimento dos incentivos financeiros de que trata esta Portaria deverão observar o que segue:

I - adquirir o equipamento ou material permanente nos termos da especificação constante na relação de equipamentos e materiais permanentes considerados financiáveis pelo Ministério da Saúde (RENEN), no Programa Estratégico Saúde em Família, Componente Saúde Bucal - Brasil Sorridente, disponível em www.fms.saude.gov.br;

II - observar as orientações técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde para a promoção de adequações nos ambientes de atendimento odontológico da Atenção Primária e nos Centros de Especialidades Odontológicas, e dar preferência à aquisição de itens recomendados no Termo de Compromisso assinado por ele; e

III - atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) da Unidade de Saúde na qual está inserida a equipe de Saúde Bucal e do Centro de Especialidades Odontológicas no qual os equipamentos e materiais permanentes adquiridos foram alocados.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos incentivos financeiros para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde correspondentes, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - Nacional, Plano Orçamentário - CV70 - COVID-19 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020, com impacto orçamentário de R\$ 14.106.717,00 (quatorze milhões, cento e seis mil setecentos e dezessete reais).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA O RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL DE CAPITAL PARA ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS AMBIENTES DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID19).

UF	MUNICÍPIO	IBGE	QUANTITATIVO DE EQUIPE DE SAÚDE BUCAL	VALOR TOTAL
AC	FEIJÓ	120030	7	R\$ 24.325,00
AC	JORDÃO	120032	1	R\$ 3.475,00
AC	PORTO WALTER	120039	1	R\$ 3.475,00
AC	SANTA ROSA DO PURUS	120043	2	R\$ 6.950,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	8	R\$ 27.800,00
AL	ANADIA	270020	2	R\$ 6.950,00
AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	270060	3	R\$ 10.425,00
AL	FEIRA GRANDE	270260	6	R\$ 20.850,00
AL	INHAPI	270330	4	R\$ 13.900,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	3	R\$ 10.425,00
AL	JAPARATINGA	270360	4	R\$ 13.900,00
AL	JARAMATAIA	270370	3	R\$ 10.425,00
AL	JUNDIÁ	270390	2	R\$ 6.950,00
AL	MACEIO	270490	7	R\$ 24.325,00
AL	MAJOR ISIDORO	270440	5	R\$ 17.375,00
AL	MATA GRANDE	270500	3	R\$ 10.425,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	11	R\$ 38.225,00
AL	MURICI	270550	2	R\$ 6.950,00
AL	OLHO D'ÁGUA GRANDE	270590	1	R\$ 3.475,00
AL	TAQUARANA	270910	1	R\$ 3.475,00
AL	TEOTÔNIO VILELA	270915	3	R\$ 10.425,00
AM	ALVARÃES	130002	2	R\$ 6.950,00
AM	AMATURÁ	130006	4	R\$ 13.900,00
AM	BOA VISTA DO RAMOS	130068	2	R\$ 6.950,00
AM	CANUTAMA	130090	10	R\$ 34.750,00
AM	CAREIRO	130110	8	R\$ 27.800,00
AM	CODAJÁS	130130	6	R\$ 20.850,00
AM	ENVIRA	130150	3	R\$ 10.425,00
AM	JAPURÁ	130210	2	R\$ 6.950,00
AM	JURUÁ	130220	7	R\$ 24.325,00
AM	NHAMUNDÁ	130300	11	R\$ 38.225,00
AM	RIO PRETO DA EVA	130356	8	R\$ 27.800,00
AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	130370		

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2020 | Edição: 239 | Seção: 1 | Página: 91

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 3.389, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Habilita estado, município e o Distrito Federal a receber incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 3.017, de 4 de novembro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de capital, para apoiar a estruturação, reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19); e considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria nº 3.017, de 4 de novembro de 2020 e os requisitos para início da transferência do incentivo financeiro instituído na mencionada normativa, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os estados, municípios e o Distrito Federal, descritos no Anexo I e II a esta Portaria, a receberem incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19), declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 3 fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro federal de capital de que trata a portaria considerou o quantitativo de equipe de Saúde Bucal (eSB) e Centro de Especialidades Odontológica (CEO), aderidos pelos estados, municípios e o Distrito Federal descritos no Anexo I e II a esta Portaria, custeados pelo Ministério da Saúde na competência financeira agosto de 2020 e os valores correspondentes ao incentivo por eSB e CEO estabelecidos na Portaria nº 3.017, de 4 de novembro de 2020.

Art. 3º O gestor do estado, município ou Distrito Federal habilitado ao recebimento dos incentivos financeiros de que trata esta Portaria deverão observar o que segue:

I - adquirir o equipamento ou material permanente nos termos da especificação constante na relação de equipamentos e materiais permanentes considerados financiáveis pelo Ministério da Saúde (RELEN), no Programa Estratégico Saúde em Família, Componente Saúde Bucal - Brasil Sorridente, disponível em www.fns.saude.gov.br.

II - observar as orientações técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde para a promoção de adequações nos ambientes de atendimento odontológico da Atenção Primária e nos Centros de Especialidades Odontológicas e dar preferência à aquisição de itens recomendados no Termo de Compromisso assinado por ele; e

III - atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) da Unidade de Saúde, na qual está inserida a equipe de Saúde Bucal e do Centro de Especialidades Odontológicas, no qual os equipamentos e materiais permanentes adquiridos foram alocados.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos incentivos financeiros para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde correspondentes em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, o valor será de R\$ 84.581.470,00 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil quatrocentos e setenta reais), devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21CO.6500 -

ANEXO I

EDUARDO PAZUELLO

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA O RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL DE CAPITAL PARA ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS AMBIENTES DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (Covid19).

UF	MUNICÍPIO	CÓDIGO IBGE	QUANTITATIVO DE EQUIPE DE SAÚDE BUCAL	VALOR TOTAL
AC	BRASILÉIA	120010	8	R\$ 27.800,00
AC	BUJARI	120013	2	R\$ 6.950,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	16	R\$ 55.600,00
AC	MÂNCIO LIMA	120033	6	R\$ 20.850,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	7	R\$ 24.325,00
AC	PORTO ACRE	120080	5	R\$ 17.375,00
AC	PORTO WALTER	120039	1	R\$ 3.475,00
AC	RIO BRANCO	120040	27	R\$ 93.825,00
AC	RODRIGUES ALVES	120042	2	R\$ 6.950,00
AL	ÁGUA BRANCA	270010	6	R\$ 20.850,00
AL	ANADIA	270020	1	R\$ 3.475,00
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	270050	6	R\$ 20.850,00
AL	BATALHA	270070	3	R\$ 10.425,00
AL	BELÉM	270080	2	R\$ 6.950,00
AL	BELO MONTE	270090	3	R\$ 10.425,00
AL	BOCA DA MATA	270100	6	R\$ 20.850,00
AL	CACIMBINHAS	270120	5	R\$ 17.375,00
AL	CAJUEIRO	270130	7	R\$ 24.325,00
AL	CAMPESTRE	270135	2	R\$ 6.950,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	16	R\$ 55.600,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	4	R\$ 13.900,00
AL	CANAPI	270160	2	R\$ 6.950,00
AL	CAPELA	270170	7	R\$ 24.325,00
AL	CARNEIROS	270180	3	R\$ 10.425,00
AL	COITÉ DO NÓIA	270200	3	R\$ 10.425,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	8	R\$ 27.800,00
AL	CORURIBE	270230	17	R\$ 59.075,00
AL	CRAÍBAS	270235	8	R\$ 27.800,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	10	R\$ 34.750,00
AL	DOIS RIACHOS	270250	4	R\$ 13.900,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	6	R\$ 20.850,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	2	R\$ 6.950,00
AL	FLEXEIRAS	270280	5	R\$ 17.375,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	5	R\$ 17.375,00

AL	IBATEGUARA	270300	6	R\$ 20.850,00
AL	IGREJA NOVA	270320	10	R\$ 34.750,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	5	R\$ 17.375,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	7	R\$ 24.325,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	6	R\$ 20.850,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	9	R\$ 31.275,00
AL	MACEIÓ	270430	36	R\$ 125.100,00
AL	MAR VERMELHO	270490	1	R\$ 3.475,00
AL	MARAGOGI	270450	10	R\$ 34.750,00
AL	MARAVILHA	270460	3	R\$ 10.425,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	17	R\$ 59.075,00
AL	MARIBONDO	270480	4	R\$ 13.900,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	8	R\$ 27.800,00
AL	MINADOR DO NEGRÃO	270530	2	R\$ 6.950,00
AL	NOVO LINO	270560	2	R\$ 6.950,00
AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	270570	7	R\$ 24.325,00
AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	270580	4	R\$ 13.900,00
AL	OLIVENÇA	270600	4	R\$ 13.900,00
AL	OURO BRANCO	270610	1	R\$ 3.475,00
AL	PALESTINA	270620	3	R\$ 10.425,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	21	R\$ 72.975,00
AL	PÃO DE AÇÚCAR	270640	7	R\$ 24.325,00
AL	PARICONHA	270642	5	R\$ 17.375,00
AL	PARIPUEIRA	270644	4	R\$ 13.900,00
AL	PENEDO	270670	17	R\$ 59.075,00
AL	PINDOBA	270700	1	R\$ 3.475,00
AL	PIRANHAS	270710	7	R\$ 24.325,00
AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	270720	4	R\$ 13.900,00
AL	PORTO CALVO	270730	9	R\$ 31.275,00
AL	PORTO DE PEDRAS	270740	4	R\$ 13.900,00
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	5	R\$ 17.375,00
AL	QUEBRANGULO	270760	5	R\$ 17.375,00
AL	RIO LARGO	270770	17	R\$ 59.075,00
AL	ROTEIRO	270780	3	R\$ 10.425,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	3	R\$ 10.425,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	8	R\$ 27.800,00
AL	SANTANA DO MUNDAÚ	270810	5	R\$ 17.375,00
AL	SÃO BRÁS	270820	3	R\$ 10.425,00
AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	270830	10	R\$ 34.750,00
AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	270840	8	R\$ 27.800,00
AL	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	270850	12	R\$ 41.700,00
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	270860	13	R\$ 45.175,00
AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	270870	4	R\$ 13.900,00
AL	SÃO SEBASTIÃO	270880	13	R\$ 45.175,00
AL	SATUBA	270890	4	R\$ 13.900,00
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	270895	5	R\$ 17.375,00
AL	TEOTÔNIO VILELA	270915	18	R\$ 62.550,00
AL	TRAIPU	270920	4	R\$ 13.900,00
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	16	R\$ 55.600,00

Enfrentamento do COVID 19	Portaria Nº 361 de 01/03/2021	Portaria Nº 650 de 08/04/2021	Portaria Nº 731 de 16/04/2021	Portaria Nº 894 de 11/05/2021	Portaria Nº 559 de 26/03/2021	Portaria Nº 557 de 26/03/2021	Portaria Nº 559 de 26/03/2021	Portaria Nº 683 de 13/04/2021	Portaria Nº 897 de 05/05/2021	Portaria Nº 1.059 de 24/05/2021	Portaria Nº 3.874 de 30/12/2020	
Publicação DOM												total/2021
Totais	1.200.000,00	1.200.000,00	549.665,00	3.046.493,67	720.000,00	528.000,00	720.000,00	432.000,00	1.248.000,00	1.680.000,00	400.000,00	11.724.158,67

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Entidade
2021	Fundo a Fundo	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO
CPF/CNPJ	Grupo	Ação
07.792.137/0001-75	ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação Detalhada	UF	Município
CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS	AL	MACEIO
Código IBGE	População	Ano Censo
270430	1.025.360 habitantes	2020
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho		
FLAVIA DE MACEDO CITONIO		

Comp.	Tipo		Banco	Agência	Conta	Valor	Valor	Valor	N°		N°		
/Parcela	N° OB	Data OB	Repasso	OB	OB	Total	Desconto	Líquido	Motivo	Processo	Proposta	Portaria	Ações
Única em 2021	803941	10/03/2021	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00		25000.035411/2021-80		361
Total						1.200.000,00	0,00	1.200.000,00					

PORTARIA GM/MS Nº 361, DE 1º DE MARÇO DE 2021

institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio aos municípios que, nas competências financeiras novembro ou dezembro do ano de 2020, possuíam credenciados e implantados Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, ou Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, do Bloco de Manutenção de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, aos municípios que, nas competências financeiras novembro ou dezembro do ano de 2020, possuíam credenciados e implantados:

I - Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444; de 29 de maio de 2020; ou

II - Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro de custeio de que trata esta Portaria tem como finalidade apoiar as ações para o funcionamento dos Centros Comunitários de Referência e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, tendo em vista a necessidade de organização da Rede de Atenção à Saúde local para implementação das ações de imunização contra o coronavírus (Covid-19), observado o disposto na Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020, e na Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria corresponde ao valor referente ao custeio de três competências financeiras dos Centros para Enfrentamento da Covid-19, considerando os estabelecimentos credenciados e implantados nas competências financeiras novembro ou dezembro de 2020.

§ 1º O incentivo financeiro é destinado ao custeio dos Centros para Enfrentamento da Covid-19 nas competências financeiras de janeiro a março de 2021.

§ 2º O incentivo financeiro será transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde de forma automática e em parcela única, de acordo com o Anexo a esta Portaria.

Art. 4º Para fins de monitoramento serão observadas as informações registradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme os critérios de monitoramento previstos no art. 6º e § 2º do art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020, e nos art. 6º e § 1º do art. 7 da Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria está sujeito a devolução pelos entes beneficiados nos casos em que não houver registro de informações no SCNES referentes ao funcionamento dos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e dos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 conforme trata o art. 4º, no período que corresponde as competências financeiras de janeiro a março de 2021.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária à Saúde - Plano Orçamentário CVBO - COVID-19 - Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021 e Plano Orçamentário 000A - Incentivo para Ações Estratégicas, com impacto orçamentário de R\$ 449.220.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões e duzentos e vinte mil reais).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

EDUARDO PAZUELLO

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL DE CUSTEIO REFERENTE AOS CENTROS COMUNITÁRIOS DE REFERÊNCIA E CENTROS DE ATENDIMENTO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19

UF	Município	IBGE	Nº de Centros de Atendimento modalidade I (válidos na financeira nov. ou dez. 2020)	Nº de Centros de Atendimento modalidade II (válidos na financeira nov. ou dez. 2020)	Nº de Centros de Atendimento modalidade III (válidos na financeira nov. ou dez. 2020)	Nº de Centros Comunitários modalidade I (válidos na financeira nov. ou dez. 2020)	Nº de Centros Comunitários modalidade II (válidos na financeira nov. ou dez. 2020)	Valor referente ao custeio dos centros em 3 competências financeiras
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	1	2	0	0	0	R\$ 660.000,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	1	0	0	0	0	R\$ 180.000,00

AC	PORTO WALTER	120039	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AC	SENA MADUREIRA	120050	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	ÁGUA BRANCA	270010	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	ANADIA	270020	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	ABAPIRACA	270030	0	2	0	0	0	0	0	R\$ 480.000,00
AL	ATALAIA	270040	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	270050	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	270060	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BATALHA	270070	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BELÉM	270080	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BELO MONTE	270090	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BOCA DA MATA	270100	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	BRANGUINHA	270110	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CACIMBINHAS	270120	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CAJUEIRO	270130	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CANAPI	270160	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CAPELA	270170	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CARNEIROS	270180	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	COITÉ DO NOIA	270200	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	COQUEIRO SECO	270220	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CORURIBE	270230	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	CRAÍBAS	270235	2	0	0	0	0	0	0	R\$ 360.000,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	DOIS RIACHOS	270250	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	FLEXEIRAS	270280	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	IGACI	270310	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	IGREJA NOVA	270320	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	JARAMATAIA	270370	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	JUNQUEIRO	270400	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	MACEIÓ	270430	0	0	4	0	0	0	0	R\$ 1.200.000,00
AL	MARAGOGI	270450	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	MARAVILHA	270460	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	MARIBONDO	270480	1	0	0	0	0	0	0	R\$ 180.000,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	2	0	0	0	0	0	0	R\$ 360.000,00

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano 2021 Tipo de consulta Fundo a Fundo Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO

CPF/CNPJ 07.792.137/0001-75 Grupo ATENÇÃO BÁSICA Ação PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Agção Detalhada UF AL Município MACEIO

Código IBGE 270430 População 1.025.360 habitantes Ano Censo 2020

Prefeito(a) JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS Data Inicial Gestão 31/12/2020 Secretário(a) PEDRO HERMANN MADEIRO

Presidente Conselho

FLAVIA DE MACEDO CITONIO

Comp.	Tipo	Banco	Agência	Conta	Valor	Total	Desconto	Líquido	Motivo	Processo	Proposta	Portaria	Agdes
Unica em 2021	001	MUNICIPAL	03572	0000081493	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	25000.056629/2021-78	650			
Unica em 2021	001	MUNICIPAL	03572	0000081493	549.675,10	549.675,10	0,00	549.675,10	25000.073236/2021-18	731			
Unica em 2021	001	MUNICIPAL	03572	0000081493	3.046.493,67	3.046.493,67	0,00	3.046.493,67	25000.073239/2021-62	894			
Total					4.796.168,77	4.796.168,77	0,00	4.796.168,77					

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/04/2021 | Edição: 66 | Seção: 1 | Página: 140

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 650, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Credencia, excepcionalmente, como Centros os estabelecimentos de saúde que no ano de 2020 foram credenciados temporariamente ou solicitaram credenciamento como Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, e como Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020, com informações registradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde na competência fevereiro de 2021, e concede incentivo financeiro federal, para custeio destes Centros, a ser transferido em parcela única.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

Considerando a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19), declarada por meio da Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, e o atual cenário epidemiológico do País e a necessidade de credenciar e conceder incentivo financeiro para custeio dos Centros de Atendimento e Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, excepcionalmente, como Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020, os estabelecimentos de saúde credenciados temporariamente como Centros no ano de 2020, por meio de Portarias específicas, e os estabelecimentos com solicitação de credenciamento como Centros no ano de 2020, com informações registradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) na competência fevereiro de 2021, listados, respectivamente, nos anexos I e II desta Portaria para fins de recebimento pelos municípios do incentivo financeiro previsto no art. 2º desta Portaria.

Art. 2º Concede, em parcela única, aos municípios com estabelecimentos listados nos anexos I e II desta Portaria, incentivo financeiro federal de custeio, do Bloco de Manutenção de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, dos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

Art. 3º O incentivo financeiro de custeio de que trata esta Portaria tem como finalidade apoiar as ações para o funcionamento dos Centros Comunitários de Referência e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, tendo em vista o atual cenário epidemiológico do país, observado o disposto na Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020, e Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 4º O incentivo financeiro é destinado ao custeio dos Centros nas competências financeiras de abril a junho de 2021 e será transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde de forma automática e em parcela única.

Art. 5º Para fins de monitoramento serão observadas as informações registradas no SCNES, conforme os critérios de monitoramento previstos no art. 6º e § 2º do art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020, e nos art. 6º e § 1º do art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 6º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria está sujeito a devolução pelos entes beneficiados nos casos em que não houver registro de informações no SCNES referentes ao funcionamento dos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e dos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 nos termos do art. 5º desta Portaria, no período correspondente às competências financeiras de abril a junho de 2021.

Art. 7º Não se aplicam as disposições dos §§ 4º e 5º do art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020 e dos §§ 2º e 3º do artigo 7º da Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 8º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

Art. 9º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A.6500 - Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional (Plano Orçamentário: CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021), com impacto orçamentário de R\$ 452.940.000,00.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE COM CREDENCIAMENTO TEMPORÁRIO NO ANO DE 2020, POR MEIO DE PORTARIAS ESPECÍFICAS, COM INFORMAÇÕES REGISTRADAS NO SCNES NA COMPETÊNCIA FEVEREIRO DE 2021, CREDENCIADOS NESTA PORTARIA E APTOS A RECEBEREM INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO COMO CENTROS COMUNITÁRIOS DE REFERÊNCIA PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E CENTROS DE ATENDIMENTO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 CORRESPONDENTE ÀS COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS DE ABRIL A JUNHO DE 2021.

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	SERVICO CREDENCIADO TEMPORARIAMENTE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL - 3 COMPETÊNCIAS
AC	120013	BUJARI	2002876	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	2000237	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 2	R\$ 80.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	2002914	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	2000202	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 240.000,00
AC	120038	PLACIDO DE CASTRO	2002930	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AC	120039	PORTO WALTER	7959087	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AC	120050	SENA MADUREIRA	2000881	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AC	120080	PORTO ACRE	2001101	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270010	AGUA BRANCA	2719762	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270020	ANADIA	2007967	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270030	ARAPIRACA	2004968	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 2	R\$ 80.000,00	R\$ 240.000,00

AL	270250	DOIS RIACHOS	2004380	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	2003422	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270280	FLEXEIRAS	2010895	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	4020278	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270300	IBATEGUARA	2720183	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270310	IGACI	2007533	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270320	IGREJA NOVA	7510233	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270375	JEQUIA DA PRAIA	7928890	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270380	JOAQUIM GOMES	3467643	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270400	JUNQUEIRO	6324983	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270410	LAGOA DA CANOA	6621333	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	2007401	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270430	MACEIO	9114807	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
AL	270430	MACEIO	9000755	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
AL	270430	MACEIO	2005751	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
AL	270430	MACEIO	6898521	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
AL	270450	MARAGOGI	2722380	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270460	MARAVILHA	2719509	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270470	MARECHAL DEODORO	9146350	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270480	MARIBONDO	2011573	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270490	MAR VERMELHO	2719584	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2722100	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 TIPO 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2009196	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 180.000,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/04/2021 | Edição: 72 | Seção: 1 | Página: 171

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 731, DE 16 DE ABRIL DE 2021

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio para desenvolvimento de ações estratégicas de apoio à gestação, pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e considerando a necessidade de assegurar o acesso oportuno e de qualidade às gestantes e puérperas aos pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no pré-natal, parto e puerpério da rede pública de saúde durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio para desenvolvimento de ações estratégicas de apoio à gestação, pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.

Art. 2º Ficam instituídas as seguintes Ações Estratégicas de Apoio à gestação, pré-natal e puerpério:

I - a identificação precoce, o monitoramento de gestantes e puérperas com síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou com suspeita ou confirmação de covid-19;

II - a qualificação das ações de atenção ao pré-natal, parto e puerpério em todos os pontos da rede de atenção à saúde, no contexto da pandemia de coronavírus;

III - o suporte ao distanciamento social para gestantes e puérperas que não possuam condições para realização de isolamento domiciliar; e

IV - a qualificação das ações de atenção ao pré-natal odontológico realizadas na APS.

Art. 3º São objetivos das Ações Estratégicas de Apoio à gestação, pré-natal e puerpério:

I - fortalecer e garantir o cuidado das gestantes e puérperas em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

II - aprimorar a busca ativa dos casos de gestantes e puérperas com suspeita de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave e o monitoramento dos casos suspeitos e confirmados de covid-19;

III - incentivar a atualização de dados cadastrais das gestantes e puérperas para subsidiar as ações de busca ativa e monitoramento de casos de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou com suspeita ou confirmação de covid-19;

IV - aprimorar a triagem clínica de sintomas gripais e/ou de contato prévio com paciente positivo para a covid-19, sem deixar de observar e investigar as demais questões atinentes à gestante e à puérpera;

V - fomentar a realização de testagem para detecção da covid-19, por metodologia de RT-qPCR da gestante e puérpera que apresente síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou sintomas da covid-19, em qualquer momento do ciclo gravídico puerperal, conforme recomendados por protocolos e materiais orientativos do Ministério da Saúde;

VI - organizar o cuidado de pré-natal, incluindo o pré-natal odontológico, com otimização dos contatos presenciais e utilização da teleconsulta como recurso complementar;

VII - assegurar acesso oportuno da gestante à atenção em saúde bucal na APS;

VIII - organizar os serviços, a fim de estruturar e diferenciar o fluxo do ambiente interno para o acolhimento, identificação, estratificação de risco e atendimento dos casos de síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou suspeitos ou confirmados de covid-19;

IX - assegurar a definição de fluxos de referência e contrarreferência para assistência e acompanhamento da mulher durante o ciclo gravídico puerperal, considerando as recomendações para os casos suspeitos e confirmados de covid-19, de acordo com a gravidade do caso, idade gestacional e critérios clínicos para internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), recomendados por protocolos e materiais orientativos do Ministério da Saúde;

X - proporcionar distanciamento social e cuidado em saúde de gestantes e puérperas que não dispõem de condições ideais de distanciamento em ambiente intradomiciliar;

XI - fomentar a utilização das Casas de Gestante, Bebê e Puérpera em funcionamento, para promoção do distanciamento social de gestantes e puérperas que não dispõem de condições de distanciamento em ambiente intradomiciliar, quando for adequado; e

XII - fomentar a realização dos exames preconizados pela Rede Cegonha até 20ª semana de gestação promovendo a identificação de doenças pré-existentes em tempo oportuno.

Art. 4º Ficam instituídos os incentivos financeiros federais, em caráter excepcional e temporário, ao Distrito Federal e aos Municípios, a serem transferidos de modo automático e em parcela única, dispensando-se a publicação de portaria de adesão, para implementação das Ações Estratégicas de Apoio à gestação, pré-natal e puerpério, e serão compostos por:

I - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, correspondente a R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por gestante cadastrada com primeiro atendimento no Sistema Nacional de Informação da Atenção Básica (SISAB), referente à competência de janeiro a dezembro de 2020, do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos termos do Anexo I, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx;

II - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso II do art. 2º desta Portaria, correspondente a R\$ 800,00 (oitocentos reais) por cada equipe de Saúde da Família (eSF) ou de equipe de Atenção Primária (eAP) credenciada e homologada até a competência financeira dezembro de 2020 pelo Ministério da Saúde, que possua gestante cadastrada em qualquer idade gestacional, nos termos do Anexo II, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx;

III - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso III do art. 2º desta Portaria, correspondente ao valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), referente ao dia para suporte ao distanciamento social, por gestante cadastrada com 28 (vinte e oito) semanas ou mais no SISAB na competência de janeiro a julho de 2020, limitado ao quantitativo de 5% (cinco por cento) do total de gestantes cadastradas, e ao quantitativo de 90 diárias por gestante ou puérpera, nos termos do Anexo III, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx;

IV - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso III do art. 2º desta Portaria correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), multiplicado por 3 (três) competências, por Casa de Gestantes, Bebês e Puérperas habilitadas e implantadas, com a finalidade de adequação das ações de isolamento e distanciamento social de gestantes e puérperas, nos termos do Anexo IV, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx;

V - incentivo financeiro federal de custeio para implementação da Ação Estratégica de que trata o inciso III do art. 2º desta Portaria correspondente a quantidade de gestantes acompanhadas com exames avaliados até 20ª semana de acordo com os registros no SISAB multiplicado pelo valor de R\$ 49,86,

multiplicado por 2 que equivalem a duas competências financeiras, nos termos do Anexo V, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx; e

VI- incentivo financeiro federal de custeio para implementação das Ações Estratégicas de que tratam os incisos VI e VII do art. 3º desta Portaria correspondente a R\$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais) por cada Equipe de Saúde Bucal (eSB) 40 horas e R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) por cada eSB com carga horária diferenciada credenciadas e homologadas pelo Ministério da Saúde até a competência financeira março de 2021, com a finalidade de organização dos processos de trabalho das eSB para atendimento odontológico das gestantes que realizam acompanhamento pré-natal na APS, nos termos do anexo VI, disponível no link: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Novos_recursos_COSMU.xlsx.

§ 1º Para cálculo do incentivo financeiro de que tratam os incisos I e II serão consideradas somente as equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes da Atenção Primária à Saúde (eAP) credenciadas e homologadas até a competência financeira de dezembro de 2020, pelo Ministério da Saúde, que cumprirem os requisitos previstos no Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

§ 2º Os gestores municipais deverão utilizar o incentivo de que trata o inciso III, para acomodação, suporte e cuidados seguros às gestantes e puérperas identificadas pelas equipes de saúde, a fim de apoiar ações de distanciamento social e cuidado em ambiente intradomiciliar.

§ 3º O incentivo financeiro de que trata o inciso III será monitorado por meio do preenchimento pela gestão municipal e do Distrito Federal de formulário a ser disponibilizado no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

§ 4º O incentivo financeiro de que trata o inciso IV deverá ser utilizado e monitorado de acordo com os requisitos previstos no Título III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.

§ 5º O incentivo financeiro de que trata o inciso VI deverá ser utilizado conforme orientações constantes no Guia de Atenção Odontológica no Contexto da Covid-19 publicado pelo Ministério da Saúde e será monitorado por meio do indicador de desempenho do Previnire Brasil: "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado" por município.

§ 6º Na execução dos incentivos financeiros de que trata este artigo deverão ser observados os objetivos previstos no art. 3º desta Portaria.

Art. 5º Os incentivos financeiros de que trata esta Portaria têm caráter temporário e excepcional e serão transferidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos Fundos Municipais e Distrital de Saúde em parcela única.

Art. 6º A execução do recurso transferido aos municípios e ao Distrito Federal de que trata o art. 4º deverá ser realizada até a competência SCNES e SISAB dezembro de 2021, devendo ser observadas às regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827 de 16 de outubro de 2012.

Art. 7º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria deverão onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A.6500 - Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional (Plano Orçamentário: CVC0 - COVID-19 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021), com impacto orçamentário no valor de R\$ 247.052.324,92 (duzentos e quarenta e sete milhões, cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PE	261560	Trindade		242	R\$ 8,50	R\$ 2.057,00
PE	261570	Triunfo		154	R\$ 8,50	R\$ 1.309,00
PE	261580	Tupanatinga		328	R\$ 8,50	R\$ 2.788,00
PE	261590	Tuparetama		110	R\$ 8,50	R\$ 935,00
PE	261600	Venturosa		186	R\$ 8,50	R\$ 1.581,00

PE	261610	Verdejante	78	R\$ 8,50	R\$ 663,00
PE	261618	Vertente do Lério	106	R\$ 8,50	R\$ 901,00
PE	261620	Vertentes	166	R\$ 8,50	R\$ 1.411,00
PE	261630	Vicência	391	R\$ 8,50	R\$ 3.323,50
PE	261640	Vilória de Santo Antônio	440	R\$ 8,50	R\$ 3.740,00
PE	261650	Xexéu	132	R\$ 8,50	R\$ 1.122,00
AL	270010	Água Branca	222	R\$ 8,50	R\$ 1.887,00
AL	270020	Anadia	69	R\$ 8,50	R\$ 586,50
AL	270030	Arapiraca	2.078	R\$ 8,50	R\$ 17.663,00
AL	270040	Atalaia	162	R\$ 8,50	R\$ 1.377,00
AL	270050	Barra de Santo Antônio	145	R\$ 8,50	R\$ 1.232,50
AL	270060	Barra de São Miguel	107	R\$ 8,50	R\$ 909,50
AL	270070	Batalha	219	R\$ 8,50	R\$ 1.861,50
AL	270080	Belém	79	R\$ 8,50	R\$ 671,50
AL	270090	Belo Monte	94	R\$ 8,50	R\$ 799,00
AL	270100	Boca da Mata	270	R\$ 8,50	R\$ 2.295,00
AL	270110	Branquinha	51	R\$ 8,50	R\$ 433,50
AL	270120	Cacimbinhas	122	R\$ 8,50	R\$ 1.037,00
AL	270130	Cajueiro	198	R\$ 8,50	R\$ 1.683,00
AL	270135	Campestre	27	R\$ 8,50	R\$ 229,50
AL	270140	Campo Alegre	416	R\$ 8,50	R\$ 3.536,00
AL	270150	Campo Grande	111	R\$ 8,50	R\$ 943,50
AL	270160	Canapi	238	R\$ 8,50	R\$ 2.023,00
AL	270170	Capela	124	R\$ 8,50	R\$ 1.054,00
AL	270180	Carneiros	111	R\$ 8,50	R\$ 943,50
AL	270190	Chã Preta	32	R\$ 8,50	R\$ 272,00
AL	270200	Coité do Nóia	192	R\$ 8,50	R\$ 1.632,00
AL	270210	Colônia Leopoldina	230	R\$ 8,50	R\$ 1.955,00
AL	270220	Coqueiro Seco	79	R\$ 8,50	R\$ 671,50
AL	270230	Coruripe	640	R\$ 8,50	R\$ 5.440,00
AL	270235	Craibas	324	R\$ 8,50	R\$ 2.754,00
AL	270240	Delmiro Gouveia	500	R\$ 8,50	R\$ 4.250,00
AL	270250	Dois Riachos	115	R\$ 8,50	R\$ 977,50
AL	270255	Estrela de Alagoas	144	R\$ 8,50	R\$ 1.224,00
AL	270260	Felra Grande	232	R\$ 8,50	R\$ 1.972,00
AL	270270	Feliz Deserto	49	R\$ 8,50	R\$ 416,50
AL	270280	Flexeiras	139	R\$ 8,50	R\$ 1.181,50
AL	270290	Girau do Ponciano	490	R\$ 8,50	R\$ 4.165,00
AL	270300	Ibateguara	172	R\$ 8,50	R\$ 1.462,00
AL	270310	Igaci	262	R\$ 8,50	R\$ 2.227,00
AL	270320	Igreja Nova	281	R\$ 8,50	R\$ 2.388,50
AL	270330	Inhapí	233	R\$ 8,50	R\$ 1.980,50
AL	270340	Jacaré dos Homens	68	R\$ 8,50	R\$ 578,00
AL	270350	Jacuípe	58	R\$ 8,50	R\$ 493,00
AL	270360	Japaratinga	96	R\$ 8,50	R\$ 816,00
AL	270370	Jaramatã	68	R\$ 8,50	R\$ 578,00
AL	270375	Jequiá da Praia	131	R\$ 8,50	R\$ 1.113,50
AL	270380	Joaquim Gomes	218	R\$ 8,50	R\$ 1.853,00
AL	270390	Jundiá	51	R\$ 8,50	R\$ 433,50
AL	270400	Junqueiro	311	R\$ 8,50	R\$ 2.643,50
AL	270410	Lagoa da Canoa	295	R\$ 8,50	R\$ 2.507,50
AL	270420	Limoeiro de Anadia	263	R\$ 8,50	R\$ 2.235,50
AL	270430	Maceió	5.613	R\$ 8,50	R\$ 47.710,50
AL	270440	Major Isidoro	111	R\$ 8,50	R\$ 943,50
AL	270450	Maragogi	535	R\$ 8,50	R\$ 4.547,50
AL	270460	Maravilha	115	R\$ 8,50	R\$ 977,50
AL	270470	Marechal Deodoro	881	R\$ 8,50	R\$ 5.788,50
AL	270480	Maribondo	135	R\$ 8,50	R\$ 1.147,50
AL	270490	Mar Vermelho	33	R\$ 8,50	R\$ 280,50
AL	270500	Mata Grande	171	R\$ 8,50	R\$ 1.463,50
AL	270510	Matriz de Camaragibe	298	R\$ 8,50	R\$ 2.533,00
AL	270520	Messias	149	R\$ 8,50	R\$ 1.268,50
AL	270530	Minador do Negro	38	R\$ 8,50	R\$ 323,00
AL	270540	Monteirópolis	87	R\$ 8,50	R\$ 739,50
AL	270550	Murici	317	R\$ 8,50	R\$ 2.694,50
AL	270560	Novo Lino	59	R\$ 8,50	R\$ 501,50
AL	270570	Olho d'Água das Flores	326	R\$ 8,50	R\$ 2.771,00
AL	270580	Olho d'Água do Casado	87	R\$ 8,50	R\$ 739,50

AL 270060	Barra de São Miguel	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270070	Batalha	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270080	Belém	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270090	Belo Monte	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270100	Boca da Mata	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270110	Branquinha	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270120	Cacimbinhas	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270130	Cajueiro	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270135	Campestre	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270140	Campo Alegre	7	R\$ 7200,00	R\$ 50.400,00
AL 270150	Campo Grande	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270160	Canapi	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270170	Capela	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270180	Carneiros	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270190	Chã Preta	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270200	Colité do Nóia	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270210	Colônia Leopoldina	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270220	Coqueiro Seco	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270230	Coruripe	9	R\$ 7200,00	R\$ 64.800,00
AL 270235	Craibas	6	R\$ 7200,00	R\$ 43.200,00
AL 270240	Delmiro Gouveia	7	R\$ 7200,00	R\$ 50.400,00
AL 270250	Dois Riachos	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270255	Estrela de Alagoas	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270260	Felra Grande	6	R\$ 7200,00	R\$ 43.200,00
AL 270270	Feliz Deserto	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270280	Flexeiras	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270290	Girau do Ponciano	8	R\$ 7200,00	R\$ 57.600,00
AL 270300	Ibateguara	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270310	Igaci	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270320	Igreja Nova	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270330	Inhapi	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270340	Jacaré dos Homens	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270350	Jacuipe	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270360	Japaratinga	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270370	Jaramataia	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270375	Jequiá da Praia	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270380	Joaquim Gomes	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270390	Jundiá	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270400	Junqueiro	6	R\$ 7200,00	R\$ 43.200,00
AL 270410	Lagoa da Canoa	5	R\$ 7200,00	R\$ 36.000,00
AL 270420	Limoeiro de Anadia	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270430	Maceió	46	R\$ 7200,00	R\$ 331.200,00
AL 270440	Major Isidoro	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270450	Maragogi	9	R\$ 7200,00	R\$ 64.800,00
AL 270460	Maravilha	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270470	Marechal Deodoro	9	R\$ 7200,00	R\$ 64.800,00
AL 270480	Maribondo	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270490	Mar Vermelho	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270500	Mata Grande	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270510	Matriz de Camaragibe	6	R\$ 7200,00	R\$ 43.200,00
AL 270520	Messias	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270530	Minador do Negro	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270540	Monteirópolis	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270550	Murici	5	R\$ 7200,00	R\$ 36.000,00
AL 270560	Novo Lino	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270570	Olho d'Água das Flores	5	R\$ 7200,00	R\$ 36.000,00
AL 270580	Olho d'Água do Casado	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270590	Olho d'Água Grande	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270600	Olivença	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270610	Ouro Branco	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270620	Palestina	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270630	Palmeira dos Índios	10	R\$ 7200,00	R\$ 72.000,00
AL 270640	Pão de Açúcar	4	R\$ 7200,00	R\$ 28.800,00
AL 270642	Pariconha	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270644	Paripueira	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270650	Passo de Camaragibe	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270660	Paulo Jacinto	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270670	Penedo	11	R\$ 7200,00	R\$ 79.200,00
AL 270680	Piaçabuçu	3	R\$ 7200,00	R\$ 21.600,00
AL 270690	Pilar	6	R\$ 7200,00	R\$ 43.200,00
AL 270700	Pindoba	1	R\$ 7200,00	R\$ 7200,00
AL 270710	Piranhas	5	R\$ 7200,00	R\$ 36.000,00
AL 270720	Povo das Trincheiras	2	R\$ 7200,00	R\$ 14.400,00
AL 270730	Porto Calvo	5	R\$ 7200,00	R\$ 36.000,00

731

AL 270190	Chá Preta	0	R\$ -
AL 270200	Coité do Nôia	36	R\$ 3.589,92
AL 270210	Colônia Leopoldina	32	R\$ 3.191,04
AL 270220	Coqueiro Seco	5	R\$ 499,60
AL 270230	Coruripe	66	R\$ 6.581,52
AL 270235	Cralbas	31	R\$ 3.091,32
AL 270240	Delmiro Gouveia	107	R\$ 10.670,04
AL 270250	Dois Riachos	15	R\$ 1.495,80
AL 270255	Estrela de Alagoas	8	R\$ 797,76
AL 270260	Feira Grande	8	R\$ 797,76
AL 270270	Feliz Deserto	9	R\$ 897,48
AL 270280	Flexeiras	14	R\$ 1.396,08
AL 270290	Girau do Ponciano	39	R\$ 3.889,08
AL 270300	Ibateguara	8	R\$ 797,76
AL 270310	Igaci	42	R\$ 4.188,24
AL 270320	Igreja Nova	48	R\$ 4.886,28
AL 270330	Inhapi	99	R\$ 9.872,28
AL 270340	Jacaré dos Homens	10	R\$ 997,20
AL 270350	Jacupe	2	R\$ 199,44
AL 270360	Japatinga	4	R\$ 388,88
AL 270370	Jaramatã	15	R\$ 1.495,80
AL 270375	Jequiá da Praia	29	R\$ 2.891,88
AL 270380	Joaquim Gomes	11	R\$ 1.096,92
AL 270390	Jundiá	4	R\$ 398,88
AL 270400	Junqueiro	37	R\$ 3.889,64
AL 270410	Lagoa da Canoa	43	R\$ 4.287,96
AL 270420	Limoeiro de Anadia	22	R\$ 2.193,84
AL 270430	Maceió	555	R\$ 55.344,80
AL 270440	Major Isidoro	0	R\$ -
AL 270450	Maragogi	128	R\$ 12.764,16
AL 270460	Maravilha	14	R\$ 1.396,08
AL 270470	Marechal Deodoro	58	R\$ 5.783,76
AL 270480	Maribondo	3	R\$ 299,16
AL 270490	Mar Vermelho	0	R\$ -
AL 270500	Mata Grande	24	R\$ 2.393,28
AL 270510	Matriz de Carnaragibe	7	R\$ 698,04
AL 270520	Messias	5	R\$ 498,60
AL 270530	Minador do Negro	6	R\$ 598,32
AL 270540	Monteirópolis	6	R\$ 598,32
AL 270550	Murici	10	R\$ 997,20
AL 270560	Novo Lino	5	R\$ 498,60
AL 270570	Olho d'Água das Flores	54	R\$ 5.384,88
AL 270580	Olho d'Água do Casado	1	R\$ 99,72
AL 270590	Olho d'Água Grande	3	R\$ 299,16
AL 270600	Oliveira	2	R\$ 199,44
AL 270610	Ouro Branco	33	R\$ 3.290,76
AL 270620	Palestina	15	R\$ 1.495,80
AL 270630	Palmeira dos Índios	128	R\$ 12.564,72
AL 270640	Pão de Açúcar	17	R\$ 1.695,24
AL 270642	Partoinha	18	R\$ 1.794,96
AL 270644	Parqueira	5	R\$ 498,60
AL 270650	Passo de Carnaragibe	0	R\$ -
AL 270660	Paulo Jacinto	18	R\$ 1.794,96
AL 270670	Penedo	156	R\$ 15.556,32
AL 270680	Placaçu	34	R\$ 3.390,48
AL 270690	Pilar	115	R\$ 11.467,80
AL 270700	Pindoba	8	R\$ 797,76
AL 270710	Piranhas	9	R\$ 897,48
AL 270720	Poco das Trincelhas	11	R\$ 1.096,92
AL 270730	Porto Calvo	21	R\$ 2.094,12
AL 270740	Porto de Pedras	4	R\$ 398,88
AL 270750	Porto Real do Colégio	13	R\$ 1.296,36
AL 270760	Quebrangulo	17	R\$ 1.695,24
AL 270770	Rio Largo	84	R\$ 8.376,48
AL 270780	Roteiro	5	R\$ 498,60
AL 270790	Santa Luzia do Norte	7	R\$ 698,04
AL 270800	Santana do Ipanema	58	R\$ 5.783,76
AL 270810	Santana do Mundauá	25	R\$ 2.493,00
AL 270820	São Brás	13	R\$ 1.296,36
AL 270830	São José da Laje	31	R\$ 3.091,32
AL 270840	São José da Tapera	39	R\$ 3.889,08
AL 270850	São Luís do Quitunde	16	R\$ 1.595,52
AL 270860	São Miguel dos Campos	43	R\$ 4.287,96
AL 270870	São Miguel dos Milagres	9	R\$ 897,48

PE	261650	Xexéu	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270010	Água Branca	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270020	Anadia	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270030	Arapiraca	48	48	R\$ 61.920,00
AL	270040	Atalaia	15	15	R\$ 19.350,00
AL	270050	Barra de Santo Antônio	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270060	Barra de São Miguel	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270070	Batalha	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270080	Belém	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270090	Belo Monte	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270100	Boca da Mata	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270110	Branquinha	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270120	Cacimbinhas	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270130	Cajueiro	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270135	Campestre	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270140	Campo Alegre	16	16	R\$ 20.640,00
AL	270150	Campo Grande	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270160	Canapi	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270170	Capela	8	8	R\$ 10.320,00
AL	270180	Carneiros	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270190	Chã Preta	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270200	Coité do Nóia	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270210	Colônia Leopoldina	8	8	R\$ 10.320,00
AL	270220	Coqueiro Seco	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270230	Coruripe	17	17	R\$ 21.930,00
AL	270235	Craibas	9	9	R\$ 11.610,00
AL	270240	Delmiro Gouveia	12	12	R\$ 15.480,00
AL	270250	Dois Riachos	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270255	Estrela de Alagoas	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270260	Feira Grande	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270270	Feliz Deserto	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270280	Flexeiras	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270290	Girau do Ponciano	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270300	Ibateguara	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270310	Igaci	11	11	R\$ 14.190,00
AL	270320	Igreja Nova	10	10	R\$ 12.900,00
AL	270330	Inhapi	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270350	Jacuípe	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270360	Japaratinga	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270370	Jaramatã	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270375	Jequiá da Praia	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270380	Joaquim Gomes	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270390	Jundiá	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270400	Junqueiro	11	11	R\$ 14.190,00
AL	270410	Lagoa da Canoa	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270420	Limoeiro de Anadia	9	9	R\$ 11.610,00
AL	270430	Maceió	38	38	R\$ 49.020,00
AL	270440	Major Isidoro	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270450	Maragogi	10	10	R\$ 12.900,00
AL	270460	Maravilha	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270470	Marechal Deodoro	17	17	R\$ 21.930,00
AL	270480	Maribondo	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270490	Mar Vermelho	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270500	Mata Grande	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270510	Matriz de Camaragibe	8	8	R\$ 10.320,00
AL	270520	Messias	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270530	Minador do Negrão	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270540	Monteirópolis	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270550	Murici	11	11	R\$ 14.190,00
AL	270560	Novo Lino	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270570	Olho d'Água das Flores	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270580	Olho d'Água do Casado	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270590	Olho d'Água Grande	2	2	R\$ 2.580,00
AL	270600	Oliveira	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270610	Ouro Branco	1	1	R\$ 1.290,00
AL	270620	Palestina	3	3	R\$ 3.870,00
AL	270630	Palmeira dos Índios	21	21	R\$ 27.090,00
AL	270640	Pão de Açúcar	7	7	R\$ 9.030,00
AL	270642	Pariconha	5	5	R\$ 6.450,00
AL	270644	Paripueira	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270650	Passo de Camaragibe	6	6	R\$ 7.740,00
AL	270660	Paulo Jacinto	4	4	R\$ 5.160,00
AL	270670	Penedo	17	17	R\$ 21.930,00

2616

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/05/2021 | Edição: 88 | Seção: 1 | Página: 454

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 894, DE 11 DE MAIO DE 2021

Institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

Art. 1º Esta Portaria institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, destinados aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

Parágrafo único. A transferência dos incentivos financeiros previstos nesta Portaria dispensa a solicitação de adesão dos municípios e Distrito Federal.

Art. 2º A transferência de recursos de que trata esta Portaria tem a finalidade de auxiliar a manutenção do funcionamento de serviços ofertados no âmbito da Atenção Primária à Saúde para o enfrentamento da Covid-19, por meio dos seguintes incentivos financeiros, conforme Capítulos I a IV:

I - incentivo financeiro per capita;

II - incentivo financeiro para cuidado em saúde das pessoas idosas;

III - incentivo financeiro para atenção à saúde de crianças e gestantes; e

IV - incentivo financeiro para assistência à saúde aos povos e comunidades tradicionais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata esta Portaria devem ser utilizados no apoio à manutenção do funcionamento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde para o enfrentamento da Covid-19, conforme as necessidades sanitárias e epidemiológicas apresentadas no contexto local.

Art. 3º A aplicação dos recursos previstos nesta Portaria deve observar, além das ações específicas elencadas em cada Capítulo, as seguintes orientações de atuação no contexto local:

I - organizar os serviços da APS, como porta de entrada preferencial para o cuidado, assistência e monitoramento dos casos de síndrome gripal e estruturar o fluxo diferenciado no ambiente interno das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para o acolhimento e a identificação de casos de síndrome gripal, de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, de forma a garantir o acesso seguro aos demais cidadãos assistidos;

II - realizar a estratificação de risco das pessoas com sintomas de síndrome gripal, suspeita ou confirmação de Covid-19, conforme protocolos e orientações do Ministério da Saúde, para identificação e atenção aos casos leves e encaminhamento seguro e imediato de casos graves aos serviços especializados de referência da Rede de Assistência à Saúde (RAS) local;

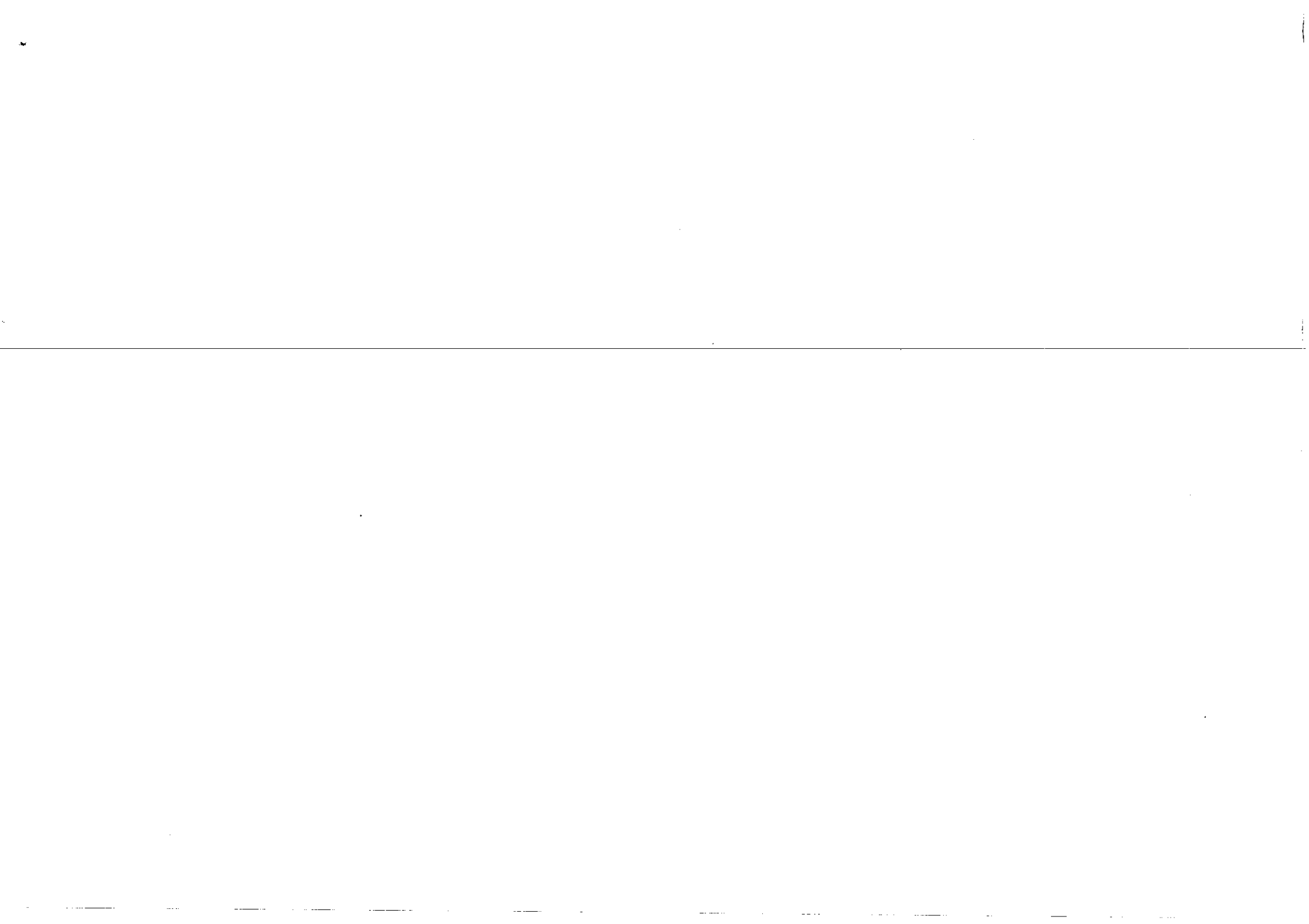
III - articular ações de saúde integradas a outros setores atuantes nos territórios adscritos, com enfoque principal na oferta de suporte e assistência em saúde aos seguintes grupos populacionais:

a) idosos;

b) crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes; e

c) Povos e Comunidades Tradicionais;

IV - qualificar a realização de visitas e atendimentos domiciliares às populações que necessitam, conforme protocolos orientativos para enfrentamento da Covid-19;



V - identificar pessoas e famílias vulnerabilizadas nos territórios adscritos e realizar ações estratégicas de prevenção e atenção para minimizar os impactos decorrentes da pandemia causada pela Covid-19;

VI - ofertar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais de saúde e realizar treinamento para o uso e medidas de segurança, com o requisito da paramentação para atendimentos presenciais e em visitas domiciliares;

VII - realizar o rastreamento e o monitoramento de contatos de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, em conjunto com a vigilância em saúde;

VIII - registrar as informações assistenciais e notificar os casos suspeitos e confirmados por meio dos sistemas de informação do Ministério da Saúde;

IX - realizar ações de educação em saúde para orientar a população quanto às medidas não farmacológicas para casos confirmados de Covid-19 e seus contatos; e

X - realizar ações de prevenção, identificação precoce e o manejo de casos de síndrome gripal, com suspeita ou confirmação da Covid-19, bem como o acompanhamento, reabilitação e monitoramento das possíveis sequelas pós Covid-19.

CAPÍTULO I - DO INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO PER CAPITA

Art. 4º O incentivo financeiro previsto neste Capítulo tem como objetivo promover o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, para auxiliar, em especial, na implementação das orientações previstas no art. 3º, mediante o incremento excepcional do orçamento.

Art. 5º O incentivo financeiro previsto neste Capítulo será destinado ao custeio:

I - das ações e serviços de saúde no âmbito da APS para o enfrentamento da ESPIN, decorrente da Covid-19; e

II - da organização da Rede de Atenção à Saúde para manutenção dos cuidados em saúde da APS.

Parágrafo único. A destinação do incentivo conforme previsto no caput deve ocorrer de forma concomitante às demais ações estratégicas de enfrentamento ao coronavírus (covid-19), conforme as necessidades sanitárias e epidemiológicas apresentadas no contexto local.

Art. 6º O monitoramento da execução das ações será realizado por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab).

Art. 7º O cálculo do incentivo financeiro de que trata este Capítulo para cada ente federativo, conforme Anexo I a esta Portaria, considerou:

I - o valor de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) per capita; e

II - a população do município e do Distrito Federal estimada para o ano de 2019 pela Fundação Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CAPÍTULO II - INCENTIVO FINANCEIRO PARA O CUIDADO EM SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS

Art. 8º O incentivo financeiro de que trata este Capítulo tem como objetivo promover o apoio ao cuidado em saúde das pessoas idosas, por meio do desenvolvimento das seguintes ações estratégicas para enfrentamento à Covid-19:

I - realização de avaliação multidimensional, estratificação de risco, definição de plano de cuidado individual para o acompanhamento longitudinal da pessoa idosa na APS;

II - ampliação das visitas e atendimentos domiciliares, realizadas pelos profissionais da APS, às pessoas idosas com limitações funcionais ou fragilidade, que apresentam maior risco de complicações e de morte quando infectadas pelo Sars-CoV-2, para suporte ao distanciamento social, visando diminuir a exposição ao risco de infecção e o acompanhamento/monitoramento daquelas que residem sozinhas, com suporte e estímulo à criação de estratégias de apoio na comunidade; e

III - atendimento integral em saúde aos idosos residentes em instituições de acolhimento e o suporte às equipes destas instituições para o desenvolvimento de ações de prevenção à infecção pelo Sars-CoV-2, com a finalidade de adequação das ações de isolamento e distanciamento social de pessoas

idosas institucionalizadas.

§ 1º As ações elencadas no caput devem ser priorizadas, sempre que possível, à parcela da população de pessoas idosas que apresenta maior vulnerabilidade em decorrência de multimorbidades e limitações funcionais.

§ 2º O detalhamento e demais orientações complementares para as ações de que trata este Capítulo serão especificadas em documentos instrutivos disponibilizados pelo Ministério da Saúde no endereço eletrônico "aps.saude.gov.br".

Art. 9. A execução das ações estratégicas de que trata este Capítulo será monitorada por meio do acompanhamento do registro da produção dos procedimentos realizados no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), incluindo o procedimento código SIGTAP 03.01.09.003-3 - Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa.

Art. 10. O cálculo do incentivo financeiro de que trata este Capítulo para cada ente federativo, conforme Anexo II a esta Portaria, considerou:

I - o valor de R\$ 4,84 (quatro reais e oitenta e quatro centavos) por pessoa idosa; e

II - a quantidade da população idosa do município e do Distrito Federal, nos termos especificados nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 1º Para fins de cálculo do incentivo, foram consideradas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, cadastradas no Sisab, referente à competência de dezembro de 2020 e a estimativa de população idosa dependente exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º Nos casos em que o número de pessoas idosas cadastradas no Sisab superou a quantidade da estimativa de população idosa dependente exclusivamente do SUS, foi utilizado o número de pessoas idosas cadastradas no Sisab.

§ 3º Para a estimativa de população idosa dependente exclusivamente do SUS, foi utilizada a diferença da população idosa beneficiária de planos de saúde ambulatoriais e hospitalares registradas no Sistema de Informações de Beneficiários, na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na competência de dezembro de 2020, em relação às estimativas populacionais preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde para 2020.

CAPÍTULO III - INCENTIVO FINANCEIRO PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E GESTANTES

Art. 11. O incentivo financeiro previsto neste Capítulo tem como objetivo promover o fortalecimento da atenção à saúde de crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes do Programa Bolsa Família que apresentam má nutrição, buscando a redução de complicações associadas à Covid-19, incluindo ações de prevenção e promoção da saúde.

Art. 12. Constituem ações mínimas a serem realizadas pela gestão municipal e do Distrito Federal para intensificar a atenção à má nutrição em crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes:

I - realizar a Vigilância Alimentar e Nutricional individual, por meio da busca ativa e da localização das crianças menores de 7 (sete) anos de idade e das gestantes do Programa Bolsa Família, para diagnóstico do estado nutricional e registro no Sistemas de Informações da Atenção Primária;

II - realizar o acompanhamento de saúde individual das crianças menores de 7 (sete) anos de idade e das gestantes do Programa Bolsa Família identificadas com má nutrição, considerando a integralidade do cuidado e a organização da atenção nutricional;

III - realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças menores de 7 (sete) anos de idade e das gestantes do Programa Bolsa Família que tenham diagnóstico de má nutrição; e

IV - implementar, por meio de instâncias intersetoriais em nível municipal e Distrito Federal, ações integradas e de caráter familiar e comunitário para a segurança alimentar, a promoção da saúde, a prevenção, o controle e o tratamento da má nutrição em crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes do Programa Bolsa Família, com vistas à melhoria das condições de saúde e nutrição.



Parágrafo único. As crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes do Programa Bolsa Família com desnutrição, conforme a análise do estado nutricional obtida no Sisvan, deverão ser prioritárias nas ações descritas neste artigo e deverão ter o número de atendimentos individuais nas Unidades Básicas de Saúde intensificado.

Art. 13. As ações descritas no art. 12, serão monitoradas por meio da avaliação do aumento do número de atendimentos individuais para a condição avaliada como obesidade ou desnutrição, em crianças menores de 7 (sete) anos de idade e gestantes do Programa Bolsa Família, registrados no Sistemas de Informações da Atenção Primária.

Art. 14. O cálculo do incentivo financeiro previsto neste Capítulo para cada ente federativo, conforme Anexo III a esta Portaria, considerou:

I - a quantidade de crianças menores de 7 (sete) anos de idade e as gestantes do Programa Bolsa Família que apresentam má nutrição, conforme a análise do estado nutricional obtida no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) para as condições de desnutrição e obesidade;

II - o valor per capita base de R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos) por criança e por gestante, nos termos do inciso I, multiplicado pelos pesos dos critérios de vulnerabilidade socioeconômica e classificação geográfica, previstos, respectivamente, no inciso I e § 4º do art. 12-A da Seção II do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; e

III - o valor de R\$ 3.500 (três mil e quinhentos reais) por equipe de Saúde da Família (eSF) e equipe de Atenção Primária (eAP) que realizaram acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, quais sejam:

- a) avaliação do estado nutricional de crianças menores de 7 (sete) anos de idade e mulheres;
- b) verificação da situação do calendário vacinal de crianças menores de 7 (sete) anos de idade; e
- c) caso a mulher esteja gestante, informação da Data da Última Menstruação (DUM) e verificação da situação de acesso ao pré-natal no ano de 2019, conforme o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Parágrafo único. Para a determinação do valor base previsto no inciso II do caput, foi considerado o valor per capita previsto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 169, de 31 de janeiro de 2020.

CAPÍTULO IV - INCENTIVO FINANCEIRO PARA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Art. 15. O incentivo financeiro previsto neste Capítulo tem como objetivo promover o fortalecimento do acesso e cuidado em saúde dos povos e comunidades tradicionais por meio das equipes de saúde que atuam na Atenção Primária à Saúde, para auxiliar, em especial, na implementação das orientações previstas no art. 3º, mediante o incremento excepcional do orçamento.

Art. 16. O monitoramento da execução das ações será realizado por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab).

Art. 17. O cálculo do incentivo financeiro de que trata este Capítulo para cada ente federativo, conforme Anexo IV a esta Portaria, considerou:

I - o quantitativo de equipes credenciadas e homologadas que possuem cadastro do cidadão pertencentes às categorias populacionais descritas no § 2º; e

II - os seguintes valores por equipe:

a) R\$ 2.721,46 (dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) por equipe de Saúde da Família (eSF);

b) R\$ 2.041,01 (dois mil e quarenta e um reais e um centavo) por equipe de Atenção Primária de Modalidade II 30h;

c) R\$ 1.360,64 (mil e trezentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos) por equipe de Atenção Primária de Modalidade I 20h;

d) R\$ 2.721,46 (dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) por equipe de Saúde da Família Ribeirinha;

- e) R\$ 2.721,46 (dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) por equipe de Saúde da Família em Unidade Básica de Saúde Fluvial;
- f) R\$ 2.721,46 (dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) por equipe de Consultório na Rua; e
- g) R\$ 2.721,46 (dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) por equipe de Atenção Primária Prisional.

§ 1º A definição das equipes de que trata este artigo foi realizada considerando dados de cadastro do cidadão extraídos do Sisab com atualização até a competência fevereiro de 2021, referente ao consolidado das competências de novembro de 2020 a fevereiro de 2021, de acordo com as regras de validação de cadastro da capitação ponderada e das ações estratégicas previstas no Programa Previne Brasil.

§ 2º O cálculo do incentivo financeiro previsto neste Capítulo considerou os cadastros dos cidadãos válidos no SISAB, dos seguintes povos e comunidades tradicionais:

- I - Andirobeiras;
- II - Agroextrativistas;
- III - Caatingueiros;
- IV - Caiçaras;
- V - Castanheiras
- VI - Catadores de mangaba;
- VII - Cerrado;
- VIII - Ciganos;
- IX - Comunidades de fundo e fecho de pasto;
- X - Extrativistas;
- XI - Faxinalenses;
- XII - Geraizeiros;
- XIII - Jangadeiros
- XIV - Isqueiros;
- XV - Morroquianos;
- XVI - Marisqueiros;
- XVII - Pantaneiros;
- XVIII - Pescadores artesanais;
- XIX - Pomeranos;
- XX - Povos indígenas;
- XXI - Povos quilombolas;
- XXII - Povos de terreiro/matriz africana
- XXIII - Quebradeiras de coco babaçu;
- XXIV - Retireiros;
- XXV - Ribeirinhos;
- XXVI - Seringueiros;
- XXVII - Vazanteiros; e
- XXVIII - Varjeiros.

§ 3º Para a definição dos povos e comunidades tradicionais de que trata o § 2º, foi utilizado conceito do inciso I do art. 3º do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os incentivos financeiros federais de custeio previstos nesta Portaria serão transferidos modalidade fundo a fundo, em parcela única, pelo Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal, por meio do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

§ 1º Os valores totais dos incentivos por município e Distrito Federal estão dispostos no Anexo a esta Portaria.

§ 2º O impacto orçamentário total das transferências previstas nesta Portaria corresponde a R\$ 909.016.799,53 (novecentos e nove milhões, dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), considerando a seguinte distribuição orçamentária por incentivo:

I - R\$ 395.076.595,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais) referente ao incentivo federal de custeio previsto no Capítulo I;

II - R\$ 120.143.804,00 (cento e vinte milhões, cento e quarenta e três mil, oitocentos e quatro reais) referente ao incentivo financeiro Federal de custeio previsto no Capítulo II;

III - R\$ 345.432.001,15 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, um real reais e quinze centavos) referente ao incentivo financeiro previsto no Capítulo III; e

IV - R\$ 48.364.399,38 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos) referente ao incentivo financeiro federal previsto no Capítulo IV.

Art. 19. Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A.6500 - Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional (Plano Orçamentário: CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 20. A execução do recurso transferido aos municípios e ao Distrito Federal referente aos incentivos financeiros de custeio previstos nesta Portaria, deverá observar as regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012.

Art. 21. A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

VALOR TOTAL DOS INCENTIVOS FINANCEIROS POR MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

UF	IBGE	MUNICÍPIO	Anexo I Per Capita	Anexo II Per Capita Idoso	Anexo III Nutrição	Anexo IV Povos e Comunidades tradicionais	VALOR TOTAL
AC	120001	ACRELÂNDIA	R\$ 28.681,28	R\$ 6.408,16	R\$ 56.602,00	R\$ 5.442,92	R\$ 97.134,36
AC	120005	ASSIS BRASIL	R\$ 13.943,96	R\$ 3.175,04	R\$ 63.455,00	R\$ 8.164,38	R\$ 88.738,38
AC	120010	BRASILÉIA	R\$ 49.402,64	R\$ 11.364,32	R\$ 105.811,80	R\$ 16.328,76	R\$ 182.907,52
AC	120013	BUJARI	R\$ 19.300,08	R\$ 5.019,08	R\$ 39.965,43	R\$ 8.164,38	R\$ 72.448,97
AC	120017	CAPIXABA	R\$ 22.058,04	R\$ 5.386,92	R\$ 40.990,43	R\$ 5.442,92	R\$ 73.878,31
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	R\$ 166.146,88	R\$ 39.649,28	R\$ 303.776,75	R\$ 29.936,06	R\$ 539.508,97
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	R\$ 34.612,68	R\$ 8.179,60	R\$ 60.693,70	R\$ 13.607,30	R\$ 117.093,28
AC	120030	FEIJÓ	R\$ 65.386,40	R\$ 10.531,84	R\$ 122.884,80	R\$ 13.607,30	R\$ 212.410,34

AL	270170	CAPELA	R\$ 32.059,64	R\$ 8.828,16	R\$ 77.982,77	R\$ 5.442,92	R\$ 124.313,49
AL	270180	CARNEIROS	R\$ 17.072,28	R\$ 4.394,72	R\$ 27.612,53	R\$ 8.164,38	R\$ 57.243,91
AL	270190	CHÁ PRETA	R\$ 13.744,68	R\$ 4.312,44	R\$ 33.587,53	R\$ -	R\$ 51.644,65
AL	270200	COITÉ DO NÓIA	R\$ 20.102,84	R\$ 7.700,44	R\$ 38.229,84	R\$ 5.442,92	R\$ 71.476,04
AL	270210	COLÔNIA LEOPOLDINA	R\$ 40.792,24	R\$ 10.081,72	R\$ 58.765,30	R\$ 5.442,92	R\$ 115.082,18
AL	270220	COQUEIRO SECO	R\$ 10.988,60	R\$ 3.789,72	R\$ 18.529,85	R\$ 8.164,38	R\$ 41.472,55
AL	270230	CORURIPE	R\$ 107.034,04	R\$ 24.606,56	R\$ 128.691,10	R\$ 35.378,98	R\$ 295.710,68
AL	270235	CRAÍBAS	R\$ 45.531,72	R\$ 14.321,56	R\$ 103.919,37	R\$ 8.164,38	R\$ 171.937,03
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	R\$ 97.790,08	R\$ 29.935,40	R\$ 129.068,45	R\$ 35.378,98	R\$ 292.172,91
AL	270250	DOIS RIACHOS	R\$ 20.821,00	R\$ 6.625,96	R\$ 35.205,81	R\$ 8.164,38	R\$ 70.817,15
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	R\$ 34.225,40	R\$ 14.190,88	R\$ 52.274,09	R\$ 5.442,92	R\$ 106.133,29
AL	270260	FEIRA GRANDE	R\$ 41.672,08	R\$ 14.132,80	R\$ 102.777,06	R\$ 8.164,38	R\$ 166.746,32
AL	270270	FELIZ DESERTO	R\$ 8.937,52	R\$ 2.686,20	R\$ 19.638,48	R\$ -	R\$ 31.262,20
AL	270280	FLEXEIRAS	R\$ 24.045,20	R\$ 6.867,96	R\$ 39.382,00	R\$ 5.442,92	R\$ 75.738,08
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	R\$ 76.923,96	R\$ 22.138,16	R\$ 136.247,28	R\$ 2.721,46	R\$ 238.030,86
AL	270300	IBATEGUARA	R\$ 29.358,08	R\$ 8.760,40	R\$ 56.484,68	R\$ 5.442,92	R\$ 100.046,08
AL	270310	IGACI	R\$ 48.186,28	R\$ 20.173,12	R\$ 102.996,27	R\$ 16.328,76	R\$ 187.684,43
AL	270320	IGREJA NOVA	R\$ 46.058,12	R\$ 14.094,08	R\$ 108.656,87	R\$ 21.771,68	R\$ 190.580,75
AL	270330	INHAPI	R\$ 34.563,80	R\$ 10.483,44	R\$ 61.507,76	R\$ 16.328,76	R\$ 122.883,76
AL	270340	JACARÉ DOS HOMENS	R\$ 9.875,64	R\$ 3.509,00	R\$ 30.087,53	R\$ 8.164,38	R\$ 51.636,55
AL	270350	JACUIPE	R\$ 13.199,48	R\$ 3.223,44	R\$ 27.539,46	R\$ -	R\$ 43.962,38
AL	270360	JAPARATINGA	R\$ 15.718,68	R\$ 4.351,16	R\$ 40.441,39	R\$ 10.885,84	R\$ 71.397,07
AL	270370	JARAMATAIA	R\$ 10.847,60	R\$ 3.010,48	R\$ 27.993,30	R\$ 8.164,38	R\$ 50.015,76
AL	270375	JEQUIÁ DA PRAIA	R\$ 21.770,40	R\$ 5.633,76	R\$ 35.088,49	R\$ 8.164,38	R\$ 70.657,03
AL	270380	JOAQUIM GOMES	R\$ 45.106,84	R\$ 10.812,56	R\$ 78.312,59	R\$ 16.328,76	R\$ 150.560,75
AL	270390	JUNDIÁ	R\$ 7.811,40	R\$ 2.860,44	R\$ 16.877,90	R\$ 5.442,92	R\$ 32.992,66
AL	270400	JUNQUEIRO	R\$ 46.486,76	R\$ 16.528,60	R\$ 105.998,19	R\$ 2.721,46	R\$ 171.735,01
AL	270410	LAGOA DA CANOA	R\$ 33.561,76	R\$ 13.189,00	R\$ 74.571,26	R\$ 5.442,92	R\$ 126.764,94
AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	R\$ 53.833,80	R\$ 17.859,60	R\$ 104.475,11	R\$ 8.164,38	R\$ 184.332,89
AL	270430	MACEIÓ	R\$ 1915.622,24	R\$ 401.666,76	R\$ 642.117,95	R\$ 87.086,72	R\$ 3.046.493,67
AL	270440	MAJOR ISIDORO	R\$ 37.231,52	R\$ 12.404,92	R\$ 72.601,04	R\$ 8.164,38	R\$ 130.401,86
AL	270490	MAR VERMELHO	R\$ 6.606,32	R\$ 2.739,44	R\$ 15.450,01	R\$ -	R\$ 24.795,77

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Entidade
2021	Fundo a Fundo	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIO
CPFCNPJ	Grupo	Ação
07.792.137/0001-75	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC
Ação Detalhada	UF	Município
CORONAVIRUS (COVID-19) - SAES	AL	MACIEIO
Código IBGE	População	Ano Censo
270430	1.025.360 habitantes	2020
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
JOSÉ O HENRIQUE HOLANDA CALDAS	31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho		
FLAMIA DE MACEDO CITONIO		

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/03/2021 | Edição: 59 | Seção: 1 | Páginas: 111

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 557, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando as solicitações dos Gestores Estaduais e Municipais de Saúde, encaminhadas por meio do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS, analisadas e aprovadas tecnicamente pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.045049/2021-55, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19, Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcelas mensais, no montante de R\$ 38.880.000,00 (trinta e oito milhões e oitocentos e oitenta mil reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVBO - Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2021.

ANEXO

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTAO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód 26.12	LEITOS NOVOS UTI PEDIÁTRICA COVID-19 Cód 26.13	VALOR TOTAL MENSAL R\$
AL	270030	ARAPIRACA	UNIDADE DE EMERG DR DANIEL HOULY	3015408	ESTADUAL	140548	10		480.000,00
AL	270230	CORUIPE	CARVALHO BELTRÃO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	2010356	MUNICIPAL	140554	5		240.000,00
AL	270430	MACEIO	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	0136581	ESTADUAL	140552	20		960.000,00
AL	270430	MACEIO	HOSPITAL VEREDAS	2006448	MUNICIPAL	140555	11		528.000,00
AL	270630	PALMEIRA DOS INDIOS	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	2010631	MUNICIPAL	140556	4		192.000,00
AL	270730	PORTO CALVO	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE	7042671	ESTADUAL	140550	10		480.000,00
AL	270930	UNIAO DOS PALMARES	HOSPITAL REGIONAL DA MATA	7753470	ESTADUAL	140551	15		720.000,00
AL	Total						75	0	3.600.000,00
BA	293050	SERRINHA	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA	2801914	MUNICIPAL	140534	10		480.000,00
BA	Total						10	0	480.000,00
DF	530010	BRASILIA	HRAN	0010464	ESTADUAL	139415	10		480.000,00
DF	530010	BRASILIA	HRG	0010472	ESTADUAL	139389	12		576.000,00
DF	530010	BRASILIA	HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA	2672197	ESTADUAL	139408	7		336.000,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/03/2021 | Edição: 59 | Seção: 1 | Página: 114

Brasília, 29 de março de 2021 | Ministério da Saúde/Cabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 559, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os Incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando as solicitações dos Gestores Estaduais e Municipais de Saúde, encaminhadas por meio do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde - SAUPS, analisadas e aprovadas tecnicamente pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.044137/2021-30, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19 Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcelas mensais, no montante de R\$ 44.016.000,00 (quarenta e quatro milhões e dezessets mil reais).

Art. 3º As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 5º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVBO - Medida Provisória nº 1032, de 24 de fevereiro de 2021).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2021.

ANEXO

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº Proposta SAUPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cod 2612	LEITOS NOVOS UTI PEDIÁTRICA COVID-19 Cod 2613	VALOR CUSTEIO MÊS
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. DANIEL HOULY	ESTADUAL	140297	20		960.000,00
AL	270430	MACEIO	2006197	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF ALBERTO ANTUNES	MUNICIPAL	140327	14		672.000,00
AL	270430	MACEIO	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	MUNICIPAL	140326	15		720.000,00
AL	270430	MACEIO	9923837	HOSPITAL DA MULHER DR. ANISE DA SILVEIRA	ESTADUAL	140303	74		3.552.000,00
AL	270670	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	MUNICIPAL	140329	3		144.000,00
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR. CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	MUNICIPAL	140330	5		240.000,00
AL	270860	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	MUNICIPAL	140038	10		480.000,00
AL	Total						141		6.768.000,00
CE	231330	TAUA	2328046	HOSPITAL DR. ALBERTO FEITOSA LIMA	MUNICIPAL	140216	10		480.000,00
CE	Total						10		480.000,00
MA	210120	BACABAL	2480262	HOSPITAL REGIONAL LAURA VASCONCELOS	ESTADUAL	140222	5		240.000,00

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis

Ano	Tipo de consulta	Entidade
2021	Fundo a Fundo	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO
CPF/CNPJ	Grupo	Agção
07.792.137/0001-75	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC
Agção Detalhada	UF	Município
CORONAVIRUS (COVID-19) - SAES	AL	MACEIO
Código IBGE	População	Ano Censo
270430	1.025.360 habitantes	2020
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
JOSÉ O HENRIQUE HOLANDA CALDAS	31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho		
FLÁVIA DE MACEDO CITONIO		

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em 14/04/2021 | 15:49:45 | Edição: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 883, DE 22 DE ABRIL DE 2021

Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os Incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 237, de 15 de março de 2020, que inclui habilitações leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional, e temporário;

Considerando as solicitações das Governos Estaduais e Municipais de Saúde encaminhadas por meio do Sistema de Apoio à Implementação do Políticas de Saúde - SAIPS, analisadas e aprovadas tecnicamente pela Coordenação-Geral de Apoio Hospitalar e Domiciliar - COAD/DAHU/SAS/MS, consoante no NUP-SB nº 25000.035937/2021-41, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19 Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Convênios (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios no montante de R\$ 84.128.000,00 (oitenta e quatro milhões, cento e vinte e oito mil reais).

Art. 3º As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria, correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adiará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretária de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 5º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, estando onerado o Programa de Trabalho 03.302.50761555.0507 - Alimento à Saúde da População para Procedimentos em Medicina e Alta Complexidade Plano Orçamentário CVOO - Médica Provisória nº 1243, de 30 de março de 2021.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTANO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº INSCRIÇÃO SAUS	LEITOS UTI ADULTO COVID-19	LEITOS UTI PEDIÁTRICO COVID-19	VALOR INSCRIÇÃO CLUSTRO MÊS
							Cap. 28.12	Cap. 28.13	
AL	270030	ARAÇUAIA	203547	CHAMA	MUNICIPAL	14197	14		R\$ 672.000,00
AL	270080	MACIÇO	200548	HOSPITAL VEREDAS	MUNICIPAL	14128	9		R\$ 482.000,00
AL	Total						23	-	R\$ 1.154.000,00
AM	130280	MANAUS	708484	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DO HEMATOINTEC DE MANAUS	ESTADUAL	14141	30		R\$ 1.440.000,00
AM	Total								R\$ 1.440.000,00
AP	160030	MACAPÁ	176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID 19	ESTADUAL	14516	19		R\$ 912.000,00
AP	Total								R\$ 912.000,00
BA	280070	ALAGONINHAS	2487438	HOSPITAL REGIONAL DANTAS BRAG	ESTADUAL	14198	6		R\$ 394.000,00
BA	280270	BAIXA	3048206	HOSPITAL SANTA RITA	ESTADUAL	14508	10		R\$ 480.000,00
BA	291072	EUJANÓPOLIS	2656810	HOSPITAL DE SAÚDE DO COLEGIO CENTRO ATEND DE EUJANÓPOLIS	ESTADUAL	14153	2		R\$ 86.000,00
BA	291290	ILHEUS	3005787	HOSPITAL DE SAÚDE DE ILHEUS	ESTADUAL	14156	1		R\$ 48.000,00
BA	292580	PORTO SEGURO	2802080	HOSPITAL REGIONAL ENRIQUE LUIS DE MOURA MACHADO	ESTADUAL	14530	10		R\$ 480.000,00
BA	292740	SALVADOR	6428	INSTITUTO COCITO	ESTADUAL	14475	10		R\$ 480.000,00
BA	292740	SALVADOR	6428	INSTITUTO COCITO	ESTADUAL	14475	-	10	R\$ 480.000,00
BA	292740	SALVADOR	106558	HOSPITAL REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	ESTADUAL	14043	95		R\$ 4380.000,00
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	2403078	HOSPITAL REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	ESTADUAL	14536	10		R\$ 480.000,00
BA	293390	VITÓRIA DA CONQUISTA	1402084	HCC HOSPITAL DE CLÍNICA DE CONQUISTA	ESTADUAL	14155	20		R\$ 960.000,00
BA	Total						196	10	R\$ 6.448.000,00
CE	230370	CAUCAIA	2862215	HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ MARCELO OLIVEIRA DA ROCHA	MUNICIPAL	14197	10		R\$ 480.000,00
CE	230440	PORTALEZA	2828638	SOPAN HOSPITAL INFANTIL	MUNICIPAL	14178	-	10	R\$ 480.000,00
CE	230540	ITAPERIÇA	133037	HOSPITAL REGIONAL DE ITAPERIÇA	MUNICIPAL	14535	10		R\$ 480.000,00
CE	Total						20	10	R\$ 1.440.000,00
MA	210330	IMPERATRIZ	9065769	HOSPITAL MACROREGIONAL DE IMPERATRIZ	ESTADUAL	14548	1		R\$ 48.000,00
MA	211093	SANTA LUÍZA DO PARÁ	231313	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUÍZA DO PARÁ	ESTADUAL	14567	2		R\$ 96.000,00
MA	211130	SÃO LUIS	9087449	HOSPITAL DE CLÍNICA DE INTENSIVOS HIC	ESTADUAL	14186	11		R\$ 528.000,00
MA	Total						14	-	R\$ 972.000,00
MG	310280	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	MUNICIPAL	14025	10		R\$ 960.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	27863	HOSPITAL REGIONAL TOLENTINO NEVES	MUNICIPAL	14031	10		R\$ 480.000,00
MG	310530	BELO HORIZONTE	7856801	HOSPITAL METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE CASTRO HUELMO	MUNICIPAL	14030	5		R\$ 240.000,00
MG	310240	CAATINGA	1097054	HOSPITAL CAS/IRMA DENISE	MUNICIPAL	14034	30		R\$ 1.440.000,00
MG	310340	CARATINGA	8897054	CAS/IRMA GENISE GUARANI	MUNICIPAL	13854	40		R\$ 1.920.000,00
MG	310270	GUARUPE	2764449	SANTA CASA DE GUARUPE	MUNICIPAL	14151	3		R\$ 114.000,00
MG	310280	IBIRITÉ	8892256	HOSPITAL E MATERNIDADE DE IBIRITÉ	MUNICIPAL	13843	20		R\$ 960.000,00
MG	310350	JOÃO MONLEVADE	2708848	HOSPITAL MARGARDA	MUNICIPAL	14128	10		R\$ 480.000,00
MG	310370	JUÍZ DE FORA	2152084	MATERNIDADE DE JUIZ DE FORA	MUNICIPAL	14241	10		R\$ 480.000,00

MG	333970	JUZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA CAROLINE DE ALMEIDA FORA	MUNICIPAL	141235	8	R\$ 386.000,00
MG	333920	PONTE NOVA	2203382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO	MUNICIPAL	141207	5	R\$ 240.000,00
MG	Total						133	R\$ 7778.000,00
PA	150560	ALTAMIRA	5569501	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DA TRANSMAMAZONICA	ESTADUAL	141350	20	R\$ 950.000,00
PA	151030	ANANIEUVA	8250864	HOSPITAL MODELO DE JARANDIJEUA	MUNICIPAL	141282	5	R\$ 240.000,00
PA	150540	BELÉM	2235033	HOSPITAL DE SAO CARLOS DE VIANA	ESTADUAL	141330	17	R\$ 386.000,00
PA	150540	BELEM	2745700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	ESTADUAL	141318	30	R\$ 1.540.000,00
PA	160540	BELEM	2756700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	ESTADUAL	140115	- 15	R\$ 725.000,00
PA	160340	BELEM	9927322	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO ACRE	ESTADUAL	141311	85	R\$ 4.036.000,00
PA	160270	BRAGANÇA	2078403	HOSPITAL SANTO ANTONIO MARIA ZACARIAS	ESTADUAL	141344	10	R\$ 450.000,00
PA	150240	CASTANHAL	7641	ASSOCIACAO DO DOENTE EMO ZACARIAS	ESTADUAL	140322	12	R\$ 575.000,00
PA	160270	CONCEICAO DO ARAGUAIA	2238992	HOSPITAL REGIONAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	ESTADUAL	140741	12	R\$ 575.000,00
PA	160360	ITAITUBA	279827	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO TAPAJOS	ESTADUAL	142927	75	R\$ 350.000,00
PA	160420	MARABÁ	5595504	HOSPITAL DO SUDESTE DO PARA	ESTADUAL	141323	25	R\$ 12.000.000,00
PA	150415	REDEENÇÃO	5498465	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO ARAGUAIA	ESTADUAL	140319	21	R\$ 108.000,00
PA	Total						312	R\$ 15.896.000,00
PE	260790	JARDIM DO GUARABAPES	2218464	HOSPITAL OLIVARIAPES	MUNICIPAL	141458	20	R\$ 860.000,00
PE	260360	OURICURI	2723040	HOSPITAL REGIONAL DE BERNARDO BEZERRA	ESTADUAL	120459	9	R\$ 384.000,00
PE	260110	PETROLINA	2490118	NEUROCARDIO	ESTADUAL	139454	7	R\$ 335.000,00
PE	261160	RECIFE	418	HOSPITAL AGAMONIAN MADALARES	ESTADUAL	139567	10	R\$ 480.000,00
PE	261380	SERRA TALHADA	2294931	HOSPITAL EDUCARDO CAMPOS	ESTADUAL	142333 139457	30	R\$ 1.440.000,00
PE	Total						75	R\$ 2.850.000,00
PI	410540	GUARAPUAMA	213845	HOSPITAL DE GUARAPUAMA	ESTADUAL	140001	10	R\$ 480.000,00
PI	Total							R\$ 480.000,00
RN	240100	APODI	2410443	HOSPITAL REGIONAL HELIO MORAES MARINHO	ESTADUAL	141181	5	R\$ 240.000,00
RN	240450	GUAMARE	24075505	HOSPITAL DE LUCAS DE MANUEL MIRANDA	MUNICIPAL	141202	5	R\$ 240.000,00
RN	240600	MOSSORO	2400281	HOSPITAL MATERINHAUF ALMEIDA COSTA	MUNICIPAL	141200	10	R\$ 535.000,00
RN	Total						30	R\$ 540.000,00
RO	100220	PORTO VELHO	7083386	HOSPITAL DE ANOIS AMAZONIA	ESTADUAL	140005	22	R\$ 1.055.000,00
RO	Total							R\$ 1.055.000,00
RS	131840	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA	MUNICIPAL	141218	8	R\$ 394.000,00
RS	Total							R\$ 394.000,00
SC	420420	CHARQUEO	2537716	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	MUNICIPAL	141246	12	R\$ 576.000,00
SC	421860	RIO DO SUL	2665713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALLE	MUNICIPAL	141558	5	R\$ 240.000,00
SC	421550	SÃO BENTO DO SUL	2627292	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA	MUNICIPAL	141279	5	R\$ 240.000,00
SC	421530	VIDOSA	2302500	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR	ESTADUAL	141556	10	R\$ 480.000,00
SC	Total						32	R\$ 1.536.000,00
SE	260030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA	ESTADUAL	141456	5	R\$ 240.000,00
SE	260220	ESTANCA	2423526	HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIÁ	ESTADUAL	141500	20	R\$ 960.000,00
SE	260230	ESTANCA	6901743	HOSPITAL DE ESTANCA JESSE FONTES	ESTADUAL	141492	3	R\$ 144.000,00
SE	260350	UGARATO	2423518	HOSPITAL NOSSA SENHORA CONCEICAO	ESTADUAL	141502	10	R\$ 480.000,00
SE	260350	LAGARTO	5656343	HOSPITAL UNIV MAGNENHOF JOAO BATISTA DE ALMEIDA DALTRO	ESTADUAL	141506	7	R\$ 536.000,00
SE	Total						45	R\$ 2.590.000,00
SP	350550	BARCELONA	9662561	HOSPITAL DE ANOIS NOSSA SENHORA	MUNICIPAL	141253	16	R

SP 3523D	ITAPUQUECETUBA	2076652	HOSPITAL GERAL DE ITAPUQUECETUBA	ESTADUAL	141261	20	R\$ 960.000,00
SP 3523H	MALIA	2082349	HOSPITAL DE CLINICAS DR. RADAMES MARDINI	MUNICIPAL	141374	30	R\$ 1.400.000,00
SP 3520B0	MOGI DAS CRUZES	2080680	HOSPITAL DAS CLINICAS DO PRINCIPAL MOGI DAS CRUZES	ESTADUAL	141262	28	R\$ 1.344.000,00
SP 3528G0	PAULINIA	2081069	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA	MUNICIPAL	141086	4	R\$ 162.000,00
SP 3547B0	SANTO ANDRE	2080273	HOSPITAL ESTADUAL MARIO COVAS DE SANTO ANDRE	ESTADUAL	141257	13	R\$ 884.000,00
SP 355030	SAO PAULO	2066592	HOSPITAL GERAL DE FERNANDA ALPINA ORG SAO PAULO	ESTADUAL	142294	20	R\$ 980.000,00
SP 355030	SAO PAULO	2077426	HOSPITAL GERAL DE VILA ALPINA ORG SAO PAULO	ESTADUAL	141292	10	R\$ 480.000,00
SP 356030	SAO PAULO	2077620	HOSPITAL GERAL DE SANTA MARCELIANA DE ITAIM PAULISTA SAO PAULO	ESTADUAL	141268	20	R\$ 960.000,00
SP 356030	SAO PAULO	2091585	HOSPITAL GERAL DE SAPOREMA SAO PAULO	ESTADUAL	141291	20	R\$ 880.000,00
SP 3542B0	TABOAO DA SERRA	2078428	HOSPITAL GERAL DE TABOAO DA SERRA	ESTADUAL	141279	10	R\$ 480.000,00
SP 355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA	ESTADUAL	141542	2	R\$ 960.000,00
SP Total					283		R\$ 16.084.000,00
Total Geral							R\$ 16.286.000,00

Transmissão: 16/04/2022 15:45:00 e 16/04/2022 15:45:00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/05/2021 | Edição: 84 | Seção: 11 | Página: 59
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 897, DE 5 DE MAIO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional, o pagamento de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Art. 1º Fica autorizado, em caráter excepcional, o pagamento de 17.549 (dezesete mil e quinhentos e quarenta e nove), de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, correspondente ao mês de abril/2021, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de abril de 2021 e corresponderão ao montante total de R\$ 834.768.000,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões setecentos e sessenta e oito mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Grupo Coronavírus (COVID 19).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos nos Anexos I e II a esta Portaria, aos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVCO - Medicina Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	PCEP	Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO COD 2612	VALOR CUSTEIO MÊS R\$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
AC	120020	Cruzeiro do Sul	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC	120020	Cruzeiro do Sul	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA	E		10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AC	120040	Rio Branco	2001578	HOSPITAL GERAL DE CLINICAS DE RIO BRANCO	E		30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC Total							50	2.400.000,00	
AL	270030	Arapiraca	2005050	HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA	M		10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	Arapiraca	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AL	270030	Arapiraca	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	Arapiraca	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270230	Coruripe	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA	M		5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	Maceió	0136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	E		20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	Maceió	0136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	E		30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270430	Maceió	2006197	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES	M		14	672.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	Maceió	2006448	HOSPITAL VEREDAS	M		11	528.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	Maceió	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA	E		9	432.000,00	624/GM/MS 06/04/2021

AL	270430	Macelê	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	M		15	720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	Macelê	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA	E		74	3.552.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270630	Palmeira dos Índios	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	M		4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270630	Palmeira dos Índios	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	M		6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270670	Penedo	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	M		3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270670	Penedo	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	M		7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AL	270730	Porto Calvo	7042671	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE	E		10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270800	Santana do Ipanema	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	M		5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270800	Santana do Ipanema	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	M		5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270860	São Miguel dos Campos	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	M		10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270930	União dos Palmares	7753470	HOSPITAL REGIONAL DA MATA	E		15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	Total						290	13.920.000,00	
AM	130260	Manaus	2013606	FUNDACAO DE MEDICINA TROPICAL	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	Manaus	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	E		12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	130260	Manaus	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	E		40	1.920.000,00	588/GM/MS 26/03/2021
AM	130260	Manaus	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV	E		10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	Manaus	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV	E		20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	Manaus	2018098	HOSPITAL PORTUGUES	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	Manaus	2018403	HOSPITAL UNIVERSITARIO FRANCISCA MENDES	E		5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	Manaus	2019574	HOSPITAL P S DR JOAO LUCIO P MACHADO	E		15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
AM	130260	Manaus	3151794	MATERNIDADE DE REFERENCIA ANA BRAGA	E		5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AM	130260	Manaus	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AM	130260	Manaus	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ	E		80	3.840.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	Total						217	10.416.000,00	
AP	160030	Macapá	0176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV	E		66	3.168.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AP	Total						66	3.168.000,00	
BA	290320	Barreiras	3972925	HOSPITAL DO OESTE	E		5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	290320	Barreiras	3972925	HOSPITAL DO OESTE	E		25	1.200.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	290570	Camacari	2647036	HOSPITAL SANTA HELENA	M		10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291072	Eunápolis	2666510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS	E		5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Entidade
2021	Fundo a Fundo	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO
CPF/CNPJ	Grupo	Ação
07.792.137/0001-75	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC
Ação Detalhada	UF	Município
COVID-19 - MEDIDA PROVISORIA N. 1.043 - SAES	AL	MACEIO
Código IBGE	População	Ano Censo
270430	1.025.360 habitantes	2020
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	31/12/2020	PEDRO HERMANN MADEIRO
Presidente Conselho		
FLAVIA DE MACEDO CITONIO		

Comp.			Tipo	Banco	Agência	Conta	Valor	Valor	Valor			N°	N°	
/Parcela	N° OB	Data OB	Repasso	OB	OB	OB	Total	Desconto	Líquido	Motivo	Processo	Proposta	Portaria	Ações
5 em 2021	809122	31/05/2021	MUNICIPAL	001	035572	0000081493	2.352.000,00	672.000,00	1.680.000,00		25000.080578/2021-14		1059	
Total							2.352.000,00	672.000,00	1.680.000,00					

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em 25/05/2021 | Edição: 97 | Seção: 1 | Página: 183
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 1.059, DE 24 DE MAIO DE 2021

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 21.998 (vinte e um mil novecentos e noventa e oito) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de maio/2021, cuja solicitação de habilitação tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de maio de 2021 e corresponderão ao montante total de R\$ 1.048.320.000,00 (um bilhão, quarenta e oito milhões trezentos e vinte mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Grupo Coronavírus (COVID 19).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos nos Anexos I e II a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5038.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Planos Orçamentários: CV80 - Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021. CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021 e CVDO - Medida Provisória nº 1.043, de 16 de abril de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO DO RECURSO	PCEP	Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO COD 2612	VALOR CUSTEIO MÊS R\$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
120020	AC	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
120020	AC	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA	E		10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
120040	AC	RIO BRANCO	2001578	HOSPITAL GERAL DE CLINICAS DE RIO BRANCO	E		30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC Total							50	2.400.000,00	
270030	AL	ARAPIRACA	2005050	HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA	M		10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
270030	AL	ARAPIRACA	2005417	CHAMA	M		11	528.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
270030	AL	ARAPIRACA	2005417	CHAMA	M		14	672.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
270030	AL	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
270030	AL	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270030	AL	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY	E		20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270230	AL	CORURIBE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA	M		5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270230	AL	CORURIBE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA	M		10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
270430	AL	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	E		15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021

270430	AL	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS	M		9	432.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
270430	AL	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA	E		6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
270430	AL	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA	E		9	432.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
270430	AL	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	E		20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270430	AL	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS	E		30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
270430	AL	MACEIO	2006197	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES	M		14	672.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270430	AL	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS	M		11	528.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270430	AL	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA	E		9	432.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
270430	AL	MACEIO	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO	M		15	720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270430	AL	MACEIO	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA	E		74	3.562.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270630	AL	PALMEIRA DOS INDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	M		4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270630	AL	PALMEIRA DOS INDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA	M		6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
270670	AL	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	M		3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270670	AL	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO	M		7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
270730	AL	PORTO CALVO	7042671	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE	E		10	460.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
270800	AL	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	M		5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
270800	AL	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	M		5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270800	AL	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO	M		2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
270860	AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	M		10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
270930	AL	UNIÃO DOS PALMARES	7753470	HOSPITAL REGIONAL DA MATA	E		15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL Total							366	17.568.000,00	
130260	AM	MANAUS	2013606	FUNDACAO DE MEDICINA TROPICAL	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
130260	AM	MANAUS	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	E		12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
130260	AM	MANAUS	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	E		40	1.920.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
130260	AM	MANAUS	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV	E		10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
130260	AM	MANAUS	2017644	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV	E		20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
130260	AM	MANAUS	2018098	HOSPITAL PORTUGUES	E		10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
130260	AM	MANAUS	2018403	HOSPITAL UNIVERSITARIO FRANCISCA MENDES	E		5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
130260	AM	MANAUS	2019574	HOSPITAL P S DR JOAO LUCIO P MACHADO	E		15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Ação
2021	Fundo a Fundo	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
Entidade	CPF/CNPJ	Grupo
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07.792.137/0001-75	CORONAVÍRUS (COVID-19)
Ação	Ação Detalhada	UF
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAPS	AL
População	Município	Código IBGE
1.025.360 habitantes	MACEIO	270430
Data Inicial Gestão	Ano Censo	Prefeito(a)
31/12/2020	2020	JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS
Repassa	Secretário(a)	Presidente Conselho
Municipal	PEDRO HERMANN MADEIRO	FLAVIA DE MACEDO CITONIO

Comp.	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	Ações
Única em 2020	800326	08/01/2021	MUNICIPAL	001	036572	0000081493	400.000,00	0,00	400.000,00		26000.184767/2020-36		3874	
Total							400.000,00	0,00	400.000,00					

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/12/2020 | Edição: 249-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 14

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 3874, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio aos Municípios que receberam recursos, na competência financeira novembro do ano de 2020, para custeio dos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, e dos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e considerando a necessidade de ampliar o incentivo financeiro referente aos Centros de Atendimento e Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, diante do atual cenário epidemiológico do país, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, do Bloco de Manutenção de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, aos Municípios que receberam recursos, na competência financeira novembro do ano de 2020, para custeio dos:

I - Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020; e

II - Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro de custeio de que trata esta Portaria tem como finalidade apoiar a manutenção do funcionamento dos Centros de Atendimento e Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria corresponde ao valor da competência financeira novembro de 2020 recebido pelos Municípios, conforme critérios estabelecidos nas Portarias GM/MS nº 1.444 e 1.445, de 2020, para custeio dos Centros na competência dezembro de 2020.

Parágrafo único. O incentivo financeiro será transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde de forma automática, de acordo com o Anexo a esta Portaria.

Art. 4º Para fins de monitoramento serão observadas as informações registradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme os critérios de monitoramento previstos no art. 6º e § 2º do art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.444, de 2020, e nos art. 6º e § 1º do art. 7 da Portaria GM/MS nº 1.445, de 2020.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria está sujeito a devolução pelos entes beneficiados nos casos em que não houver registro de informações no SCNES referentes ao funcionamento dos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e dos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 conforme trata o art. 4º, no período que corresponde a competência financeira de dezembro de 2020.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado.

AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	COQUEIRO SECO	270220	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	CORUIPE	270230	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	CRAÍBAS	270235	2		0	0	0	0	0	R\$ 120.000,00
AL	DOIS RIACHOS	270250	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	FLEXEIRAS	270280	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	IGACI	270310	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	IGREJA NOVA	270320	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	JARAMATAIA	270370	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	JUNQUEIRO	270400	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MACEIÓ	270430	0		0	0	4	0	0	R\$ 400.000,00
AL	MARAGOGI	270450	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MARAVILHA	270460	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MARIBONDO	270480	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	2		0	0	0	0	0	R\$ 120.000,00
AL	MESSIAS	270520	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	MURICI	270550	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	270570	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	OLIVENÇA	270600	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	OURO BRANCO	270610	1		0	0	0	0	0	R\$ 60.000,00

AL	PALESTINA	270620	1	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	0	1	0	0	0	R\$ 80.000,00
AL	PÃO DE AÇÚCAR	270640	1	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	PARICONHA	270642	1	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	PARIPUEIRA	270644	1	0	0	0	0	R\$ 60.000,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	1	0	0	0	0	R\$ 60.000,00

